



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UFPA E O CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL: UMA RELAÇÃO A CONCRETIZAR (1986 – 2006)**

Rita de Nazaré Vêras de Oliveira

Belém – Pará
2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Rita de Nazaré Vêras de Oliveira

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UFPA E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO A CONCRETIZAR (1986 -2006)

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Leila Mourão.

Belém – Pará
2006

Rita de Nazaré Vêras de Oliveira

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UFPA E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO A CONCRETIZAR (1986 -2006)

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Leila Mourão
Orientadora - UFPA/ CFCH

Prof^ª. Dr^ª Heliana Baia Evelim Soria
Examinadora Interna - UFPA/ CSE

Prof. Dr. Aluisio Lins Leal
Examinador Externo

Julgado em: ____/____/____

Conceito: _____

Belém – Pará
2006

Aos profissionais do Mestrado em Serviço Social da UFPA, pela receptividade que me foi dispensada, principalmente a dos colegas da turma de 98, pela acolhida, pelos momentos de reflexões, descobertas e alegrias na busca de novos conhecimentos científicos, na perspectiva de um futuro melhor.

Pela nossa grande amizade, que surgiu e que sempre perdurará.

Dedico com amor,

Rita Vêras

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela grande força e iluminação que me deu para que eu realizasse este estudo.

Aos meus pais interioranos (*in memoriam*), Raimundo e Adalgiza Vêras que mesmo com estudo incompleto (antigo Primário), deram educação aos seus 12 filhos e principalmente pela dedicação de minha mãe que, apesar das dificuldades vivenciadas foi sempre perseverante em estender essa educação aos filhos no campo escolar (exceto a uma irmã especial).

À minha orientadora professora Dr^a Leila Mourão, pela orientação e o aprendizado proporcionado na minha formação como aprendiz de pesquisadora. Agradeço pela grande contribuição para construção deste estudo.

À Professora Dr^a Heliana Baia Evelin, pelos valiosos conhecimentos repassados através das discussões em sala de aula, por contribuir com sugestões na qualificação do estudo aqui apresentado e pela participação na banca examinadora.

Ao Professor Dr. Aluisio Lins Leal, pelo compromisso, dedicação e conhecimento ao ministrar as inesquecíveis e valiosas aulas sobre a Amazônia, o que fez com que eu esclarecesse certas dúvidas que contribuíram na implementação deste estudo, e pela participação na banca examinadora.

À colega Benilde Rosa, pelas orientações e sugestões nesta caminhada.

Ao Vitor, pela amizade e colaboração na tradução do resumo (abstrat).

À Jaqueline, por me ajudar nas horas de sufoco com a informática e por contribuir dando-me sugestões.

Aos entrevistados que me atenderam e mesmo aos que por algum motivo não puderam. Em especial ao pessoal da Divisão de Polícia do Interior, onde fui muito bem recebida.

Às amigas de aula, do grupo e do sítio: Graça, Nazaré, Margarida, Ivone, Rosana e Zilma, pelo apoio nos momentos difíceis e pelo incentivo para concluir este estudo.

À professora Maria Elza Alvarez Elarrat, pela valiosa revisão do texto.

À minha família, pela compreensão em decorrência dos eventos dos quais não pude participar.

Em especial à minha Nayana, ao Kdu e à pequena Julya, por existirem.

Tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas sociopolíticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.

RESUMO

Véras, Rita de Nazaré. **A Interiorização do Ensino Superior da UFPA e o curso de Serviço Social: Uma relação a concretizar (1986 – 2006)**. Belém – Pará. 2006. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, 2006.

A Universidade Federal do Pará, em quase 50 anos de história, vem se consolidando cada vez mais nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Região Amazônica. Trata-se da mais importante instituição regional e da única Universidade Federal estruturada em 10 campi, disseminados por todo o Estado do Pará: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Essa instituição, atualmente denominada Multicampi, abrange ações educativas e científicas em todos os níveis, e vem se destacando pela descentralização de suas ações nos interiores da região, desde a década de 1970, de forma pioneira e concreta, denominadas de extensionistas. A partir de 1986, a UFPA, consciente da importância do seu papel social na Amazônia, principalmente no Pará, estendeu de forma sistemática e contínua suas ações acadêmicas aos interiores, através da implantação do seu Programa de Interiorização em parceria com diversos agentes sociais, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento regional e para a fixação do homem da Amazônia com formação adequada, em seu habitat. Essa contribuição, mesmo que em patamares aquém das demandas e desafios loco-regionais, concretizou-se através da formação de recursos humanos especializados nos interiores paraenses. Mas, apesar de contribuir na formação desses novos profissionais nessas duas décadas de efetivação do Programa, observou-se que o assistente social ficou aquém desse processo, ou seja, até o momento ainda não foi ofertado pela instituição, o curso de Serviço Social. Neste sentido, o referido estudo objetiva contextualizar a trajetória das políticas de interiorização do ensino superior da instituição e analisar as políticas que inviabilizaram, até o momento, a oferta do curso de Serviço Social para a formação de assistentes sociais nos interiores paraenses. As discussões seguintes demonstram a necessidade de se iniciar, na instituição, um processo de reflexão e tomada de decisão, sobre a viabilidade deste curso nos interiores do Estado. Referido estudo levanta algumas reflexões na perspectiva de servir à instituição e demais estudiosos, como um instrumento referencial, objetivando contribuir com este novo momento: O da Universidade Multicampi.

PALAVRAS-CHAVE: interiorização, políticas, descentralização, Campi, instituição, Serviço Social e Amazônia.

ABSTRACT

Véras, Rita de Nazaré. **Interiorization of Higher education of the UFPA and the course of Social Work: A relationship to come true (1986 - 2006)**. Belém - Pará. 2006. Dissertation. (Master's degree in Social Work). Socioeconomic Center, Federal University of Pará, 2006.

The Federal University of Pará, in almost 50 years of history, has become more and more a reference in teaching activities, research and extension in the Amazonian Region. It is the most important regional institution and the only Federal University structured in 10 campuses, disseminated throughout the whole the State of Pará: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém and Soure. This institution, now denominated Multicampi, includes educational and scientific actions in all levels, and it has been in vogue for the decentralization of its actions in the countryside of the region, since the decade of 1970, in a pioneering and concrete way, denominated extensionists. Starting from 1986, the UFPA, aware of the importance of its social role in the Amazonian, mainly in Pará, has extended in a systematic and continuous way its academic actions to the countryside, through the implantation of its Program of Interiorization in partnership with several social agents, in the perspective of contributing for the regional development and for the fixation of the Amazonian man with appropriate formation, in his own habitat. That contribution, even in levels inferior to the demands and loco-regional challenges, has occurred through the formation of specialized human resources in the paraense countryside towns. But, in spite of contributing in those new professionals' formation along two decades of effectivation of the Program, it was observed that the social worker was out of that process, in other words, so far, it has not been offered by the institution the course of Social Work. In this sense, the referred study aims at contextualizing the path of the interiorization politics of higher education of the institution and analyzing the politics that made unfeasible, so far, the offering of the Social Service course for the formation of social workers in the paraense countryside towns. The following discussions demonstrate the need of beginning, in the institution, a reflection process and the taking of decision, about the viability of this course in the countryside of the State. The referred study raises some reflections in the perspective of serving to the institution and other scholars, as an instrument of reference, aiming at contributing with this new moment: The one of the Multicampi University.

KEY-WORDS: interiorization, politics, decentralization, campuses, institution, Social Work and Amazonian.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ANEXOS

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A INTERIORIZAÇÃO DA ACADEMIA: UMA HISTÓRIA	32
1.1 - Reconstituição histórica do Projeto de interiorização da UFPA	33
1.2 - Implantação do projeto - período 1986 a 1992	40
1.3 - Consolidação e expansão das ações no interior do Estado do Pará – 1993 a 1997	55
1.4 -A interiorização a partir de 1998.....	61
CAPÍTULO II – RESULTADO DAS AÇÕES DA INTERIORIZAÇÃO E A RELAÇÃO COM O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	66
2.1 - Metas propostas no projeto	67
2.2 - Resultado das metas	69
2.3 - As políticas utilizadas para demandar cursos ao interior	75
2.4 – Duas décadas da efetivação do projeto. Não oferta do curso de Serviço Social	81
CAPÍTULO III – A INTERIORIZAÇÃO DA UFPA HOJE, E A NECESSIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	89
3.1 – O Programa de Interiorização na atualidade	90
3.2 - Perfil da problemática social no Estado do Pará	93
3.2 - Necessidade do profissional assistente social nos municípios paraenses	103
CONSIDERAÇÕES	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O Sistema Federal de Ensino Superior na Amazônia em 1985.....	19
Tabela 2 - Situação Educacional no Estado do Pará em 1985	42
Tabela 3 - Candidatos aprovados por campus e curso no 1º vestibular do Programa de Interiorização em 1986.....	45
Tabela 4 - Vagas previstas por campus para a criação do quadro permanente de docentes no interior / 1993.....	58
Tabela 5 - Vagas previstas por campus para a criação do quadro permanente de docentes no interior / 1994.....	59
Tabela 6 - Total de vagas ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES por Estado e Modalidade, interstício de 1986 a 1993.....	71
Tabela 7 - Atividades oferecidas pelas IFES no período de 1986 a 1993.....	72
Tabela 8 - Número de municípios por mesorregiões do Estado do Pará	94
Tabela 9 - Atendimentos realizados pelo Programa de Enfrentamento em 2005 – SETEPS/PA	100

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Resolução N° 1.355, de 03 de fevereiro de 1986. Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará	125
Anexo 2 - Quadro dos cursos ministrados nos Campi Universitários no interstício de 1987 a 1994	127
Anexo 3 - Relatório da mobilidade discente do ano de 1987 a 2005	129
Anexo 4 - Cursos de graduação e mobilidade discente no interior – 2001 a 2005	134
Anexo 5 - Cursos de Contratos Especiais no período de 1999 a 2005	136
Anexo 6 - Mesorregiões e municípios do Estado do Pará	142
Anexo 7 - Resolução N° 3.211, de 03 de novembro de 2004. Estabelece princípios e define critérios gerais para a Classificação e a Gestão Acadêmica dos Campi Universitários – Universidade Multicampi	144
Anexo 8 – Relatório de Procedimentos Instaurados no interior do Estado do Pará – I semestre de 2006	147
Anexo 9 - Formulário aplicado ao Pró- Reitor de Ensino de Graduação da UFPA	148
Anexo 10 - _____ aos gestores do Curso de Serviço Social: Diretor do Centro Sócio – Econômico, Coordenador e vice do referido curso	149
Anexo 11 - _____ coordenador de cursos de graduação ministrados nos interiores	150
Anexo 12 - _____ egressos (mestres e doutores) da interiorização	151

INTRODUÇÃO

As grandes mudanças que têm marcado a história mundial neste início de século XXI, caracterizadas por uma série de transformações na economia, na sociedade e na natureza dos países, têm gerado o aparecimento e o agravamento de sérios problemas: aumento da pobreza, da insegurança, da violência, das guerras, da falta de sensibilidade e da esperança, levando a humanidade ao enfrentamento de níveis crescentes da perda de qualidade de vida no mundo contemporâneo.

Apesar do avanço da ciência e da tecnologia, fomentado pela busca constante do aumento da produção e do consumismo de mercadorias, observa-se que essas mudanças têm sido incipientes para minimizar as desigualdades sociais, principalmente, na Região Amazônica, onde presenciamos um cenário com efeitos sociais perversos resultantes dos modelos de desenvolvimento, até então adotados para a Região Amazônica e particularmente para o Estado do Pará. Para Freitas (2005:12), esses efeitos podem ser retratados no texto a seguir:

“... nos índices de depredação ambiental, na larga escala de exclusão social, na crescente ocorrência de violência, de criminalidade urbana e rural, na desestruturação dos meios de produção social e econômico das populações locais e na concentração fundiária, nos números de crianças que trabalham e nas que se prostituem, nos “comboios” de homens, mulheres e menores escravizados, em busca do pão e da moradia prometidos, situações que muitas vezes geram a indignação passiva e calada de muitos e acabam se plasmando na omissão e na indiferença dos que têm o dever de evitá-las”.¹

Diante desses dilemas sociais, percebe-se que no jogo das transformações econômicas em curso, as contradições se avultam em decorrência da insuficiência de políticas públicas por parte do governo do Estado, tendo em vista o acúmulo de problemas sociais ocasionados pela histórica insensibilidade oficial no que diz respeito à escassez de instrumentos financeiros e administrativos, inviabilizando (em parte) o propósito maior para o qual a instituição UFPA foi criada, que é:

“A construção da cidadania através da produção do conhecimento, do fomento das idéias, da inovação tecnológica, de soluções sociais inovadoras e da formação de quadros profissionais de qualidade colocados ao serviço da sociedade”.²

Frente a essa realidade contrastante, percebe-se que tem sido grande o desafio que a universidade tem enfrentado.

¹ FREITAS - Universidade Multicampi – conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará -2005.

² Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001/2010.

Disso pode-se inferir que, mesmo diante dos dilemas e crises, a Universidade Federal do Pará, desde a década de 1970, passou a descentralizar suas ações de forma pioneira e concreta para alcançar o interior do Estado do Pará, acatando e executando as ações extensionistas e de formação, como: Centro Nacional de Formação Rural - CENAFOR, Projeto Rondon, Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias - CRUTACS, Centro de Educação Técnica da Amazônia - CETEAM, Núcleos de Educação, dentre outros³.

Em 1986, a instituição implantou o seu Programa de Interiorização em 08 (oito) Campi Universitários: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure, através da Resolução de nº 1.355 de 03 de fevereiro de 1986, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – CONSEP (ver anexo).

Nesse contexto, observa-se que a problemática social agravou-se, particularmente, quando analisamos o processo histórico dos anos 1980, no qual intensificaram-se as criações de garimpos, a implantação dos grandes projetos minerais, assim como a privatização de grandes áreas territoriais por grupos econômicos poderosos, a construção de hidrelétricas. O resultado foi a intensificação da migração da população mais pobre para os centros urbanos ou grandes concentrações nas regiões garimpeiras, sem qualquer assistência social como também a desapropriação de pequenos proprietários rurais, que tiveram suas terras nas áreas alagadas, em decorrência do processo de construção dos lagos para as hidrelétricas. Conforme relatada na bibliografia de Leal (1982), professor da própria instituição⁴.

Para Freitas (2005: 13), essas adversidades permanecem em decorrência do seguinte:

“Considerável aumento dos municípios paraenses, pelo crescimento demográfico e pela correspondente elevação e diversificação das demandas, tudo fruto das aspirações manifestadas por essa contemporaneidade, móvel e virtual, por força da instigante tecnologia de informação”.

Diniz (1999)⁵, ao abordar essas adversidades em seu pronunciamento sobre a questão das assimetrias na educação, revela o lado dramático da educação na Região Norte, dizendo que:

“A má formação no Ensino Fundamental e Médio é uma das raízes dos graves problemas que atingem a educação no Norte do País. Torna-se um círculo vicioso alimentando os distanciamentos regionais, pois oferece aos estudantes nortistas uma formação falha condenando-os previamente a ter poucas chances em um mercado competitivo e que privilegia o apuro técnico-científico”.

³- Segundo o documento histórico “Campus Universitário de Castanhal - sua História”, a UFPA iniciou seus trabalhos em Castanhal em 1965, com cursos de extensão nas férias de julho em: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Didática. Campus Universitário de Castanhal, 1995.

⁴- “Os primeiros impactos sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRÁS/ALUNORTE”.

⁵- Entrevista do reitor da UFPA, professor Dr. Cristovam Wanderley Picanço Diniz ao Jornal “O Liberal” em 10/06/1999.

Na perspectiva institucional, o trabalho de Diniz & Guerra (2000)⁶, discute o reconhecimento dos problemas, da necessidade da sociedade no que se refere à educação e as possibilidades e limitações da academia, na criação e condução de atividades que poderiam contribuir para minimizar os problemas sociais existentes. Conveniente se faz transcrever uma das citações desse trabalho:

“As universidades precisam estar permanentemente atentas para o papel que desempenham no desenho dominante do perfil e da prática pedagógica dos professores, que ela forma para o Ensino Básico. Nunca é demais lembrar que o perfil dos alunos que ela recebe nos seus cursos de graduação é resultado do trabalho que a educação básica proporcionou a eles, portanto as Instituições de Ensino Superior têm interesse direto nesse processo”.

Para compreender e interpretar essas questões procurou-se desenvolver um estudo sobre a instituição, naquilo que se refere ao papel formador da instituição Universidade Federal do Pará, no Estado. Reconhece-se que ela tinha e tem um papel estratégico na discussão das questões sociais, e que tem sido afetada pelas grandes transformações dos novos paradigmas tecnológicos, econômicos e culturais que trazem profundos impactos aos padrões de vida social.

O presente estudo objetiva abordar a história da implantação e desenvolvimento do Programa de Interiorização da UFPA, a fim de contribuir nas soluções técnicas e sociais dos problemas educacionais e sociais do Estado. Portanto, o objetivo da dissertação foi a reconstrução histórica do Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará (1986 a 2005), na perspectiva de evidenciar a necessidade da implantação do curso de Serviço Social. Este curso, tendo em vista sua linha programática, poderá trazer contributos essenciais na indicação de soluções aos problemas sociais que afetam as populações interioranas.

Acrescenta-se a este o objetivo de propiciar à instituição dados e informações que contribuam para o replanejamento e a eficácia de suas ações e atividades no interior.

Na execução deste trabalho foi necessário historicizar as necessidades e as possibilidades que determinaram a implantação desse programa no Estado do Pará.

A UFPA, inserida nesse contexto, deparou-se com um grande problema afeto a ela. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Educação, em 1986 só atuavam no interior do Estado 150 professores graduados, para uma população interiorana de 2.470.104 habitantes (Projeto de Interiorização da UFPA-1986/1989).

⁶- “Assimetrias da Educação Superior Brasileira: vários brasis e suas conseqüências”.

Essa reconstrução histórica evidenciou as necessidades e possibilidades reais de mudança na cultura, nas condições econômicas e sociais das sociedades, em determinadas circunstâncias históricas.

Neste sentido, buscou-se recuperar a política e a práxis propostas no Programa de Interiorização da UFPA, inscrita na documentação existente e no depoimento dos professores, técnicos administrativos e alunos que vivenciaram o período proposto.

O projeto da Universidade Federal do Pará operacionalizou-se até o momento nas seguintes fases: 1ª fase: 1986/1992, 2ª fase: 1993/1997 e 3ª fase: 1998 até os dias atuais.

Ressalta-se que a interiorização da UFPA teve início nos anos 1960, em parceria com órgãos e instituições universitárias do Norte e Sudeste, com a criação dos Núcleos de Educação na década de 1970, quando se ministraram, nos interiores do Pará, os cursos de Licenciatura Curta em Letras, Estudos Sociais e Ciências, para o ensino de 1º Grau e os de Licenciatura Plena⁷, formando professores para o de 1º e 2º graus. Ao mesmo tempo desenvolveu ações extensionistas, através da implantação dos Escritórios Modelo com atividade nas áreas jurídica e assistência social⁸.

Nesse período, tanto a Amazônia como o Pará não foram contemplados com programas socioeducacionais de forma sistemática. Até os anos 1980, com exceção da criação da UFPA e algumas instituições privadas, as ações aqui executadas foram pontuais e esporádicas, sob a égide do regime militar. As atividades desenvolvidas nesse período encerraram-se na década de 1980, e as de extensão na de 1990.

Optamos por trabalhar com o conceito *fase*, para analisar as atividades do Programa de Interiorização da UFPA, no período de 1986 a 2005. A escolha do termo deve-se ao fato de que o entendemos como o período total no qual se desenvolveram as atividades, e que nem sempre é coincidente com o proposto no projeto, assim como incorpora a prioridade estabelecida nos objetivos e metas, as modificações e reorganização das atividades no processo de sua realização.

A 1ª fase prevista para o período de 1986 a 1989 refere-se ao primeiro projeto, ampliado para 1992. Esta ampliação do tempo decorreu:

⁷ Português (Inglês e Francês), Geografia, História, Matemática e Pedagogia (Administração, Supervisão e Orientação), voltados para a complementação das Licenciaturas de 1º grau. Documento – “Origem e Funções do Centro de Educação”- UFPA. Ver também. Resolução nº 39, de 14 de outubro de 1970 – CONSUN.

⁸ O Serviço de Assistência Jurídica e Social – S.A.J.S. desenvolvia atividades voltadas para as comunidades e as Prefeituras Municipais. Em Castanhal esse serviço era um fato expressivo. (Relatório do C. de Castanhal, 1995).

- a) da ruptura dos contratos de parcerias de algumas prefeituras, após os pleitos eleitorais que trocaram os gestores municipais;
- b) da redução, pelo Governo Federal, de recursos orçamentários destinados à instituição, em especial para as atividades de Interiorização;
- c) das reformulações curriculares, que implicaram a ampliação do tempo de realização dos cursos, que passaram a implementar algumas habilitações após a conclusão da graduação, a exemplo: Pedagogia, com habilitação em administração escolar, supervisão escolar e orientação educacional; Ciências Sociais, em ciência política e social; Letras, em língua portuguesa e estrangeira; Ciências, em matemática e física, entre outras.

A prioridade do projeto nessa fase foi a qualificação dos professores do Sistema de Ensino do Estado e municípios, em regime de módulos (durante o recesso escolar), acrescida das atividades de extensão relativas às ações culturais e de saúde.

As bases físicas dos Campi, incluindo alojamento para professores e alunos, foram conseguidas através de convênios com as prefeituras locais ou da absorção de campi avançados do Projeto Rondon e Núcleos de Educação, administrados até então por universidades do sudeste e sul do país.

A 2ª fase realizou-se entre 1993 a 1997; além de manter as prioridades desenvolvidas na 1ª fase, ampliaram-se e diversificaram-se as ações, oferecendo os mesmos cursos de Belém, nos períodos letivos similares aos da capital, ou seja, ao longo do ano. Essa medida teve como finalidade a formação de uma nova geração de professores universitários, que em médio prazo viriam a substituir os professores em exercício. Foi propiciada também a oferta de cursos de formação em nível de pós-graduação, para formar especialistas disseminadores de possibilidades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Essa fase caracterizou-se na investigação das tendências de desenvolvimento socioeconômico das diferentes microrregiões do Estado, o que resultou na criação dos seguintes núcleos de pesquisa: *Altamira*: Análise de Solos, objetivando desenvolver tecnologias adequadas ao desenvolvimento agroindustrial; *Bragança*: Biologia Costeira, objetivando a interdisciplinaridade e a formação de recursos humanos, com vistas a agregar esforços para o desenvolvimento da pesquisa e ensino, utilizando os recursos da região; *Castanhal*: Biotecnologia da Reprodução Animal – CEBRAN; *Marabá*: o Centro Agro-Ambiental do Tocantins – CAT, com vistas à promoção do desenvolvimento da agricultura familiar; *Santarém*: Biociências e Impacto Ambiental,

objetivando gerar conhecimento capaz de sustentar políticas de proteção ambiental, além da formação de recursos humanos para consolidação e expansão das atividades do laboratório de Biologia Ambiental.

Para conseguir realizar esses objetivos, que incluíam dotar os Campi de uma infra-estrutura adequada para execução dessas ações, foram efetuados parcerias e convênios para obtenção de recursos financeiros, principalmente com o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, incluindo a alocação de recursos específicos, por parte do Ministério da Educação e Desportos, para o projeto de Interiorização, conforme orçamento apresentado.

É necessário chamar atenção ao período referido acima, pois ele é relativo apenas ao processo de implantação e consolidação, ou seja, trata de atividades que devem se tornar permanentes nas respectivas regiões.

Acrescente-se a isso a elaboração, por parte da Pró-reitoria de Extensão da UFPA, do Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, que se iniciou nessa fase e continua até os dias atuais.

A 3ª fase refere-se ao período de 1998 aos dias atuais. Essa fase caracterizou-se inicialmente pela redução dos cursos de graduação ministrados nos períodos especiais denominados de intervalares (recesso do sistema de Ensino Formal), e a intensificação das atividades iniciadas na 2ª fase.

Tendo em vista as exigências contidas no Art. 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - 9394/96, no que diz respeito aos prazos estabelecidos para que todos os professores da Educação Básica concluíssem a graduação até o ano de 2007, a UFPA, de 1999 até 2003, firmou com as prefeituras e Governo do Estado 146 (cento e quarenta e seis) contratos denominados “Contratos Especiais⁹”, ofertando os cursos de graduação, totalizando 81 (oitenta e uma) turmas com média de 50 alunos cada, Gomes (2003:10).

Diante dessa exigência, e objetivando a capacitação e formação dos professores do Ensino Fundamental do sistema oficial que se encontravam em situação fora da exigida pela LDB, a UFPA passou a ofertar, em regime de contrato especial, as Licenciaturas Plenas nas áreas de Ciências, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. Esses cursos de contrato funcionam em períodos semelhantes aos da 1ª fase (no recesso escolar), em regime de consórcio,

⁹- Destinados aos professores das redes públicas de ensino estadual e municipal, com conteúdo programático específico, observando as orientações das diretrizes nacionais e internas da UFPA.(Gomes:2003.p.28)

forma utilizada por várias prefeituras para implantação de um determinado curso, subsidiando-os com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF¹⁰ (ver anexo).

No estudo realizado na instituição por Gomes (op.cit), sobre a política dos Contratos Especiais¹¹, a referida autora aborda o seguinte:

“A UFPA tornou-se uma importante parceira de prefeituras e Governo do Estado, no sentido de desenvolver um projeto visando habilitar os profissionais que se encontravam na condição de professores leigos, ou seja, aqueles que de acordo com a LDB 9394/96 (art.62), embora estivessem em exercício na carreira do magistério, não eram habilitados para o exercício da profissão no nível que atuavam”.

Registre-se que, nesta fase, o Programa de interiorização passa a ser visualizado, de forma legal, sob um novo modelo de universidade, mas com a mesma importância histórica largamente reconhecida do programa original, que gradativamente foi se consolidando, principalmente nas regiões do Estado do Pará, em quase duas décadas. Esse novo modelo, regulamentado através da Resolução Nº 3.211, de 03 de novembro de 2004, passa a chamar-se Universidade Multicampi.

Ao analisar alguns pressupostos conceituais que orientaram a política de interiorização direcionada à educação, no Estado, tivemos algumas dificuldades, como a insuficiência de bibliografia específica ao assunto. Dentre elas, destacam-se os estudos realizados na própria instituição, através de documentos da época. Nesses estudos, constatou-se que a Interiorização do Ensino Superior na Região Amazônica efetivou-se e implantou-se a partir das experiências adquiridas da prática das atividades extensionistas, principalmente a dos CRUTACS e os Núcleos de Educação.

Segundo Coelho (1998:18), o termo “interiorização” em nosso País teve início com a colonização, quando os portugueses ocuparam o Brasil, criando povoados e colônias no litoral, e através das entradas foram conquistando “os sertões” do interior do Brasil.

Mas é com a elaboração e promulgação da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, pelo Decreto nº. 8.659, de 05 de abril de 1911, que se institui o Ensino Livre, com essa autonomia didática e administrativa às Instituições de Ensino Superior que contavam com

¹⁰ Lei Federal nº 9424/96, Art. 2º que: “Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização do magistério” (LDB-9394/96).

¹¹- ACE - Avaliação das Condições de Ensino: um modelo para avaliar os Cursos de Licenciatura da UFPA Regidos por Contrato. Monografia apresentada no curso Administração Estratégica da UFPA em 2003.

condições próprias de manutenção. Essas instituições ficaram isentas de qualquer fiscalização por parte dos organismos federais.

A referida lei, por ter sido elaborada na administração do Ministro do Interior Rivadávia Correia, a quem estavam afeitos os assuntos do ensino, passou a ser conhecida como Reforma Rivadávia Correia. Foi graças à referida legislação que surgiram as Universidades Livres e Populares¹², na realidade as precursoras do ensino universitário brasileiro.

Para Gurgel (1986:34), foi com a criação da Universidade Livre de São Paulo (1912) que apareceu no Brasil a Universidade Popular¹³ como estrutura vinculada ao Sistema de Ensino Superior, por influência direta do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. Apesar de as universidades populares já existirem no Brasil, o que há de especial na Universidade Popular de São Paulo é o seu surgimento diretamente relacionado a uma Instituição de Ensino Superior, portanto a primeira experiência de extensão universitária no País, na qual foi definida a formulação extensionista: Os Cursos de Extensão, prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente.

Com relação a esse período, Silva (2002:175) relata o seguinte:

“Eram cursos desligados do todo acadêmico, assistemáticos e que não despertaram o interesse das classes populares, encerrando suas atividades, por isso, entre outras razões, em 1971”.

A partir dessas práticas, o processo das atividades acadêmicas adequadas a peculiaridades regionais torna-se fato considerado natural, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, e mesmo em algumas áreas do nordeste brasileiro, através de Centros Universitários onde são implantadas escolas de Agronomia, como na Bahia, no Rio Grande do Sul e Viçosa (MG), esta fundada em 1920, considerada uma das mais importantes. Essas escolas visavam à aproximação do ensino agrônomo às realidades práticas, mas essas práticas ainda não foram consideradas concretas na Amazônia, à exceção do pioneirismo da criação da Universidade Livre de Manaus, que conseguiu manter-se por um curto período.

¹² - Universidade Livre: Amazonas (1909), Paraná (1912) e S.Paulo (1912), (Gurgel: 1986 p.34), e Popular: Rio de Janeiro (1900), Maranhão (1906). (Silva: 2002 p. 175)

¹³ -As universidades populares surgiram na Europa no séc. XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo. Comumente resultava de um esforço autônomo de intelectuais, menos no Estados Unidos, onde a extensão surgiu como iniciativa de instituições oficiais.(Gurgel, 1986)

O processo de interiorização das atividades na Amazônia é recente; à exceção da iniciativa pioneira da criação da Universidade Livre de Manaus, mantendo-se por um curto período, pois essas universidades não se consolidaram. A partir da década de 1920 surgiram as primeiras faculdades na região¹⁴. As Instituições Federais de Ensino Superior da região, na forma como são conhecidas hoje, implantaram-se apenas a partir do final da década de 1950, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 - O Sistema Federal de Ensino Superior na Amazônia em 1985.

IFE	Sigla	Ano de Fundação	Sede
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	FCAP	1945	Belém
Universidade Federal do Pará	UFPA	1957	Belém
Fund. Universidade do Amazonas	FUA	1962	Manaus
Fund. Universidade do Maranhão	FUMA	1966	São Luis
Fund. Universidade Fed. do Acre	FUFAC	1970	Rio Branco
Fund. Universidade Fed. de Mato Grosso	UFMT	1970	Cuiabá
Fund. Universidade Fed. de Rondônia	UNIR	1982	Porto Velho
Fund. Universidade Fed. de Roraima	FUFRR	1989	Boa Vista
Fund. Universidade Fed. do Amapá	FUFAP	1990	Macapá
CEFET do Maranhão	CEFET-MA	1992	São Luis

FONTE: II Projeto Norte de Interiorização da UFPA – 1994/1997.

Essas Instituições tornaram-se as principais responsáveis pelo enfrentamento do enorme desafio de se consolidarem nas capitais, onde se tornaram as principais responsáveis pela consolidação de pólos de irradiação das atividades acadêmicas, numa região que abrange 58% do Território Nacional, caracterizada pela dificuldade de acesso à educação básica, à saúde, ao saneamento, ao transporte, ao conhecimento e manuseio da sua biodiversidade, conseqüências de uma ocupação desordenada, fruto das radicais mudanças no campo político, econômico e social.

Dentre os autores que estudam essa questão da ocupação na Amazônia, podemos destacar:

¹⁴ - A Faculdade de Direito é o mais antigo estabelecimento de ensino superior da Amazônia e a segunda no Norte, constituída como Faculdade Livre de Direito do Pará, reconhecida pelo governo federal pelo Decreto nº 4.904, de 27 de julho de 1903. Após anos de fecunda e ininterrupta existência, passou para o âmbito do governo estadual, através do Decreto nº 486, de 17 de setembro de 1931, com a denominação de Faculdade de Direito do Pará. Mais tarde, por força da Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950, foi federalizada e incorporada à Universidade do Pará, pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957. Informativo da UFPA – Ed. Histórica, junho de 1977.

Becker (1998:12) diz que a ocupação da Amazônia se torna prioridade após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de Segurança Nacional, o objetivo básico do governo militar é a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma reestruturação do País, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social.

Na verdade, essa ocupação torna-se um fenômeno provocado pela política de “integração”, adotado pelo Governo Federal, em que numerosos contingentes populacionais deslocam-se do Sul do País, expulsos pela forte concentração fundiária, consequência da expansão do capitalismo, um novo modelo de desenvolvimento econômico caracterizado pelo congelamento dos salários, favorecendo uma alta concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada¹⁵. Junte-se a isso a grande pressão do progresso econômico a partir dos anos 1970, sob o rótulo “desenvolvimentista”, com a implantação de projetos minerais e agropecuários, agravando a questão social, com repercussões na educação quanto à estrutura prestadora de serviços para atender à grande massa de migrantes. Vale lembrar que a região sempre foi marcada pelo processo exploratório.

O primeiro período foi o da exploração da floresta em busca das “drogas do Sertão” para a Europa, em seguida o “Ciclo da Borracha”, demandada pela industrialização do EUA e da Europa. Do período de 1920 a 1930, têm início as frentes pioneiras, agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste, intensificadas nas décadas de 1950 e 1960. Essa intensificação ganha maior repercussão em 1970, com a denominação de “Grandes Projetos”, como: Programa Grande Carajás (PGC), Complexo Industrial de Barcarena (Albrás/Alunorte), Usina de Tucuruí e Projeto Jari. Esses grandes projetos surgiram na década de 1970, a partir de 1980, integram-se num grande programa (Becker, 1998:65).

Essas experiências na região possibilitaram perceber que não resultaram em melhorias na qualidade de vida da população local, pois se observa a insuficiência de políticas públicas realmente comprometidas com a região. Geram a pobreza e a exclusão social, em que o baixo ou nenhum nível de escolaridade e a carência de recursos humanos qualificados, para o desenvolvimento econômico e social local, é preponderante. Sobre essa questão de exclusão social na Região Amazônica, como uma das características marcantes do poder que o capital exerce, principalmente nos países subdesenvolvidos, Leal (1996:01) afirma o seguinte:

¹⁵ Diagnóstico de Educação no Estado do Pará – Volume, VI – UFPA – CE, 1986.

“Uma das questões sociais mais premente, no atual estágio histórico do desenvolvimento capitalista, é a dos países subdesenvolvidos. É uma profunda dicotomia que se expressa em dois sentidos: não só porque manifestam a profunda diferença entre as sociedades ricas e as sociedades pobres no plano das nações mas também porque, entre estas últimas, revela a profunda contradição entre os seus potenciais de riqueza – muitas vezes extraordinários e a miséria social a que estão relegados”.

Do ponto de vista educacional, esse histórico do desenvolvimento capitalista referendado pelo autor tem suas repercussões na educação brasileira gerando com isso um déficit na educação e a deterioração da escola pública. Segundo Santos (1987:67), o censo de 1970 registrava pouco mais de 30 milhões de analfabetos (acima de 15 anos, critério considerado pela UNESCO); o número de crianças em idade escolar fora da escola aumentou de 4.700.000, em 1964, para 6.500.000, em 1970; mais de 45% dos professores primários do Brasil não tinham o curso de normalista (hoje Ensino Médio - Magistério); mais de 20% não tinham o curso primário; entre o primeiro e o segundo ano do primário havia 52% de reprovação; de cada 1.000 crianças que entravam no primeiro ano do primário, apenas 198 terminavam; 70,6% dos professores não possuíam Curso Superior; mais de 50% dos municípios brasileiros não possuíam ginásios (hoje colégios de Ensino Médio).

Conseqüentemente a Região Amazônica não ficou imune a esse cenário, e foi nesse quadro de adversidades que a UFPA, a partir da década de 1970, passou a inserir-se no contexto da região enquanto agência formadora de conhecimento, assumindo esse compromisso, através das ações extensionistas. A essas ações somaram-se as realizadas pelas Universidades do Sul e Sudeste através do Projeto Rondon, propiciando a instalação dos “Campi Avançados” na Amazônia, servindo de base a projetos comunitários e programas de qualificação de pessoal da região.

As ações extensionistas na Amazônia eram pontuais, não havendo possibilidade de execução de programas de longa duração voltados para a qualificação de pessoal em nível de graduação, anseio da sociedade, tendo em vista as altas taxas de crescimento populacional e baixo índice de capacitação do pessoal instalado na região. A essa realidade adicionava-se outra situação, haja vista que dos 25.000 (vinte e cinco mil) professores que atuavam na rede de ensino básico e médio do interior do Estado do Pará, apenas 0,6% (150) eram licenciados plenos. Percebe-se que o panorama educacional é preocupante: índice elevado de crianças fora da escola, altas taxas de evasão e repetência, contingentes expressivos de jovens e adultos analfabetos, pois a minoria de estudantes que consegue transferir-se para Belém não retorna ao seu próprio “habitat” esvaziando seus interiores de recursos humanos qualificados. Baseando-se nesta avaliação do quadro

educacional do Estado, a UFPA partiu em 1986 para a realização do Projeto de Interiorização (1986/1989), cuja apresentação manifestava que:

“O propósito de resgatar a reconhecida dívida do Estado com a sociedade, no que concerne ao direito que esta tem à educação, impõe às instituições de Ensino Superior a necessidade de reprogramarem suas metas e reavaliarem seus procedimentos”.

Na apresentação desse projeto pela UFPA, foi relatado o seguinte:

“O projeto aqui apresentado representa um esforço da UFPA no sentido de iniciar um processo de integração à realidade amazônica. Busca-se através deste projeto, recuperar os valores e a sabedoria regionais e integrá-las aos procedimentos formais do ensino e da pesquisa acadêmica, processo que deverá levar, como resultado final, à formação de profissionais comprometidos com os problemas da região”.

A UFPA reuniu-se, em cada pólo das regiões do Estado, com os representantes institucionais e da sociedade civil organizada, para discutir suas necessidades e possibilidades de parceria, na perspectiva de construir o programa e cursos a serem ofertados, e em qual município se instalaria o campus.

O resultado de seminários, reuniões e demais ações congêneres resultou na criação de 08 (oito) Campi (Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure) e 2000 (duas mil) vagas. Os cursos oferecidos foram: História, Geografia, Pedagogia, Letras e Matemática. O processo seletivo foi realizado em outubro de 1986; tendo início as atividades em janeiro de 1987.

Ressalta-se que foi estabelecido um novo regime didático em decorrência do oferecimento dos cursos em regime intensivo, fora da sede e parcelado, com características muito peculiares e atípicas, sendo assim:

“... A universidade modificou o seu calendário para os cursos da capital, iniciando o 1º semestre no dia 09 de março e o 2º no dia 1º de setembro, em função de atender aos cursos do Projeto de Interiorização, tendo em vista utilizar o mesmo corpo docente”.¹⁶

Podemos considerar que esse período caracterizou-se pela criação e consolidação da presença da Instituição na região paraense, através da implantação do Projeto de Interiorização.

Na perspectiva de superar, minimizando a carência de recursos humanos com qualificação adequada, para atuar na educação no interior do Estado, a UFPA, além das Licenciaturas Plenas

¹⁶- Parecer nº 629/87, aprovado em 04/08/87 que autoriza o oferecimento os cursos de licenciatura Plena em regime intensivo e fora da sede, dentro do seu Projeto de Interiorização.

implantadas, inicia, a partir de 1992, o processo de consolidação de suas ações, diversificando e ampliando a oferta de cursos, tendo como eixo condutor a qualificação de recursos humanos direcionados à educação.

A partir daí, a oferta das licenciaturas é ampliada e intensificada, incluindo os cursos de Física e Biologia.

Além de contribuir para superar uma carência no sistema de educação relativa à formação de professores, a UFPA criou um Programa de Extensão com ações que, a partir do princípio da integração Ensino, Pesquisa e Extensão, teve como principal objetivo levantar e buscar soluções para minimizar as questões e os problemas sociais tão evidentes no interior do estado.

A seguir, após a análise da situação social, econômica e cultural dos discentes aprovados, constatou-se a necessidade de formar gerações jovens, para que em médio prazo não se repetisse a mesma situação que antecedeu a implantação dos cursos no interior do Estado.

Paralelamente às pesquisas e aos programas de Extensão, foram sistematizadas inúmeras necessidades relativas às condições sociais e culturais da população interiorana.

Na perspectiva de atender a essas necessidades não pertinentes diretamente à questão da educação formal, a universidade, através das instâncias pertinentes (centros, departamentos e colegiados), replanejou o I Projeto de Interiorização, incluindo a oferta de cursos em períodos letivos semelhantes ao da capital, em Letras, Matemática, Pedagogia dentre outros.

E para atender às demais demandas diretamente relativas ao desenvolvimento socioeconômico, técnico e cultural, a UFPA implementou cursos de especialização e programas de pesquisa e atividades de extensão, com o objetivo de definir e precisar as necessidades da sociedade e as possibilidades da instituição.

Portanto, foi com esse intuito que a instituição, dando continuidade à consolidação, diversificou suas ações, incorporando uma demanda contínua e variada de acordo com as tendências específicas detectadas em cada microrregião, nas quais, privilegiando o potencial específico de cada uma, foram direcionados os seguintes Pólos e a implantação de cursos, definidos segundo a especialidade: Agropecuário em Altamira, gerando os cursos de Ciências Agrárias e Agronomia e a pós-graduação em Agricultura Familiar; Biologia Costeira em Bragança, resultando na criação dos cursos de graduação em Biologia, Engenharia de Pesca e o Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos; Biotecnologia da Reprodução Animal em Castanhal, originando o curso de medicina Veterinária; Engenharia de Produção em Marabá, originando os

curso de Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais e Geologia, além da especialização em Engenharia de Minas; Biociências e Impacto Ambiental em Santarém, e a Pesquisa denominada “Presença do Mercúrio e Exposição Humana a sua Contaminação na Bacia do Tapajós”. Em seguida, foi criado o curso de Física.

Essa consolidação e expansão da academia através da descentralização de suas ações, ainda que prioritariamente as voltadas para a melhoria da qualificação do quadro docente do Ensino Fundamental e Médio, ganham reforço, a partir das exigências pautadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no capítulo das Disposições Transitórias, Artigo 87 Parágrafo 4º, em que estabelece o seguinte:

“Art. 87 – É instituída a década da educação a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei”.

§ 4º - “Até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em Nível Superior ou formados por treinamento em serviço”.

:

Nessa linha de reflexão, podemos considerar a importância da UFPA, enquanto agente social comprometido com a formação cultural e a qualificação de recursos humanos para o exercício profissional e preparação para a reflexão crítica e participativa na sociedade. Observamos com isso que a Interiorização caracteriza-se não só pela continuidade, mas também pela consolidação e expansão das ações acadêmicas no interior, bem expressas nos objetivos de um dos projetos culminantes dessa fase, como podemos observar:

“Consolidar o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará, e expandir a oferta de Cursos de Licenciatura Plena, no interior do Estado, visando graduar técnicos e habilitar professores para o Ensino Básico e Médio”;

Ampliar a habilitação de professores do interior do Estado, para o Ensino Básico e Médio;

Desenvolver Projetos de pesquisa e de extensão nas diversas áreas do conhecimento, aproveitando as potencialidades da região, que permitam tornar a atuação da UFPA adequada às realidades Amazônicas¹⁷”.

O Processo de Interiorização da UFPA, efetivado em 1986, foi um passo fundamental para o desenvolvimento da Região Amazônica, ainda que em patamares aquém das demandas e desafios loco-regionais. A instituição, no decorrer desse processo, assumiu a descentralização de suas

¹⁷ - Projeto de Consolidação e expansão dos Cursos de Licenciatura Plena no Interior do Estado: 1992/1998- UFPA

atividades acadêmicas, inicialmente buscando parcerias através de convênios, como uma das principais estratégias institucionais.

Portanto, ao longo dessa trajetória da descentralização de suas ações acadêmicas, a instituição desenvolveu o trabalho em parceria com as Instituições Federais de Ensino da Amazônia, dando origem a três edições do Plano Norte de Interiorização (PNI). Registre-se que, apesar de não ser objeto do estudo, o assunto só será abordado de acordo com o item que estiver correlacionado com as ações do Programa de Interiorização; para isso, cabe apresentar a ênfase de cada um deles.

Vale destacar que no mesmo interstício do Projeto de Interiorização da UFPA, em maio de 1986, ocorreram em Belém as primeiras discussões de caráter regional sobre a interiorização das Universidades Federais Amazônicas, durante o Seminário “*O Processo de Interiorização das Universidades Amazônicas*”, com a participação de representantes de todas as IFES da região, seguida da reunião em Manaus, no mês de junho, com os representantes das Universidades do Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, para elaboração do I Projeto Norte de Interiorização¹⁸, que incorporou os objetivos, metas e estratégias já firmados no Projeto de Interiorização da UFPA (1986), ou seja:

“As diretrizes estabelecidas definiram como prioritárias as ações voltadas para a formação de professores de 1º e 2º graus. Estabeleceram também, como necessárias às ações direcionadas ao resgate e preservação do patrimônio artístico cultural, além de orientar a realização de pesquisas aplicadas. Esse conjunto de ações deveria influenciar na transformação das bases econômicas e sociais dos municípios e da Região Amazônica”.

Segundo alguns posicionamentos levantados nesses encontros, a centralização das atividades resulta em conseqüência particularmente negativa na região amazônica, onde as grandes distâncias atuam como bloqueio do acesso das populações interioranas às universidades. Existe também o fato de o aluno graduar-se na capital e não retornar ao seu interior, a fim de contribuir, depois de formado, com sua região de origem. A centralização propicia a migração de profissionais às grandes cidades, atuando como fator inibidor de fixação de pessoal qualificado no interior.

Portanto, o I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989) teve, igualmente, como motivações centrais, ao traçar diretrizes, de definir metas e estabelecer estratégias para o planejamento, a

¹⁸ - I Documento das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia – 1986/1989- UFPA.

execução e a avaliação permanente das ações específicas a serem executados por cada Universidade da região, dois elementos norteadores, ou seja:

“A dificuldade ou mesmo o impedimento do acesso de estudantes do interior dos Estados às IFES, contraditando com o esforço de democratização das oportunidades de acesso da população ao ensino Superior e o esvaziamento do interior da região amazônica em termos de pessoal qualificado, dada a fixação na capital de profissional formado e seu não-retorno aos municípios de origem”.

A ênfase característica do II Projeto Norte de Interiorização – 1994/1997, foi a consolidação do Processo de descentralização das atividades acadêmicas na região, em conjunto com as IFES da Amazônia, e dessas com os diversos órgãos federais e estaduais. Sua relevância em contribuir com a melhoria do ensino fundamental e médio, através da interiorização, fez com que o MEC formalizasse o compromisso alocando recursos financeiros específicos, ao mesmo tempo reconhecendo o II PNI como projeto institucional, através da Portaria nº. 1742, de 21 de dezembro de 1994 (Coelho:1998, p.33). Convém lembrar que entre 1990 e 1993 não foi elaborado um novo PNI, prevalecendo as metas estabelecidas no quadriênio anterior.

O III Projeto Norte de interiorização, para o quadriênio de 1998/2001, objetivava consolidar as ações e os projetos que vinham sendo realizados na área de formação e capacitação para atendimento ao ensino fundamental e fortalecimento das licenciaturas, como também formar novos profissionais em outras áreas, voltados para promover a implementação de projetos socioeconômicos.

No estudo realizado por Fontes¹⁹, a autora anuncia que: “O fortalecimento dos Campi no interior e a otimização das estruturas organizacionais dos Campi foram as prioridades estabelecidas pela UFPA, no período”. E completa:

“A ênfase desse projeto visava contribuir com a preparação das comunidades locais para o enfrentamento dos desafios pautados pelo desenvolvimento sustentável, que passou a ser fomentado na região”.

Para Freitas (2005), ao III Projeto Norte de Interiorização, acrescentou-se a oferta dos cursos de pós-graduação, cuja ação deveria articular-se com o IV Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação, objetivando formar profissionais comprometidos com a região, contribuindo para a melhoria e qualidade do ensino local. Sobre essa questão ela relata que:

¹⁹-UFPA: Uma Universidade Multicampi e os desafios de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Secretaria Especial da Universidade Multicampi. 2003.

“... com o propósito de formar massa crítica de profissionais para a região e propiciar condições para o desenvolvimento sócio-econômico local, gerando programas de investigação científica no interior do Estado, ao lado das ações de extensão e assessorias aos órgãos públicos e ao setor produtivo”.

No contexto dessa política de descentralização das ações da academia, a partir da efetivação do Projeto de Interiorização em 1986, para qualificar recursos humanos na região paraense, percebemos que o profissional de Serviço Social ficou aquém desse processo, pois o curso, em quase duas décadas (1986 a 2006), nunca foi ofertado ao interior pela instituição, através do programa de interiorização.

Pesquisas revelaram que a interiorização nasceu estreitamente ligada às ações pertinentes ao curso de Serviço Social através de ações extensionistas, principalmente como estágio desenvolvido para a conclusão do curso na universidade do Maranhão, integrada aos CRUTACS (Gurgel: 1986 p.105). Sobre isso o referido autor, diz o seguinte:

“O estágio desenvolvido na forma de projetos especificados tinha a duração máxima de quatro meses, para o curso de Serviço Social. A documentação das experiências era obrigatória para a equipe de Serviço Social, pois representava uma exigência para a conclusão da graduação. Apesar das dificuldades, em nível interno (convívio) e externa (institucional), ao final todos eram unânimes em reconhecer a validade do estágio e alguns solicitavam permanência na área por mais tempo”.

A UFPA sempre realizou atividades extensionistas de promoção social ao longo de sua existência (1957), mesmo que em patamares variando da prestação de serviços ao assistencialismo e à descontinuidade²⁰. Dentre as diversas áreas, podemos destacar as ações desenvolvidas no interior voltadas à área do Serviço Social. Essas ações eram pontuais e assistemáticas, geralmente desenvolvidas como trabalho social com as comunidades.

Como proposta de trabalho, objetivando servir de campo de estágio a estudantes do curso de Serviço Social, foram desenvolvidas no interior atividades de Assessoria a Movimentos Sociais e às Organizações Populares a partir da década de 1980, através da Pró-Reitoria de Extensão.

Entretanto, ainda que existam demandas²¹, observamos que, nessa trajetória de quase duas décadas de efetivação do Projeto de interiorização, não houve sensibilidade por parte da instituição em ofertar o curso de Serviço Social ao interior.

²⁰ - Essas características, presentes nas universidades brasileiras, reproduzem-se na UFPA. A partir de 1980 as atividades se deslocam para atender às propostas mais “regionais”, voltadas às necessidades que emergissem da comunidade. Documento: Plano Diretor de Extensão. 1990/1993. UFPA

²¹ - O curso foi solicitado a Coordenadoria de Interiorização, através de ofícios, para os seguintes Campi: Abaetetuba, Castanhal, Marabá e Santarém.

Frente a essa percepção, questionamo-nos sobre as políticas da UFPA, no que diz respeito à descentralização das ações acadêmicas no interior do Estado. Com isso, passamos a nos interrogar se essas ações estão de acordo com as reais necessidades da população, ou seja: quais as políticas para a demanda de cursos no interior? Quais as causas que impossibilitaram a oferta do Curso de Serviço Social nesse processo de Interiorização da academia?

Diante de tais questionamentos, decidimos elaborar o estudo intitulado: **“A Interiorização do Ensino Superior da UFPA e o Curso de Serviço Social: Uma relação a concretizar (1986 – 2006)”**

O estudo justifica-se em decorrência da grande problemática social muito presente no Estado do Pará.

Sobre essa questão, Freitas (2001) aborda o seguinte:

“... históricas discriminações sociais, individuais e coletivas, tais a concentração de renda, a ausência de Política Agrária, a precariedade de programas de fomento à produção agrícola, rejeição às populações tradicionais, incipientes políticas de Assistência Social, escasso apoio a programas artístico-culturais e a literatura, dentre outras”.

Essa problemática social requer, por parte da Instituição e parceiros, ações realmente comprometidas com a inserção do curso de Serviço Social, e posteriormente a qualificação de novos profissionais na região paraense, em face dos anseios da população interiorana.

Além disso, o estudo passa a ter uma importância maior, uma vez que na atual conjuntura crescem as discussões e as propostas sobre a consolidação das políticas sociais como política pública e direito social, principalmente na região paraense. Freitas (2005. p: 41) aborda muito bem essa questão, quando diz que:

“O resgate da dignidade humana dos povos que habitam, que trabalham e que sofrem nesta região e no interior do Estado, contribuindo para que conheçam e assumam os seus direitos fundamentais de acesso à educação, à saúde, ao trabalho e geração de renda, ao bem-estar social enfim, e possam efetivamente participar da tomada de decisões políticas acerca dos seus interesses e do seu destino”.

Além dessas questões, o estudo vem reforçar a importância da academia em contribuir na elaboração e apresentação à sociedade de uma bibliografia configurada com a construção de um conhecimento novo referente às políticas de Interiorização e o Curso de Serviço Social, principalmente no momento atual, quando a Interiorização da UFPA completa duas décadas (2006) e às proximidades da instituição completar seu cinquentenário (2007).

Consoante a isso, está nosso trabalho desenvolvido na Instituição enquanto funcionária, em que tivemos a oportunidade de observar convivendo na prática essa trajetória inicial do Projeto de Interiorização, pois durante esse tempo observamos parte desse pioneirismo, no qual se incluem os avanços e as dificuldades na trajetória do referido projeto.

Para possibilitar a implementação e compreensão do estudo, lançamos mão de alguns estudiosos que nos possibilitaram compreender essa relação entre universidade e sociedade. Sob essa ótica procuramos analisar o Projeto de Interiorização da UFPA, enquanto compromisso social da instituição, objetivando a construção de um diagnóstico social envolvendo a sociedade tanto interna quanto externamente a ela.

Inicialmente, fundamentamos o estudo no Plano de Desenvolvimento da UFPA (2003). Trata-se de um Plano Estratégico Institucional de médio e longo prazo, que envolve o estudo de tendências e o desenho de cenários socioeconômicos para a Amazônia e o Estado do Pará no horizonte do período 2001-2010, permitindo identificar processos e atores sociais, com a finalidade de apontar programas, projetos e ações que valorizem e norteiem a atuação da UFPA nesse contexto.

Referido estudo fundamentou-se na obra de GURGEL (1986), *“Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação”*, em que o autor aborda o papel desempenhado pela extensão Universitária na Educação Brasileira como elemento de ligação entre as IFES e a Sociedade em que se inserem, e das concepções implícitas nas políticas e nas práticas.

A escolha do referido autor se faz em decorrência da descoberta de que há poucos estudos e obras nacionais sobre experiências concretas sob o título “Interiorização”, voltados à educação. Após analisar diversos teóricos, percebemos que a grande maioria faz referência sempre à Extensão Universitária (o que não é nosso objeto no presente estudo).

Cabe destaque também à obra de SILVA (2002), *“As funções Sociais da Universidade – o papel da extensão e a questão das Comunitárias”*, na qual destaca a Universidade, enfocando, de modo especial, sua função social, ou seja, suas relações com a sociedade da qual participa e à qual se propõe servir.

Consoante a esses pressupostos teóricos, o estudo também se fundamenta em enfoques que destacam a área voltada a questões sobre a Amazônia, Serviço Social e Educação, sendo que nossa análise parte da descentralização das ações da UFPA no interior do Estado do Pará.

As bases empíricas deste estudo foram enriquecidas com obras que envolvem a temática e a análise documental referente ao objeto de estudo como: projetos defendidos por docentes da instituição, documentos escritos, artigos sobre o assunto, portarias e reportagens.

Os procedimentos metodológicos serão desenvolvidos através de entrevistas e questionários (em anexo) específicos aos seguintes gestores: Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UFPA, Coordenação do Curso de Serviço Social, Coordenadores de Colegiado de Cursos ofertados ao interior, Conselho de Serviço Social (Belém), Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social – SETEPS e o Departamento de Polícia do Interior.

A proposta do estudo configura-se em três partes distintas, porém relacionadas, de acordo com os seguintes passos:

Capítulo I, intitulado “**A Interiorização da Academia: Uma história**” - realiza a contextualização das bases históricas para a descentralização das ações da UFPA, no interior do Estado do Pará e a implantação do Projeto. Esta fase é marcada pela fundamentação do Projeto de Interiorização através das ações extensionistas (1970 a 1985), pela trajetória da consolidação da presença da Instituição no Interior (1986 a 2005).

Capítulo II, intitulado “**Ações Resultantes da Interiorização, e a relação com o Curso de Serviço Social**” - objetiva mostrar o resultado das ações do Projeto de Interiorização através da Consolidação e Expansão das ações acadêmicas no interior do Estado. Em seguida, a análise das entrevistas sobre as políticas utilizadas para demandar cursos ao interior e as causas que impossibilitaram a oferta do curso de Serviço Social em duas décadas (1986 a 2006) de descentralização das ações da academia.

Capítulo III: intitulado “**A Interiorização da UFPA hoje. E a necessidade do Curso de Serviço Social**” - mostra a interiorização na atualidade, sob o modelo de Universidade Multicampi, o perfil da problemática social vivenciada na região paraense (destaque para o interior) e a necessidade do Assistente Social como parte integrante do quadro de profissionais

qualificados através das políticas da universidade multicampi, lembrando que nossa perspectiva é abrir um precedente para futuros estudos in loco (nos interiores paraenses).

Como consequência deste estudo, objetiva-se ao final apresentar a atuação e perspectivas futuras, com base na realidade social a fim de que a Instituição, de forma democrática, contribua para elevação do nível socioeducacional na região.

Concluiremos a elaboração deste estudo, objetivando a busca permanente de estratégias viáveis para o interior, onde a qualificação de recursos humanos tenha como consequência a inclusão social, contribuindo cada vez mais para um desenvolvimento sustentável da Região Amazônica e em especial no Pará.

I - A Interiorização da Academia. Uma história

O presente capítulo objetiva mostrar a contextualização da fundamentação histórica para a descentralização das ações da Universidade Federal do Pará na Amazônia e, posteriormente, a efetivação no Estado do Pará. Neste capítulo, dissertaremos sobre a fundamentação da interiorização através das ações extensionistas, nos períodos de 1970 a 1985, destacando os Centros Rurais Universitários de treinamento e Ações Comunitárias – CRUTACS e os Núcleos de Educação, caracterizada como ações extensionistas. Em seguida, o período de 1986 a 1992, destacando a implantação do Projeto de interiorização, marcado pela descentralização do ensino superior da capital ao interior do Estado, período este que marca efetivamente a presença da academia no interior. Na seqüência, o período de 1993 a 1997, caracterizado pela expansão e diversificação das ações da instituição na região paraense. E, finalmente, o programa a partir de 1998, e a configuração de um novo modelo: A Universidade Multicampi.

1.1 – Reconstituição histórica do projeto de Interiorização da UFPA

O processo de extensão, enquanto elemento de ligação entre as Instituições de Ensino e a sociedade, como forma de prestação de serviços, passa a fazer parte do contexto brasileiro, no período entre 1912 e 1930, marcado pela criação da Universidade Livre da Universidade de São Paulo e pela Fundação da Escola Superior de Agronomia em Cruz das Almas (BA) e Pelotas (RS), período este analisado pelas experiências pioneiras de Extensão das Universidades (GURGEL: 1986). Segundo o referido autor, São Paulo caracteriza-se como a primeira experiência de extensão, pois seu surgimento está diretamente relacionado a uma instituição de Ensino Superior.

Nesse contexto, de descentralização das ações realizadas pelas instituições de Ensino Superior, as Universidades da Amazônia sempre se posicionaram atuando em parcerias, buscando desenvolver políticas extensivas ao interior da região. Dessa forma, percebe-se que a

Universidade Federal do Pará, além de desenvolver ações em parcerias, sempre procurou, durante sua trajetória, enquanto instituição pública, integrar-se cada vez mais no cenário regional, vivenciando realidades políticas, econômicas, sociais e culturais de acordo com cada momento histórico. Sobre essa inserção da instituição em cada momento, o Plano de Desenvolvimento da UFPA 2001/2010 aborda o seguinte:

“A Universidade, como toda e qualquer instituição, é um organismo de natureza histórica que, para estar apta a desempenhar funções sociais relevantes, precisa acompanhar a evolução dos tempos, adequar-se a cada conjuntura e contexto, compatibilizar-se, permanentemente, com as metamorfoses sociais mais amplas, comprometendo-se através dessa inserção ativa, com a construção do devir.”

Portanto, essa inserção da Instituição, através da interiorização de suas ações na região Amazônica, iniciou na década de 1970, através das ações extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias – CRUTACS. Sobre essa questão, a professora Leila Mourão, Assessora Especial de Interiorização da UFPA, nos períodos de 1989 a 1997, expõe na entrevista ao informativo da UFPA “Beira Rio” em agosto de 1996 que:

“A Universidade Federal do Pará, desde seu início, tem se preocupado com a questão educacional do Estado, principalmente a partir da década de 1970, com os CRUTACS, programa das universidades brasileiras que tinham como objetivo, ações nesta área. O CRUTAC, apesar de ter uma longa existência, não era um programa permanente e sistemático, pois tiveram um papel importante na região, mas, por ser ação emergencial não criavam Campus uma base solidificada no interior a médio e longo prazo”.

A referida professora explica ainda que na década de 1970, paralelamente às ações do CRUTAC, as universidades da Região Norte e o CENAFOR-MEC - Centro Nacional de Formação de Mão-de-Obra Rural, ofertaram cursos de Licenciaturas Curtas e Plenas no interior da Amazônia, denominados monovalentes, pois possuíam qualificação específica em Matemática, História e Geografia, voltados para o primeiro grau e os polivalentes, com formação na área de Estudos Sociais e Educação, para aperfeiçoamento de professores em nível de segundo grau, já a UFPA, através do Centro de Educação, dentro do Programa CENAFOR, ofereceu em Santarém, Marabá e Castanhal os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia e Ciências. Sobre esse fato a professora relata o seguinte:

“Quando encerramos as últimas turmas ofertadas nesses cursos e analisamos as demandas de toda a sociedade civil organizada em torno da necessidade de formação, capacitação e atualização, na área da educação, fizemos em todas as microrregiões uma série de seminários”.

Sobre essas microrregiões abordadas pela referida professora, é importante frisar que em 1969, a Fundação IBGE (FIBGE), pela Resolução nº. 05, de 03.03.1969, da Comissão de Planejamento e Normas Estatísticas, reagrupou os municípios do Estado do Pará em 15 (quinze) microrregiões homogêneas, a saber:

- 01– Médio Amazonas Paraense;
- 02 – Tapajós;
- 03 – Baixo Amazonas;
- 04 – Xingu;
- 05 – Farol;
- 06 – Campos do Marajó;
- 07 – Baixo Tocantins;
- 08– Marabá;
- 09 – Araguaia Paraense;
- 10 – Tomé-Açu;
- 11 – Guajarina;
- 12 – Salgado;
- 13 – Bragantina;
- 14 – Belém;
- 15 – Vizeu.

Na análise da FIBGE, em 1969, o Estado do Pará caracterizava-se com uma área de 1.227.530 Km³ (cerca de 15% do território brasileiro) e destacando-se como a mais importante Unidade da Federação localizada na grande Região Norte, tendo Belém como capital e dividindo-se em 86 municípios²². Portanto, a partir de 1970, respaldada pela Resolução nº. 39 de 14.10.70, a UFPA passou a ofertar cursos de licenciatura fora da sede, programando e difundindo suas

²² Documento / UFPA – Convênio celebrado entre a Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Santarém - 1983.

ações, objetivando atender às reais necessidades da Região e visando à melhoria qualitativa do ensino regional, desenvolvendo uma política de capacitação de docentes e especialistas em educação, para atuação no ensino de 1º e 2º graus, capaz de atender principalmente: “*a vasta extensão territorial da Amazônia e a escassez de universidades de ensino em nível de 3º grau*”.

Sendo assim, a Universidade Federal do Pará tomou, entre outras decisões, através do Centro de Educação, a de implantar “Núcleos de Educação”, estrategicamente sediados com base nas características e necessidades locais, na localização geográfica do Estado, na facilidade de acesso de municípios vizinhos e na demanda local registrada. Percebe-se que para essas implantações o Centro de Educação, no contexto da UFPA, (segundo documento de origem), principalmente em sua fase inicial, sempre se posicionou como centro profissional, cuja tarefa essencial e primária é a formação pedagógica de docentes e especialistas em educação. Em seu Regimento, Art. 2º aprovado em abril de 1979²³ é caracterizado como “*Uma Unidade de Ensino Profissional e de Pesquisa Aplicada*”, cujas finalidades são:

“... formar professores e especialistas em educação, bem como servir de veículo entre a Universidade e o Sistema Educacional, tendo em vista a realização do homem e o desenvolvimento da Região”.

Com base nessa característica do Centro de Educação, concluiu-se que: a política de implantar os Núcleos configurou-se em uma ação integrada, com o propósito de dotar a região de docentes e especialistas qualificados, para o Sistema de Ensino de 1º e 2º graus. Para que essa integração se viabilizasse, foram necessárias conjugações de esforços com outras entidades ou órgãos da Administração Pública, através de convênios, em nível de participação técnico-pedagógica e financeira, com vários órgãos regionais ou nacionais²⁴.

A partir dessas parcerias, a UFPA, através do Centro de Educação, implantou Núcleos de Educação, tanto no município de Belém (extensivo ao município de Benevides) quanto em Santarém (extensivo a Belterra), Castanhal, Bragança, Cametá, Macapá – AP, Rondônia (Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Ariquemes e Vilhena), Roraima e Abaetetuba. Esses Núcleos objetivavam o seguinte:

²³ Resolução nº. 528 de 05 de abril de 1979, do Conselho Universitário.

²⁴ - CENAFOR, CETEAM, Governo/SEDUC e Prefeituras Municipais do Estado do Pará e Secretaria de Educação dos Territórios: Amapá, Rondônia e Roraima

“Participação mais efetiva da UFPA na minimização das dificuldades e necessidades do sistema de ensino de 1º e 2º graus;

Expansão da UFPA em áreas carentes de recursos humanos habilitados para o ensino de 1º e 2º graus;

Realização de cursos para a formação de professores e especialistas com vistas ao atendimento das necessidades dos sistemas de ensino de 1º e 2º graus e da educação no meio rural, sem afastar a clientela da área de suas atividades;

Elevação do nível qualitativo do ensino de 1º e 2º graus da região, através da melhoria do desempenho profissional dos docentes e especialistas que atuam no sistema²⁵”.

Assim foi que a UFPA, a partir das ações integradas e com os objetivos traçados, executou, através dos Núcleos de Educação, projetos de cursos, abrangendo desde formação para professor de 1º grau – Nível de 2º grau (exercício de 1ª a 4ª séries), até cursos de Licenciatura Plena, beneficiando os subsistemas de ensino de 1º e 2º graus dos municípios da Região Amazônica, como também dos Territórios vizinhos que buscavam nesta Instituição de Ensino solucionar problemas de natureza educativa.

Além dessas ações desenvolvidas pela UFPA, também somam esforços nessa época, as ações extensionistas realizadas pelas Universidades do Sul e Sudeste, através do Projeto Rondon, dando base para a instalação de vários “Campi Avançados” na Amazônia, propiciando projetos de desenvolvimento comunitário e programas de qualificação de pessoal na região. Esses Campi, no Estado do Pará, foram instalados a partir de 1971 nos seguintes locais: Altamira (U.F. de Viçosa e Escola de Uberaba), Santarém (U.F. de S. Catarina), Marabá (USP – São Paulo), Ponta de Pedra, (UFPA), Óbidos e Oriximiná (U.F. Fluminense), Itaituba (U.F. de S. Catarina).

Convém lembrar que o Programa Campus Avançado iniciou-se em julho de 1967, no Território de Rondônia, com a primeira operação do Projeto Rondon, denominado de “Operação Zero”, e a instalação do primeiro Campus em 6 de agosto de 1969, no referido Território (Gurgel, 1986:116), tendo por finalidade:

“Desenvolver atividades referentes à formação sócio-profissional dos estudantes universitários, vinculada às necessidades das comunidades interioranas e à participação mais efetiva da Universidade no desenvolvimento Nacional”.

²⁵ Documento UFPA/CE – “Origens e Funções do Centro de Educação”

Essas iniciativas também fundamentaram-se mais a partir de 1975, pois foi elaborado pela Superintendência da Amazônia – SUDAM, O II Plano de Desenvolvimento, com o objetivo de “elevação social da região”, tendo como pontos principais o seguinte:

“Aumento do nível de escolaridade através de: diminuição do déficit da população de 7 a 14 anos; erradicação do analfabetismo; atenção especial ao ensino supletivo em sua função de suplência, estudo de novas tecnologias educacionais adequadas às características regionais;

Adequação do ensino às exigências do processo de desenvolvimento, através dos currículos adequados, conhecimento da mão-de-obra demandada pelo sistema econômico social regional; capacitação de recursos humanos estratégicos; reforço aos programas educacionais nas áreas de ocupação”.

Percebe-se que as ações extensionistas da UFPA ao interior foram se ampliando cada vez mais, e em 1977, quando a administração da Universidade definiu como meta prioritária, construir uma Universidade “na Amazônia e para a Amazônia”, considerou como alternativa mais eficaz, a sua interiorização, com isso, o Centro de Educação se propôs a redirecionar as atividades dos Núcleos. Inicialmente, foi realizado um estudo-diagnóstico dos municípios integrantes das micro-regiões do Estado do Pará, objetivando definir um Plano de Educação Integrada, visando atender às necessidades do Sistema de Ensino de 1º e 2º graus. Paralelamente, desenvolveu-se uma avaliação de resultados alcançados com a experiência dos Núcleos de Educação, no período de 1972 a 1976, e perseguindo o compromisso social da Universidade na Região, segundo documento “Interiorização da UFPA” (PROEG,1978), foram definidas as seguintes estratégias de ação:

“atuar por bloco de municípios;
ampliar as funções dos Núcleos de Educação;
flexibilizar o Currículo dos Cursos ofertados “.

Neste diagnóstico, ficou definido que o Núcleo do município de Castanhal passa a atender aos municípios que compõem as microrregiões Bragançana, Guajarina e Salgado. E o do município de Santarém, os municípios das microrregiões do Médio e Baixo Amazonas Paraense e do Tapajós.

Nos Núcleos de Educação, à exceção dos de Bragança, Abaetetuba, Cameté e Roraima (em 1977 estavam desativados), são realizados Cursos de Licenciatura Curta (1º grau) e

Licenciatura Plena em regime intensivo ou parcelado, de acordo com as necessidades e possibilidades locais.

Quanto à Coordenação dos Cursos Especiais em Convênio, no Regimento do Centro de Educação em seu artigo 72 – Seção C diz o seguinte:

“A Coordenação dos Cursos Especiais, funcionando como órgão de integração se destina a coordenar a execução de programas específicos para a formação de professores e especialistas de educação, tendo em vista, o atendimento das exigências da reforma do ensino de 1º e 2º graus”.

Os cursos de Licenciatura Curta (1º grau), realizados pelo Centro de Educação da UFPA, foram devidamente autorizados para funcionar pelo MEC, através do Parecer 663/70. E quanto à legalidade dos Núcleos de Educação todos foram respaldados através de resoluções²⁶.

Apesar da importância dessas ações extensionistas desenvolvidas na Amazônia até meados de 1980, a execução de programas de longa duração voltados para a qualificação de recursos humanos em nível de graduação era restrita em decorrência das altas taxas de crescimento populacional e o baixo índice de capacitação de recursos humanos instalados na região.

Baseando-se nesse contexto, e segundo o Diagnóstico do Setor Educacional do Estado do Pará de 1984, o princípio constitucional referente ao sistema educacional em nível de 1º grau não vinha sendo atendido em sua plenitude, pois a Constituição Brasileira vigente à época (1969) expressava, no item II do § 3º artigo 176 que: “*O ensino Primário²⁷ é obrigatório dos sete aos quatorze anos, e gratuitamente nos estabelecimentos oficiais*”.

Com base nesses dispositivos, todas as pessoas na referida faixa etária deveriam freqüentar obrigatoriamente a escola e o Estado deveria garantir-lhes a gratuidade em seus estabelecimentos de ensino. Dessa forma conclui-se que, se o sistema escolar de 1º grau fosse um sistema aberto, todas as crianças aos 07 (sete) anos teriam acesso à escola e nela permaneceriam até a conclusão do curso, logo percebemos que o princípio constitucional não vem sendo atendido plenamente.

²⁶ - Núcleo de Educação : Amapá, Res. nº 03 de 14/10/79-CONSUN; Santarém e Castanhal, Res. nº 39 de 14/10/70-CONSUN; Rondônia, Res. nº 670 de 05/08/80-CONSEP.

²⁷ - Com a promulgação da Lei 5692/71, passou-se entender por ensino Primário a educação correspondente ao Ensino de 1º grau, com duração de oito anos, na faixa de 7 a 14 anos.

De acordo com o referido diagnóstico em 1984, do total de 124.780 (IBGE:1980) da população de 07 anos, apenas 64,68% das crianças estavam na escola. Essa taxa se mantém com pequenas alterações ao longo dos anos 1977 a 1984. Período que antecede a implantação do Projeto de Interiorização.

No período analisado (1977 a 1984), o crescimento da população de 07 anos foi maior que o da matrícula inicial nessa idade. A população de 07 anos aumentou em 36.829 pessoas, enquanto que o crescimento da matrícula aos 07 anos foi de apenas 25.743. Em 1977, a taxa de acesso à escola aos 07 anos era de 62,49%; em 1984, de 64,68%, o que revela uma estabilidade inquietante, ao longo desses oito anos.

Embora os dados estatísticos relativos ao País mostrassem que vinha ocorrendo democratização do acesso à escola, ainda se estava distante de conferir a todo cidadão brasileiro o direito à Educação Básica. O censo de 1980 revelou que apenas 64,7% da população de 7 a 14 anos estavam nesse ano, freqüentando o ensino de 1º grau, ou seja, 35,3% dos brasileiros na faixa de escolaridade obrigatória estavam fora da escola.

Analisando-se os dados referentes ao Estado do Pará, verificou-se que a situação do Estado era superior à do País. Em 1980, 71,46% dos paraenses entre 7 a 14 anos encontravam-se na escola, o que significa dizer que havia um déficit de escolaridade de 28,54%.

Considerando este cenário à época (década de 1980), convém ressaltar que a taxa de escolarização no Estado era sempre igual ou superior a 70%, variando de 70,24% a 77,60%, o que colocava o Pará sempre acima da média nacional, mas ainda em situação não satisfatória de atendimento ao princípio constitucional de escola para todos. Os dados de 1984 indicavam um déficit de escolaridade de 22,40% no Estado do Pará, evidenciando que aproximadamente um quarto da população na faixa de escolaridade obrigatória estava excluída de freqüentar a escola.

Quanto às taxas de analfabetismo, a realidade é tão ou mais preocupante. Através de Santos (1987, p.107), constatou-se que em níveis regionais, as Regiões Sul e Sudeste apresentavam os menores índices de crianças fora da escola, 24,20% e 20,08% respectivamente, enquanto a Região Nordeste (50,10%) a maior, seguida pela Região Norte com 41,70%.

A partir de 1985, a situação agravante tornou-se mais clara após um levantamento feito pelo MEC, a respeito da distribuição dos universitários brasileiros por regiões. Constatava-se à época que, enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentavam média de 13 alunos para cada 1000 habitantes, o Nordeste e a Amazônia não passavam de 5,8 e 4,7 (II PNI -1994/1997).

Segundo o MEC, a oferta de ensino Superior nessas regiões estava quase que totalmente concentrada nas capitais dos Estados e em grandes e poucos Centros Urbanos, localizados no interior, ao contrário do que ocorria nas regiões Sudeste e Sul, principalmente, onde se observava razoável distribuição geográfica de estabelecimentos e cursos. O interior do norte e nordeste encontrava-se ainda em estágio de quase inexistência de oportunidades de estudo nesse nível de ensino, o que não só condicionava o desenvolvimento regional e local em bases mais modernas, como também contribuía para reforçar os fluxos migratórios do interior em direção às capitais dos Estados. (Termo de Referência/ PRONOR-1987).

1.2 – Implantação do Projeto: período 1986 a 1992

O diagnóstico realizado pelo MEC indicava que: para a superação das distorções na Amazônia, seria necessário ampliar as ações do Ensino Superior no interior da região e como proposta apontava a criação de um “Programa de Apoio à Interiorização e Regionalização das Universidades das Regiões Norte e Nordeste – PRONOR” (que só foi implantado em 1987), o que na realidade não foi implementado pelo MEC, mas sim por iniciativas das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES amazônicas. Portanto, uma dessas ações foi a elaboração e sistematização do I Projeto de Interiorização pela UFPA em 1986 (anterior ao PRONOR), cuja apresentação manifestava que:

“O propósito de resgatar a reconhecida dívida do Estado para com a sociedade, no que concerne ao direito que esta tem à educação, impõe às instituições de Ensino Superior a necessidade de reprogramarem suas metas e reavaliarem seus procedimentos”.

Na verdade o projeto representou um esforço da instituição a fim de iniciar-se num processo de integração à realidade amazônica. Buscou-se, através deste projeto, recuperar os valores e a sabedoria regionais e integrá-los aos procedimentos formais do ensino e da pesquisa acadêmica, processo que deverá levar como resultado final, a formação de profissionais comprometidos com os problemas da região.

A necessidade da UFPA, em interiorizar-se, surge em decorrência de sua centralização na capital, distanciando-se da cultura regional. A Instituição perdia, em muito, sua

função social, pois a população interiorana representava mais de dois terços do Estado do Pará e recebia pouca atenção da UFPA.

Segundo dados registrados nos relatórios históricos da Interiorização da UFPA, à época, para implantação do Projeto de Interiorização, o Estado correspondia a $\frac{1}{4}$ da Amazônia Legal e a 15% do Território brasileiro, com uma área de 1.248.042 Km² num total de 87 municípios subdividindo-se em 15 microrregiões, destacando-se no contexto nacional e regional pelas riquezas naturais em seu solo, subsolo e em sua massa d'água. Essas riquezas contribuíam com mais de $\frac{1}{4}$ das exportações brasileiras de madeira beneficiada, com as maiores reservas de bens materiais (ferro, bauxita, manganês, caulim, etc.), e ainda com recursos hídricos, que constituem um potencial energético e o litoral é constituído de um imenso potencial pesqueiro.

Por outro lado, existiam os indicadores expressivos do acelerado e desequilibrado movimento da população, induzidos pelas políticas de ocupações implementadas na Região Amazônica, e a evolução do contingente de não nascidos em solo paraense, que saltou de 7%, em 1960, para mais de 15%, em 1980, resultante de um incremento de quase cinco vezes no número de residentes não naturais do Estado.

Nesse contexto, somava-se outra situação, não menos negativa. Segundo a Secretaria de Educação do Estado, através de um diagnóstico realizado por ela, detectava-se um cenário desalentador sobre a situação do Magistério de 1º e 2º graus no interior do Estado do Pará. Pois, dos 25.000 (vinte e cinco mil) professores existentes na rede pública, somente 150 (0,6%) do total eram portadores de Licenciatura Plena e 1500 (mil e quinhentos) de Licenciatura Curta, ou seja: apenas os graduados estavam preparados para ministrar aulas ou dirigir escolas em 1986. A situação agravava-se e tornava-se alarmante, quando se constatava que essas Licenciaturas Plenas concentravam-se quase que totalmente nos maiores municípios do Estado, tais como: Ananindeua, Castanhal, Santarém e Marabá.

O diagnóstico indicava que em um representativo número de municípios paraenses inexistiam professores licenciados plenos e em vários deles, não existiam portadores de Licenciatura Curta. A realidade educacional no interior do Estado do Pará era marcada pela presença expressiva de professores leigos (não habilitados para o exercício da profissão no nível de ensino em que atuavam -MEC/FUNDEF/1988).

No Estado a situação educacional, à época, não diferenciava dos outros da região Amazônica, pois compreendendo uma população de 3.404.391 habitantes, dos quais 933.287

residentes na capital e 2.470.104 nos interiores e apesar da existência das redes Federal, Estadual, Municipal e Particular de ensino, o panorama educacional era preocupante, pois mesmo com os esforços dispensados pelas redes, o atendimento à demanda escolar permanecia precário somado aos altos índices de evasão e repetência de jovens e adultos analfabetos. Se considerarmos os dados do IBGE/80, no Pará de 1.884.917 pessoas com mais de 15 anos 29,72% eram analfabetos. Na realidade $\frac{1}{3}$ da população de jovens e adultos no Pará não exercia a cidadania em sua plenitude.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado – SEDUC e a Delegacia Regional do MEC, a situação educacional do interior do Estado do Pará, incluindo os municípios acima citados e suas áreas de abrangência, apresentava-se conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 - Situação Educacional no Estado do Pará em 1985.

Campus	Nº de Escolas de 1º Grau	Nº de Escolas de 2º Grau	Matrículas iniciais		Nº de Professores com:		
			1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	3º Grau
Abaetetuba	831	09	72.224	1.699	1.317	1.291	140
Altamira	440	03	46.655	297	656	442	40
Bragança	1.349	09	96.865	2.251	1.775	1.189	128
Cametá	632	07	60.766	3.291	768	949	48
Castanhal	1.762	29	185.902	6.462	2.077	3.694	729
Marabá	607	09	81.979	1.816	1.241	1.005	100
Santarém	1.552	11	195.475	5.908	2.556	2.364	316
Soure	1177	07	72.876	371	1.847	811	49

Fonte: Parecer nº 629/87 – UFPA, (proc. 23073.021347/85 – 18). Conselho Federal de Educação.

De acordo com essa realidade, o esforço das autoridades estaduais e municipais nas construções de escolas no interior tornava-se inócuo, caso não fosse acompanhado de um programa racional e intensivo de qualificação de professores para atuar nessas escolas.

Frente a esse quadro, a Interiorização da Universidade Federal do Pará caracterizava-se como uma necessidade que permitiria a ela não apenas atender às aspirações de grande parcela da população do interior, mas também possibilitar sua renovação e aproximação à realidade regional, contribuindo para a fixação do pessoal qualificado no interior do Estado. Para atingir esses objetivos, a interiorização deveria ser praticada em sua plenitude, através da

implantação de Campi, no interior, onde se desenvolvessem todas as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, com pessoal fixo e autonomia gerencial para a realização de programas direcionados às necessidades regionais.

A interiorização tinha que ser encarada como meta programática da UFPA e para que isso acontecesse deveriam ser dispensados todos os esforços para sua implantação. Considerava-se que esse processo dificilmente poderia ser conduzido em uma única etapa e que sua viabilização requeria a agregação de pessoal qualificado, o que nem sempre era disponibilizado pela instituição. Sendo assim, era necessário que se desenvolvesse um processo de implantação gradual das atividades.

Para elaborar e implantar seu Programa de Interiorização, a administração da UFPA realizou estudos, encontros e seminários nos municípios pólo das microrregiões do Estado como: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Nesses encontros discutiram-se com os poderes públicos municipais, estaduais e representantes da Sociedade Civil organizada, as demandas, as finalidades, as prioridades e as contrapartidas das necessidades à implantação do programa. O objetivo principal dessas reuniões, segundo o Reitor Seixas Lourenço e o Pró-Reitor Nilson Pinto de Oliveira, era apresentar e discutir com os prefeitos municipais o Projeto de Interiorização da UFPA, visando ampliar a atuação da Universidade no interior do Estado do Pará. É importante lembrar também que para a elaboração e apresentação desse projeto ao MEC, a UFPA, através desses representantes legais (Reitor e Pró-Reitor), promoveu amplas discussões com os Diretores de Centros, Chefes de Departamentos, Conselhos Superiores e Coordenadores dos Colegiados de Cursos da Instituição.

Os resultados práticos de todas as ponderações desses encontros foi a elaboração do Projeto de Interiorização da UFPA, que anunciava a perspectiva de um esforço conjunto interinstitucional, na busca de novos caminhos que levasse ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional. O referido projeto, em linhas gerais objetivava: “*A intensificação do processo de Interiorização da Universidade Federal do Pará, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão*”.

E especificamente, a proposta era :

“ ampliar o plano de implantação dos cursos de licenciatura da UFPA, no interior do Estado, visando graduar técnicas e habilitar professores para o ensino de 1º e 2º graus;

- desenvolver programas conjuntos com os órgãos responsáveis pelo ensino de 1º e 2º graus, em nível municipal e estadual, visando à realização de cursos e atividades nas funções de suplência, suprimento, qualificação e aprendizagem, a fim de atender às necessidades das populações das regiões geo-educacionais do Pará;
- desenvolver projetos de pesquisas e de extensão nas diversas áreas do conhecimento, aproveitando as potencialidades da região, que permitem tornar a atuação da UFPA, adequada às realidades amazônicas;
- permitir o engajamento de estudantes em ações de integração com a comunidade, com vistas à formação de profissionais comprometidos com os problemas regionais;
- fomentar o desenvolvimento das vocações tecnológicas, culturais e artísticas existentes na comunidade;
- mobilizar a sociedade para a implantação, manutenção e defesa de unidades universitárias no interior do Estado”.

Para a implementação do Projeto de Interiorização da UFPA, foram selecionados, estrategicamente, oito (8) municípios sede que funcionam como pólos regionais, com a implantação dos Cursos de Licenciaturas Plenas em: História, Geografia, Matemática, Pedagogia e Letras. Esses pólos foram instalados nos municípios de: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, onde passaram à denominação de Campi Universitários, coordenados por um professor residente da UFPA. Cada Campus passou a desenvolver atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão em suas respectivas microrregiões, atingindo os municípios que ficam sob sua influência. Dessa forma, a UFPA passou a contar, além do seu Campus Universitário do Guamá (em Belém), que engloba os municípios de Ananindeua e Benevides, com os oito (08) Campi, num total de 87 municípios²⁸.

Sendo assim, a Universidade conseguiu as bases físicas dos Campi, através da absorção dos campi avançados do Projeto Rondon, administrados até então pelas universidades do sul e sudeste e de convênios com as prefeituras desses municípios sede, incluindo alojamentos para professores e alunos, funcionários e alguns equipamentos para a implantação e funcionamento das atividades do projeto. Visando à implantação dos Cursos de Licenciaturas Plenas no interior do Estado, para o ano de 1987, a UFPA realizou, no período de 25 a 29 de outubro de 1986, concurso vestibular para preenchimento de 250 vagas disponíveis em cada Campus Universitário (50 vagas por curso), totalizando 2000 (duas mil) vagas.

A realização das provas de seleção, no período de 26 a 29 de outubro de 1986, para o preenchimento de 50 vagas nos Cursos de Licenciatura Plena em Letras, Matemática, História, Geografia e Pedagogia, contaram com a participação de 8.460 candidatos inscritos,

²⁸- Campus Universitário de : Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure

sendo que o número de aprovados por Campus foi o seguinte:

Tabela 3 - Candidatos aprovados por campus e curso no 1º vestibular do Programa de Interiorização em 1986.

CAMPUS UNIVERSITÁRIO	NÚMERO DE CANDIDATOS APROVADOS POR CURSO					
	LETRAS	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	PEDAGOGIA	TOTAL
ABAETETUBA	50	35	50	50	50	235
ALTAMIRA	50	07 *	14	14	50	135
BRAGANÇA	50	15	35	20	50	170
CAMETÁ	42	18	22	26	35	143
CASTANHAL	50	27	50	50	50	227
MARABÁ	50	19	50	39	50	208
SANTARÉM	50	33	50	42	50	225
SOURE	41	14	33	13	50	151
TOTAL GERAL						1.494

FONTE: DAVES – março/1993

*Nº insuficiente de clientela para funcionamento.

Mas, segundo o Relatório de Avaliação da primeira etapa do Projeto de Interiorização (1987), a UFPA incorporou a esses matriculados os alunos/professores de alguns municípios, que anteriormente tinham realizado a complementação pedagógica da Licenciatura Curta em Letras, Matemática, História, Geografia e Pedagogia, através de um projeto específico (Núcleo de Educação). Portanto foram incorporados de acordo com a abrangência do campus 1.989 alunos, para realizar a complementação de Licenciatura Plena²⁹.

Uma das preocupações da UFPA foi a de manter o mesmo nível de Conteúdo Programático, exigido nos concursos vestibulares da capital. Assim, as provas foram elaboradas seguindo as mesmas normas que orientavam o processo dos vestibulares regulares realizados no Campus do Guamá, em Belém. Esse processo transcorreu de forma tranqüila em todos os Campi, sendo as provas encaminhadas a Belém para correção, no dia 29 de outubro de 1986.

Quanto aos preparativos de infra-estrutura, a UFPA designou para cada um dos oito Campi Universitários, um professor do seu quadro como coordenador, exceto em Altamira, Cametá e Soure que à época eram coordenados por servidores, que logo após foram substituídos

²⁹- Abaetetuba 247, Altamira 152, Bragança 189, Castanhal 586, Cametá 165, Marabá 226, Santarém 246 e Soure 178.

por professores, com raras exceções esses professores eram originários dos municípios onde estavam instalados os Campi. Além de exercer funções administrativas, ao coordenador cabe acompanhar a parte pedagógica dos cursos e projetos desenvolvidos na área de abrangência do Campus, como também, contactar autoridades regionais e articular programações em conjunto com entidades locais.

Cada Campus Universitário passou a contar com seu quadro próprio de funcionários, alguns transferidos pela UFPA, da sede em Belém para o interior ou cedidos pelas prefeituras locais. Outros, transferidos de outras Universidades, como nos casos específicos de Altamira e Santarém, anteriormente administrados, respectivamente, pela Fundação Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Santa Catarina.

A Universidade Federal do Pará se empenhou a fim de dar suporte em termos de material de consumo e equipamentos, para a realização dos cursos (antes do início da etapa).

Quanto ao material bibliográfico, foi adquirido após um levantamento da bibliografia básica a ser utilizada na primeira etapa dos cursos, feito pelos departamentos responsáveis e remetido aos Campi para utilização pelos alunos durante a realização dos cursos.

A fim de garantir a utilização mais eficiente desse material, a UFPA disponibilizou um treinamento na sede (Belém) aos funcionários dos Campi encarregados do funcionamento das bibliotecas, sob a orientação do corpo de biblioteconomistas da Biblioteca Central.

No que diz respeito ao Currículo Pleno de cada curso, estrutura-se com base nas Resoluções dos Órgãos Superiores que normatizam os Currículos dos Cursos de Graduação da UFPA.

Com relação aos diplomas, a Universidade Federal do Pará confere-os aos concluintes dos Cursos de Licenciatura que obtiverem aprovação segundo os critérios estabelecidos no Regimento Geral desta Instituição de Ensino Superior. Sendo que os critérios de avaliação da aprendizagem dos alunos obedecem aos estabelecidos no Regime Acadêmico da UFPA na capital.

Diversas foram as estratégias necessárias para assegurar a implantação do Projeto de Interiorização. Diferentes medidas foram propostas e adotadas, tais como: solicitação de recursos aos Ministérios da Educação, Aeronáutica, Ciência e Tecnologia, Cultura, Agências Regionais de Desenvolvimento, de fomentos nacionais e internacionais e Governos Estadual e Municipais. Sendo que os recursos para o Projeto de Interiorização na sua globalidade foram

solicitados em especial aos Ministérios de Educação e do Interior, em face da perspectiva apresentada pela implantação, em outubro de 1986, da Coordenação de Educação e Desenvolvimento Regional da Amazônia – CEDRA, vinculada ao Protocolo MEC/MINTER.

Objetivando o atendimento preferencial à graduação de professores das redes de ensino oficial do Estado e dos municípios, os cursos do Projeto de Interiorização foram desenvolvidos durante o período de recesso escolar, ou seja, durante os meses de janeiro, fevereiro e primeira quinzena de março e os meses de julho e agosto. O período escolhido para o oferecimento dos cursos levou em consideração a disponibilidade de pessoal da Universidade e também a do tempo da clientela, constituída em sua maioria por professores que atuavam em seus municípios de origem no período letivo normal.

Tal programação atendia à conveniência da universidade, pois se tornava mais fácil deslocar professores de seu quadro para o interior durante o período de recesso escolar. Para propiciar um melhor atendimento aos estudantes dos cursos do Projeto de Interiorização, a UFPA alterou o seu calendário acadêmico a partir do ano de 1987, deslocando para o dia 01 de setembro o início do segundo semestre letivo em Belém.

O período de realização da 1ª etapa dos cursos envolveu os meses de janeiro a março de 1987, tendo esses cursos sido iniciados em 05 de janeiro e encerrados dia 13 de março. A aula magna, em cada um dos Campi, foi proferida pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. José Seixas Lourenço.

Com exceção do campus de Altamira, onde o curso de Matemática não pôde ser realizado, em virtude do não preenchimento do número mínimo de vagas para funcionamento, os demais apresentaram número suficiente de candidatos para a realização de todos os cursos de graduação oferecidos: Letras, Matemática, História, Geografia e Pedagogia.

A carga horária exigida para cada curso foi de oito horas diárias, duas horas para cada disciplina, tendo sido ofertadas quatro disciplinas para cada curso.

Foram encaminhados para os Campi, um total de 89 professores indicados através dos respectivos Departamentos, de acordo com a área de atuação: Abaetetuba 13, Altamira 08, Bragança 12, Cametá 09, Castanhal 14, Marabá 11, Santarém 12 e Soure 10.

Além dos cursos de licenciatura que foram oferecidos no vestibular para a interiorização em outubro de 1986, o Campus Universitário de Castanhal ofereceu cursos de Complementação Pedagógica em nível de Licenciatura Plena. Esses cursos eram realizados

também nos períodos de recesso escolar e foram concluídos em outras épocas, em diversos municípios do interior do Estado.

Junte-se a isso, o desenvolvimento das ações de extensão como ponto de partida a uma prática mais voltada às questões sociais, objetivando a formulação de projetos de pesquisa e programas adaptados à realidade regional, com características: multidisciplinar caráter não assistencialista, formulação em conjunto com a comunidade, participação de estudantes e professores, respeito e incentivo às manifestações culturais locais e flexibilização de resultados coerentes.

Objetivando realizar uma supervisão e acompanhamento efetivo dos cursos em andamento, além de oferecer orientação acadêmica a todos os alunos, a UFPA organizou um esquema de visitas aos Campi, durante a realização dos cursos. Foi encaminhada, inicialmente, uma equipe composta pelos coordenadores de cursos, que permaneceram, em média, quatro dias em cada sede.

Foram realizadas atividades de acompanhamento pelo Magnífico Reitor, os Pró-Reitores de Ensino e Extensão, bem como de Assessores e Técnicos das referidas Pró-Reitorias, que acompanharam e avaliaram todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido em cada município sede. Vale ressaltar também a participação do Diretório Central dos Estudantes, cujos representantes realizaram seminários com os alunos, deixando entre eles a proposta de formação de representação discente para cada Campus Universitário.

A oferta das licenciaturas plenas pela Universidade Federal do Pará no interior do Estado foi um processo desencadeado a partir do final de 1985, data em que se iniciou a elaboração do Projeto de Interiorização, com intensa participação da comunidade universitária.

A repercussão da presença da instituição para a realização da primeira etapa dos cursos no interior do Estado foi enorme. Chegaram à UFPA correspondências de prefeituras e entidades provenientes de todo o interior do Estado. A imprensa paraense deu especial destaque à matéria, segundo o relatório da 1ª etapa dos cursos do Projeto de Interiorização em março de 1987.

Durante todo esse período, foi admirável a participação dos municípios do interior do Estado. Pode-se mesmo dizer que a perspectiva de acesso ao ensino de 3º grau, no próprio interior, movimentou os 87 municípios do interior paraense. Alguns assumindo uma liderança mais agressiva, outros apresentando solicitações mais moderadas, mas todos, com clara

expectativa e ansiedade com o objetivo de serem efetivamente iniciados os cursos nos Campi Universitários.

O processo de avaliação da primeira etapa dos cursos de licenciatura da interiorização, que foi dividido em três fases, objetivou detectar as falhas que tenham eventualmente ocorrido e visava à sua correção na realização da próxima etapa.

Numa primeira fase, os coordenadores dos Campi universitários fizeram uma avaliação local, com os alunos que participaram dos cursos, no período de 16 a 18 de março de 1987.

Em seguida, no período que se estendeu do dia 19 a 23 de março, as Pró-Reitorias de Extensão e Ensino reuniram-se com os oito coordenadores dos Campi, avaliando todo o processo de realização da primeira etapa dos cursos de licenciatura, em seus aspectos pedagógicos e infra-estruturais, ocasião em que foram analisadas as observações do alunado dos cursos.

No período correspondente aos dias 24 a 27 de março foram realizadas avaliações específicas sobre as atividades desenvolvidas em cada campus.

Participaram das avaliações os Pró-Reitores de Ensino e de Extensão, os coordenadores dos Campi, diretores dos centros acadêmicos, chefes de departamentos, coordenadores dos cursos, professores que ministraram as disciplinas e representantes discentes.

A síntese das atividades relacionadas aos cursos de Licenciatura do Projeto de Interiorização da UFPA, incluindo as providências tomadas desde a elaboração do projeto até o final da primeira etapa desses cursos, revela alguns aspectos extremamente importantes que devem ser ressaltados.

Cumprir registrar aqui a ênfase dada pelos docentes, em todas as reuniões realizadas durante o processo de avaliação, sobre o interesse do aluno do interior, muito superior ao do universitário de Belém e acima de qualquer expectativa. Esse interesse manifestou-se através da pontualidade, assiduidade e participação dos estudantes, dentre outras formas.

O início simultâneo das atividades de ensino de graduação nos oito pólos implantados pela UFPA revelou-se correto enquanto estratégia de atuação, permitindo que a ação desenvolvida pela Universidade atingisse todos os pontos do Estado. A necessidade dessa ação foi considerada inquestionável, ante a absoluta predominância de professores leigos que caracterizava todos os municípios do interior do Estado.

A integração de esforços entre a Universidade, as prefeituras municipais, o governo do Estado, órgãos do Ministério da Educação e do Ministério do Interior revelou-se profícua e contribuiu para a performance extremamente satisfatória observada na primeira etapa de realização dos cursos.

Os depoimentos dos professores que ministraram disciplinas na primeira etapa dos cursos revelaram que a prática desenvolvida no interior do Estado durante a primeira etapa deverá ter reflexos positivos e diretos no próprio ensino ministrado em Belém, tendo em vista o conhecimento por eles adquirido ou consolidado sobre a realidade educacional do Estado, possibilitando a revisão de conceitos e metodologias aplicados nas atividades que desenvolvem.

As inevitáveis comparações entre o trabalho desenvolvido no interior do Estado e o ensino ministrado em Belém foram muito esclarecedoras e fornecem motivos para profunda reflexão. Apesar da modesta expectativa inicial com relação às possibilidades do estudante do interior, houve consenso de que o rendimento no interior foi melhor do que o normalmente obtido em Belém. Entre as variadas explicações citadas para justificar o fato destacam-se a exclusiva dedicação dos professores aos cursos, a inexistência de atrativos paralelos para dispersar a atenção dos estudantes, a valorização pela comunidade da presença da Universidade e a possibilidade oferecida aos estudantes de avaliar os seus professores, prática ainda não exercitada em Belém.

O consenso final de avaliação procedida foi de que o Projeto de Interiorização deve ser definitivamente priorizado pela UFPA, como instrumento de efetiva integração da Universidade à realidade regional e como fonte de renovação da Universidade.

No que diz respeito à autorização e reconhecimento dos Cursos do Projeto de Interiorização, a Universidade Federal do Pará encaminhou ao Conselho Federal de Educação, em janeiro de 1986, os projetos de implantação dos Cursos de Licenciatura Plena no interior do Estado do Pará, previamente aprovados pelo egrégio Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, desta instituição.

Depois de demorada tramitação, o projeto foi julgado e sua análise suspensa pelo CFE em reunião realizada em 07/08/87, quando foi criada através da Portaria nº 272 de 22 de setembro de 1987, uma Comissão de Acompanhamento do Projeto de Interiorização da UFPA, para acompanhar e verificar “in loco” a realização da terceira etapa dos cursos, a ser iniciada em janeiro de 1988.

A referida comissão foi constituída pelos professores Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, assessor do Ministério da Educação, que passou a presidi-la; Roberto Gurgel Rocha, da Universidade Federal do Maranhão e José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília.

Em Belém, a Comissão reuniu-se com o Reitor e Pró-Reitores, Diretores de Centro, Chefes de Departamento e Coordenadores dos Cursos interiorizados; Representante da Associação dos Docentes e o Diretório Central de Estudantes – DCE; professores que participaram das duas primeiras etapas dos cursos de graduação no interior, professores e técnicos vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Ensino. Também manteve entendimento com o Exmo. Sr. Governador do Estado do Pará, Dr. Hélio da Mota Gueiros.

Nas sedes dos Campi³⁰ a Comissão manteve contatos com os coordenadores, funcionários, estudantes, lideranças comunitárias formais e informais. Em quase todos os Campi foram entrevistados os Prefeitos (ou representantes) e Secretários Municipais de Educação.

Na apresentação de seu relatório, a Comissão, destacando o apoio, acolhida e facilidade oportunizada pela UFPA, para o cumprimento de seu trabalho, informa que:

“Para análise do grupo, foram colocados cinco textos básicos que apresentam em forma detalhadas, desde o Projeto até avaliações realizadas pelos seus participantes. São eles: O Projeto de Interiorização da UFPA, 1986/1989; o Relatório da Comissão Paritária UFPA/FEP; o Relatório de Avaliação da primeira Etapa, março de 1987, o da Segunda Etapa, julho/agosto/1987 e, o documento assinado pela Coordenação do Campus de Santarém

Consta também dessa apresentação declaração da Comissão de que nas visitas ao interior:

“Além da observação das condições físicas e materiais, das áreas onde estão instalados os Campi; das instalações administrativas, ou onde funcionam os alojamentos dos recursos humanos existentes; procurou-se dar especial atenção ao estado das bibliotecas e seus respectivos acervos”.

Após, todo o acompanhamento e avaliação realizada pela referida Comissão, foram sugeridos à UFPA alguns pontos para reflexão como:

³⁰ - Relatório da Comissão de Acompanhamento do Projeto de Interiorização da UFPA. Parecer 190 de 25 de fevereiro de 1988, os Campi visitados foram: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Santarém e Soure.

“a) necessidade da existência de corpo docente e técnico-administrativo em caráter permanente nos Campi do interior.

b) importância de utilização plena dos alojamentos ou instalações cedidas pelas Prefeituras e previsão de uso das estruturas físicas com construção já programada.

c) imprescindibilidade de criação de mecanismo de sustentação do Projeto de Interiorização que garantam a sua permanência, no período de mudança da Administração da UFPA (que ocorrerá em 1988).

d) necessidade de estudos que mostrem as demandas de pesquisa, ensino – inclusive nas áreas de tecnologia, saúde e extensão.

e) realização de Seminários ou Cursos para os Coordenadores dos Campi, tendo em vista a importância de que se tenha uma visão unitária em relação ao processo de Interiorização. Pelos depoimentos dos professores que passaram pela experiência, sente-se que a falta de uma unidade, impedirá o crescimento da experiência como um todo e, neste sentido os Coordenadores (Campi) têm papel preponderante, visto que, em nível local, são eles os responsáveis mais diretos pela garantia de uma pedagogia transformadora e voltada a uma totalidade mais ampla.

f) documentação da experiência, criando-se para tal um grupo em caráter permanente, que desenvolvendo o registro dos trabalhos, envolvendo não somente a percepção do nível interno da UFPA, mas, igualmente das populações trabalhadas de um modo geral”.

Portanto, a Comissão conclui que:

“O Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará, representa uma das experiências de maior validade não somente para o nível local, mas, para a realidade amazônica ou mesmo para o País como um todo. É um projeto de grande potencialidade que pode ajudar a concretização de uma nova proposta educativa.”

E finaliza o relatório a que foi designada estabelecendo o seguinte:

“a) aprovação imediata do funcionamento dos Cursos de Licenciatura Plena em Letras, Matemática, História, Geografia e Pedagogia, nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Marabá, Santarém e Soure;”

Sugerindo ao MEC que:

“a) considere o trabalho de Interiorização da UFPA, como uma experiência piloto, que pode ser disseminada em toda a Amazônia Legal, estimulando assim uma maior articulação entre os 3 graus de ensino e

uma integração mais harmônica das Universidades em relação aos demais níveis;”

“b) estude formas de ampliação dos quadros de pessoal da Universidade para o interior e estabeleça estímulos para os professores que se interiorizam, com muito mais riscos do que aqueles que reduzem seu espaço de trabalho somente à sala de aula e recebam incentivos para tal.”

A autorização para o funcionamento dos Cursos de Licenciatura do Projeto de Interiorização, nas sedes dos oito (8) Campi Universitários do interior foi obtida após conclusão da Câmara de Ensino Superior em 24 de fevereiro de 1988. (Parecer – 190 de 25/02/1988).

Nos anos posteriores a 1987, a UFPA passou a encontrar dificuldades para oferecer, através de concursos vestibulares, o mesmo número de cursos em cada Campus Universitário, sendo assim, passou a dar prioridade àqueles que apresentavam maior demanda, ou menos problemas para os recursos humanos disponíveis pela instituição.

Apesar dos problemas acima apresentados, a UFPA, além das citadas Licenciaturas Plenas, passa atender a uma exigência de caráter pedagógico, e resolve incluir o Curso de Licenciatura em Ciências, objetivando habilitar professores para o ensino de primeiro grau nos oito (8) Campi Universitários, havendo perspectivas de continuidade desses cursos para o ensino de segundo grau nas disciplinas de: Física, Química, Biologia e Matemática. A etapa inicial do Curso de Ciências foi realizada no período de 04 de julho a 12 de agosto de 1988, nos Campi de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Esse curso não foi implantado no Campus Universitário de Cametá, pois o número de candidatos aprovados no Vestibular não foi suficiente para formar uma turma.

Nesse interstício, mas precisamente em 26 de setembro de 1989, através da portaria nº 1170/89, é criada a Assessoria Especial de Interiorização, setor responsável pela articulação da política de expansão do Ensino Superior no processo de interiorização.

Em 1990, é implantado o Núcleo de Breves e o crescimento da demanda nos interiores levou a universidade a ampliar vagas, sendo criadas novas turmas, alterando a oferta nos diversos Campi, das Licenciaturas Plenas em Pedagogia, História, Geografia, Letras e Matemática.

Essa iniciativa da criação de novas turmas passou a gerar algumas dificuldades para a instituição, pois diante do problema da sobrecarga ao corpo docente da capital, e das dificuldades geradas pela redução dos recursos orçamentários, a UFPA furtava-se a abrir novos

cursos. Além disso, tornava-se necessária a criação de um corpo docente específico, em decorrência do estágio irreversível que o projeto alcançava, e ao mesmo tempo, a instituição não poderia fugir do compromisso social, pois o rompimento significaria prejuízos irreparáveis à educação, à classe estudantil e aos interesses socioeconômicos da região.

É importante frisar que a instituição iniciou esse programa em 1986, de forma isolada e destemida, contando apenas com a determinação política de seus dirigentes e com a coragem de seus docentes. Sobre isso, a Comissão de Estudos referentes à Institucionalização dos Campi Universitários (1987) relata:

“... esses docentes aceitaram o desafio, indiferente às adversidades da realidade dos municípios naquele momento, pois para lá se deslocaram e iniciaram uma missão acadêmica – cultural verdadeiramente desbravadora”.

Percebe-se também o esforço da UFPA em descentralizar suas atividades fins, implantando oito (08) pólos regionais através do seu Projeto de Interiorização, para qualificar em nível de graduação universitária os professores do sistema de ensino oficial, iniciando bem antes de estar consagrada no Parágrafo Único, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988, no qual institui que:

“Nos dez primeiros anos da Promulgação da Constituição (...) as Universidades Públicas descentralizarão suas atividades de modo, a estender suas unidades de Ensino Superior às cidades de maior densidade populacional”.

Na verdade, na região onde os Estados passaram a incorporar o Programa Norte de Interiorização, as Universidades concentravam-se principalmente nas capitais, conseqüentemente, ocorria altíssima centralização de oportunidades nos grandes centros, gerando dificuldades para que as populações interioranas atingissem uma formação de maior nível de escolaridade. Com isso, reproduzia-se o ciclo de dependência intra-regional, de subdesenvolvimento e de submissão cultural, científica e tecnológica.

A partir deste cenário a Universidade Federal do Pará antecipou-se através de sua interiorização colocando-se como estratégia mais viável para proporcionar maior justiça nas

oportunidades de acesso ao Ensino Superior, priorizando os professores das redes oficiais de ensino estadual e municipal.

Os Cursos de Licenciatura Plena do Projeto de Interiorização da UFPA, ministrados pelos professores da capital eram parte integrante de um período de transição, em que a estratégia seria a formação de um corpo docente, para a fixação de professores qualificados e gradualmente a implantação no interior de cursos similares aos da capital, a diversificação dos cursos e a pós-graduação.

Segundo o Relatório do Programa de Interiorização da UFPA – 1993, uma avaliação mais global do Programa de Interiorização nessa fase, mostra que:

“a) o trabalho desenvolvido pela UFPA, nos períodos de recesso escolar é suficiente para atender em curto prazo à demanda de alguns municípios-pólos, como Cametá e Soure.

b) o atendimento da demanda nos pólos maiores (Abaetetuba, Altamira, Marabá e Santarém) não seria possível apenas com o oferecimento de cursos nos períodos de recesso escolar da capital. Nesses Pólos existiam a necessidade e as condições concretas para a abertura de Cursos Permanentes em período escolar regular”.

Além disso, o sistema de cooperação estabelecida para o funcionamento do projeto até 1991, envolvendo a participação da UFPA, governos Estadual e Municipal, empresas, sindicatos, clubes de serviços, associações comunitárias, é avaliado como positivo do ponto de vista da integração de esforços voltados para a educação. É, de fato, um raro exemplo de união de esforços em torno da promoção da educação no Estado, pois o trabalho desenvolvido, através da interiorização, aumentou a credibilidade da UFPA perante a população interiorana, mas, evidenciaram de forma clara, as carências ainda existentes para a formação de educadores e cidadãos. Esta formação se constitui numa³¹:

“Proposta pedagógica mais abrangente, que articula ações de ensino, saúde, higiene, alimentação, cultura, lazer e recreação, com a finalidade de preparar a clientela para o exercício profissional e social, impõe-se que as ações a serem desenvolvidas, devem ter como objetivo oportunizar a formação integral”.

³¹ - Documento: Proposta de Cooperação entre UFPA e Governo do Estado – 1997.

1.3 - Consolidação e expansão das ações acadêmicas no interior do Estado: 1993 a 1997

Nesta fase, a proposta de ampliar e diversificar os cursos no interior não inviabilizou as ações desenvolvidas na 1ª fase, principalmente a reoferta dos cursos existentes desenvolvidos em regime de módulos (recesso escolar), pois se levou em consideração o perfil do alunado constituído por professores do ensino básico e médio, que trabalham nas redes estadual e municipal e cursam a graduação nos períodos de férias escolares.

Sendo assim, a instituição, objetivando dar continuidade e ampliação das atividades extensivas ao interior, e com a experiência que vinha acumulando com a descentralização, inicia a busca da consolidação das ações do Projeto de Interiorização, através da ampliação e diversificação da oferta dos cursos, intensificação das licenciaturas em atividades e da implantação dos cursos de Biologia, Física e Química. A justificativa para implantar estes cursos veio em decorrência das deficiências constatadas no ensino de 2º grau, no que diz respeito ao número reduzido e a formação inadequada de profissionais nessas áreas.

Registre-se que nesse interstício, buscando atender à solicitação das demandas interioranas, a partir da sistematização de inúmeras solicitações da comunidade com relação a cursos não específicos diretamente à educação formal, a UFPA implanta os cursos de licenciatura em Letras e Matemática, em períodos similares aos da capital. Sendo que a primeira experiência já estava em atividade no campus de Santarém, com o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, implantado em 1991³².

Nesta fase, foi instituído o “Programa Integrado de Treinamento e Qualificação de Profissionais da Educação Básica e Média do Interior do Estado do Pará”, no qual o objetivo proposto era diagnosticar e buscar soluções à problemática social, muito presente no interior do Estado, através das ações fundamentadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Esta proposta do referido programa continua até a atualidade.

Através dos projetos de extensão, a instituição passou a responder às necessidades da população interiorana, direcionando ações de treinamento, de incentivo à cultura, capacitação a professores leigos da zona rural, prevenção à saúde, assessorias às comunidades. Dentre essas ações, vale destacar as do Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico –

³² - Supervisão e Coordenação do Centro de educação. Resolução nº 1.872 de 03 de setembro de 1990.

NPADCS³³, comprometido com a formação e qualificação de recursos humanos, nas áreas de Ciências, Matemática e Educação Ambiental, ao mesmo tempo fomentando a iniciação científica em nível fundamental e médio nos interiores; o “Projeto Gavião”, visando capacitar professores leigos da zona rural, dos municípios das microrregiões do Estado, nos Campi Universitários.

Além dessas ações foram desenvolvidos programas de pesquisa em diversas áreas, como: Agropecuária, Biologia, Ciência Ambiental e Animal, Economia, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Educação e Letras. Esses programas tinham por finalidade investigar a natureza específica de cada região paraense, objetivando oferecer resultados que pudessem gerar políticas de intervenção no quadro de pobreza e desenvolvimento nas regiões do Estado do Pará.

A partir do resultado dessa investigação, foram direcionados os cursos de pós-graduação nos Campi de acordo com as possibilidades da instituição, na perspectiva de contribuir para a qualificação de pessoas e posteriormente agentes de transformação das bases econômicas e produtivas de cada região paraense, objetivando criar oportunidades para a fixação local, da população interiorana.

Para viabilizar essa proposta de continuidade, ampliação, diversificação, implantação de cursos em períodos similares aos da capital e consolidação das ações, a UFPA não tendo recebido autorização do Ministério de Educação para a abertura de Concurso Público para docente, teve que fazê-lo através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP, mediante convênio firmado com o Governo do Estado³⁴, representado pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, contratando inicialmente professores em nível equivalente a Auxiliar de Ensino, para ministrar aulas no interior. O convênio objetivava o seguinte:

“1.1- A interiorização do Ensino de 3º grau em municípios do Estado do Pará a serem definidos por comum acordo entre os convenientes.

1.2- Nos municípios selecionados as instituições conveniadas implantarão cursos da categoria de Licenciatura Plena, conforme programação acordada entre as partes.

³³ - O NPADC, do Centro de Exatas e Naturais é uma realidade desde 1985. As ações que o geraram, datam de 1979, com a criação do Clube de Ciências da UFPA. Programa Integrado de Treinamento e Qualificação de Profissionais da Ed. Básica e Média do Interior do Estado. UFPA/1991.

³⁴ Convênio firmado entre UFPA e Governo do Estado do Pará, representado pelo Exmº. Sr. Jader Fontenelles Barbalho datado de 02/12/91 – Coordenadoria de Interiorização da UFPA.

1.3- Os cursos referidos têm como objetivo maior a qualificação dos recursos humanos, no sentido do aperfeiçoamento do Ensino Básico e de 2º grau no Estado do Pará”.

No documento Exposição de Motivos – GR – 007/92 – UFPA, destinado ao ministro de Estado de Educação e Desportos, a instituição através do reitor destaca a necessidade da ampliação do número de vagas do quadro docente da UFPA, abordando que tal regime contratual permanece precário para garantir as condições institucionais exigidas à normalização da iniciativa, restando à autorização do MEC, para a ampliação de vagas no quadro docente na UFPA, única estratégia capaz de consolidar definitivamente o esforço institucional perseguido. Ao mesmo tempo argumenta que a instituição, em todo o processo de descentralização do Ensino Superior, manteve o mesmo quadro docente, ou seja:

“Em 1980, a UFPA possuía 1.478 professores de 3º grau em seu quadro docente permanente, permanecendo o mesmo número em 1992. Em pouco mais de uma década, enquanto a oferta de vagas na graduação cresceu 50% aproximadamente, o quadro docente manteve-se o mesmo”.

Para a reivindicação, a instituição fundamentou-se na publicação do MEC, intitulada “**A isonomia, o contexto da política de recursos humanos das Instituições Federais do Ensino Superior**”, (Brasília, 1989); em que expõe a realidade (à época) sobre o índice de qualificação docente, contextualizando que: a UFPA ostentava em 1980 o penúltimo lugar dentre as 42 IFES existentes. Em 1989, passara ao 20º lugar no ranking, no maior crescimento percentual registrado na década dentre todas as Universidades: 58,3%. Contemporaneamente ao excelente desempenho de sua política de qualificação docente, a UFPA passou de 02 cursos de Mestrado e 01 de Doutorado ofertados em 1980, para 15 de Mestrado e 04 de Doutorado em 1992, num crescimento de 633% e uma ampliação de alunos Pós-Graduados de 100 para 470 na década em questão (crescimento de 470%).

Com base nesses dados, o Reitor Nilson Pinto de Oliveira, em 1992, expôs sua justificativa ao MEC, objetivando a ampliação de vagas em 10% para atender à implantação e ampliação dos Cursos de Licenciatura Plena no interior do Estado, abordando o seguinte:

“Possivelmente não haverá, em todo o País esforço institucional de crescimento quantitativo e qualitativo equivalente ao desenvolvido pela UFPA ao longo da última década. E, é com base no sacrifício despendido

– particularmente numa conjuntura de crise econômica nunca antes havido na história brasileira – e nos méritos de seu arrojo – que nada mais refletem que a consciência e o compromisso que seu quadro dirigente, docente, técnico-administrativo e discente tem do papel e do caráter público da Universidade – que a Universidade Federal do Pará pleiteia junto ao Ministério da Educação uma pequena ampliação de seu quadro docente”.

De acordo com o documento, a meta seria de 147 vagas de Professor Auxiliar de Ensino, no período compreendido entre 1993 a 1994, objetivando criar um quadro permanente de docentes no interior do Estado, distribuído da seguinte forma:

Tabela 4 - Vagas previstas por campus para a criação do quadro permanente de docentes no interior / 1993.

CAMPUS	Nº. DE VAGAS
ABAETETUBA	10
ALTAMIRA	15
BRAGANÇA	10
CASTANHAL	10
MARABÁ	14
SANTARÉM	15
TOTAL	74

FONTE: Doc. Exposição de Motivos – GR – 007/92 – UFPA

Tabela 5 - Vagas previstas por campus para a criação do quadro permanente de docentes no interior / 1994.

CAMPUS	Nº. DE VAGAS
ABAETETUBA	09
ALTAMIRA	15
BRAGANÇA	10
CASTANHAL	10
MARABÁ	15
SANTARÉM	14
TOTAL	73

FONTE: Doc. Exposição de Motivos – GR – 007/92 – UFPA

Percebe-se com isso a demonstração do esforço institucional na busca de uma solução viável e permanente, para um dos mais sérios problemas do ensino de 1º e 2º graus no Pará que é: “*A baixa qualificação da maioria dos professores que atuam no interior do Estado*”. Por outro lado, evidencia que esta ação só será consolidada através da integração dos esforços da UFPA com o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Educação. Tendo em vista que o Processo de Consolidação e Expansão das atividades acadêmicas no interior do Estado é o resultado de um estudo minucioso que demonstra como necessária e urgente essa providência, pois as demandas do sistema educacional no interior, apesar das parcerias realizadas a partir da implantação do Programa de Interiorização (1986), ainda são muito elevadas, resultando na baixa qualificação dos professores que atuam nas áreas interioranas da Amazônia.

Registre-se que, através das parcerias desenvolvidas entre a UFPA e o Governo do Estado, cabe destaque ao trabalho desenvolvido pela Universidade do Estado do Pará – UEPA em descentralizar suas ações a partir de 1993, desenvolvendo atividades no Campus de Altamira e Marabá. Segundo relatado na Proposta de Cooperação entre UFPA e Secretaria de Educação: “tem contribuído para a consolidação do mesmo e evitado a dispersão de recursos humanos e financeiros”.

Essa instituição (UEPA) sempre desenvolveu atividades de grande importância no interior, no que se refere principalmente a área da saúde:

“Instalou um Pólo educacional em Conceição do Araguaia, onde funcionavam os Cursos de Pedagogia, Enfermagem, Obstetrícia e Educação Física, três núcleos onde ofertavam os dois últimos cursos citados: Marabá, Altamira e Paragominas”.³⁵

Através das parcerias, a instituição buscava suprir a debilidade na qualificação docente. E a proposta firmada entre as partes tinha como objetivo:

“Assegurar a Consolidação e Ampliação do Programa e Projetos de Interiorização da UFPA e UEPA, no sentido de que suas ações constituíssem um permanente Programa de Formação e Fixação de Recursos Humanos no Estado do Pará”.

³⁵ - Proposta de Cooperação entre UFPA/Governo do Estado/SEDUC/SECTAM/UEPA- 1997/2001. UFPA

A abordagem sobre a Universidade do Estado do Pará decorre da importância que essa instituição teve (e tem), na questão do ensino no Estado. Portanto, na trajetória para a consolidação dos Cursos da Interiorização da UFPA, não podíamos deixar de mencioná-la.

A partir das ações de ampliação e diversificação dos cursos nos interiores, novas demandas foram surgindo evidenciando as dificuldades existentes no que se refere à formação educacional e cidadania. A evidência dessas demandas gera a expansão em 1994 dos Campi de Bragança, Marabá e Santarém, pois, através deles são instalados cursos em 07 (sete) novos municípios: Capitão Poço e Capanema (Bragança), Parauapebas e Rondon do Pará (Marabá), Itaituba, Monte Alegre e Óbidos (Santarém). Portanto, a partir desse período percebe-se que:

”À formação de professores habilitados deve-se aliar a política de capacitação de profissionais do mundo do trabalho e da economia. Justifica-se, assim, a implantação de cursos de bacharelado, nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Direito, Informática e outros³⁶”.

Portanto, esta fase do Projeto de Interiorização da UFPA caracterizou-se pela consolidação, expansão, diversificação das ações acadêmicas da instituição nos interiores do Estado, e a implantação dos cursos de graduação nos períodos letivos similares aos da capital (Regular), da Pós-graduação (ver anexo) e da iniciativa das Instituições Federais de Ensino Superior da região amazônica, na busca de caminhos, visando consolidar o processo de descentralização das atividades acadêmicas na região.

Para concluir esse período, faz-se necessário lançar mão do enunciado de Freitas (2005, p.20), quando diz que:

“... os cursos de graduação realizados no interior deixaram de ser apenas os de Licenciatura visando à capacitação de professores, passando a incluir os Cursos de Bacharelado, em áreas diversas, para o atendimento das demandas de uma nova clientela interessada na qualificação profissional de nível superior que a habilitasse à atuação no mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo”.

1.4 - A Interiorização a partir de 1998.....

³⁶ - Projeto: Revitalização da infra-estrutura e verticalização dos programas acadêmicos nos campi da UFPA. Maio/1998.

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, as mudanças propostas para a educação trouxeram novos desafios às Instituições de Ensino Superior, relacionadas à capacitação de professores para atuar no ensino fundamental e médio, especialmente para atender às determinações da referida Lei, no que diz respeito à exigência da habilitação em nível superior dos professores leigos.

O texto do Artigo 62 institui que:

“A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em Nível Superior em Curso de Licenciatura de Graduação Plena em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Segundo a LDB, são considerados leigos, os seguintes profissionais da educação:

- Professores que tenham apenas o ensino fundamental, completo ou incompleto;
- Professores em atuação na educação infantil e no ensino fundamental, até a 4ª série, que não completaram o ensino médio, modalidade normal (antiga habilitação magistério);
- Professores em atuação de 5ª a 8ª ou no ensino médio que não concluíram o ensino superior, em cursos de licenciatura.

Perante a Lei, esses profissionais da educação eram (e são) considerados “professores leigos” e deveriam, a partir de um ano da publicação dessa Lei, ser capacitados adequadamente para melhor desempenhar suas funções. Quanto aos professores em atuação de 5ª a 8ª série e no ensino médio, estes tinham que concluir os cursos de Licenciatura Plena ou de complementação nos termos da legislação vigente.

Com relação aos professores com cursos de Licenciatura de Curta Duração, estes não devem ser considerados leigos, pois possuem habilitação reconhecida e registrada no MEC. Sendo assim, de acordo com a nova Lei, esses profissionais devem concluir a Licenciatura Plena para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Nesta situação de professor leigo, encontravam-se grandes contingentes de profissionais que atuavam na educação básica, na zona rural do País. O perfil desses

profissionais, segundo Gomes (2003, p.24), denotava uma carência muito grande do seu fazer pedagógico, pela falta de conhecimento, ou seja, pela falta de formação e qualificação profissional em nível adequado.

Diante desse contexto, o governo federal, através do Ministério da Educação, passou a desenvolver um programa nacional com modalidades de cursos para a formação de professores em nível superior, em Licenciatura Plena, para atuar na educação básica, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Para Gomes (2003), o governo assumiu uma posição objetivando suprimir a triste realidade, oportunizando aos professores melhorarem a sua condição de ensino, como forma de assumirem uma postura condizente com um ensino de boa qualidade. Neste sentido, a autora, ao citar Freire (1998, p.42-45), ressalta que um educador deve estar atento a sua função de ensinar e que esta deve estar à altura do que ele se propõe e do que esperam dele, pois educar é compromisso, devendo então, ser um profissional crítico, consciente, metódico e ético, dessa forma, *“ensinar exige reflexão crítica sobre a prática [...], ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”*. No entanto, no Brasil, e principalmente nas regiões paraenses, nem todos os professores estavam em condições profissionais de ministrarem aulas e assumirem uma postura condizente com um ensino de boa qualidade, pela falta de qualificação profissional.

Diante daquela situação, o MEC tomou medidas urgentes e necessárias, exigindo aos educadores uma qualificação de acordo com sua profissão, possibilitando as mudanças no processo ensino-aprendizagem. Essa exigência veio proporcionar uma tomada de decisão por parte dos governos estadual e municipal em investir no seu quadro profissional da educação básica, favorecendo, assim, todos os professores que se encontravam naquela situação de professor leigo.

Uma dessas medidas foi a criação, paralela à LDB (9394/96), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF³⁷, com o objetivo de redistribuir as verbas destinadas à educação, de forma a garantir

³⁷- Os recursos do Fundo serão compostos por 15% dos seguintes impostos: ICMS, IPI-Exportação, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Art.1 -§ 1º Lei 9424/96 de 24 de dezembro de 1996.

investimentos no ensino fundamental, tanto das redes municipais quanto estadual, isso inclui uma política de capacitação dos professores leigos, assegurada pela referida Lei.

Segundo o Plano Decenal do Estado do Pará (1993/2003, p.26), de um total de 40.793 docentes das redes de ensino, estadual e municipal, 15.422 atuavam na zona rural, dos quais 11.559 eram leigos, aproximadamente 75%. Dos 25.371 professores que atuavam na zona urbana, 4.031 eram leigos, cerca de 16,4%.

Com base nesses dados, em janeiro de 1999, a UFPA tornou-se uma importante parceira das Prefeituras Municipais e Governo do Estado, a fim de viabilizar políticas de capacitação urgentes para capacitação e formação dos professores que se encontravam na condição de leigo, segundo a LDB (art. 62).

A partir daí, a UFPA, reconhecida como uma das mais importantes Instituições Federais de Ensino Superior da região amazônica, em atendimento ao projeto de Formação de professores para Educação Básica, passou a desenvolver os cursos de Licenciatura Plena em regime de contratos especiais. Esses cursos funcionam nos Campi Universitários de Altamira, Baixo Tocantins (Abaetetuba), Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure (ver anexo).

Com relação a isso, Gomes (2003, p.28) aborda o seguinte:

“Além desses Campi, prefeituras de 30 municípios preferiram contratar a UFPA para ministrar os cursos de Licenciatura Plena no local de origem ou então em forma de consórcio, estratégia utilizada por várias prefeituras que se unem para contratação de um determinado curso, um município é caracterizado como sede para sediar a realização do referido curso”.

Dando seguimento a essa política de formação de professores da educação básica, além de realizar novos contratos com outras prefeituras, a UFPA, em janeiro de 2002, estendeu seu atendimento à demanda da rede estadual de ensino. Neste sentido, Gomes (2003) aborda que: *“a UFPA vem consolidando e cumprindo duas de suas importantes funções, que são as atividades de ensino e extensão, bem como já abrindo caminho para o desenvolvimento da pesquisa”*.

Registre-se que nesse interstício, mais precisamente a partir de 2001, o Programa de Interiorização da academia passa a configurar-se na perspectiva de um novo modelo sob uma nova nomenclatura, denominada de Universidade Multicampi³⁸.

Essa nova configuração no Plano de Desenvolvimento da instituição, concebido para o período 2001 a 2010, caracteriza-se como um dos Eixos Estruturantes, um modelo alternativo para a gestão acadêmica da UFPA, em que a visão predominante deverá ser de uma universidade rede, com integração entre os seus 10 (dez) Campi, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado do Pará.

Na verdade, o referido documento não é um plano de governo, mas sim um plano que traça uma política de Estado para a Academia, possibilitando-lhe pensar suas ações por uma década, dentro do modelo multicampi.

O Reitor da UFPA, professor Alex Fiúza de Mello, ao fazer referência sobre o modelo de Universidade Multicampi adotado pela UFPA, diz que:

“Não se trata de “multicampismo”, de uma simples estratégia de ação ou mera alternativa engenhosa de atendimento às legítimas demandas sociais por educação superior manifestas pelos mais de cento e quarenta municípios do interior do Estado do Pará. É mais que isso. É concepção de Universidade, fundada numa perspectiva de relevância social e visão de região, compromissada com a construção de um projeto de cidadania para o Estado, nas dimensões de sua continentalidade, que jamais poderá alcançar qualquer patamar de desenvolvimento, com sustentabilidade, sem ter a disposição, em todas as suas latitudes e longitudes, ensino básico de qualidade (com professores bem formados) e homens preparados por uma cultura acadêmica e profissional adequada às oportunidades e vantagens comparativas de cada territorialidade econômica e social”.

Quanto ao novo modelo, Freitas (2005, p. 9) aborda o seguinte:

“... o propósito e a determinação política da Administração Superior eram o de não abdicar do compromisso social que a Universidade Federal do Pará deve manter e cumprir perante a sociedade regional, sobretudo em favor dos segmentos sociais já castigados pela insuficiência e, muitas vezes, pela ineficácia social de políticas públicas que deveriam promover o seu bem-estar e possibilitar a sua auto-sustentabilidade”.

Registre-se que, nessa trajetória desde a década de 1970, a instituição tem se mantido firme, objetivando cada vez mais ampliar e consolidar o seu programa de interiorização,

³⁸- A Instrução Normativa nº. 01, de 20 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a implementação das ações da Universidade Multicampi e a regulamentação Legal através da Resolução nº. 3.211, de 03 de novembro de 2004.

atualmente sob o novo modelo denominado de universidade multicampi, da mesma ordem de importância do projeto inicial, mas dentro de uma visão de universidade rede e integração entre os Campi Universitários. E que, segundo relatado no Plano (2001/1010), passa a firmar-se oficialmente o conceito daquilo que já, há anos, é fato na dinâmica acadêmica da instituição: sua presença permanente e crescente em vários municípios do Estado do Pará.

Portanto, caberá à instituição, na perspectiva da renovação dos pressupostos políticos e acadêmicos, fundamentados nos princípios norteadores³⁹ da universidade multicampi, contribuir cada vez mais com a região, por intermédio de suas ações com vistas à produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, voltados para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico e cultural do Estado do Pará, fundamentadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão.

³⁹ -Princípios que devem nortear a gestão da universidade Multicampi: Oferta do ensino público, gratuito e com qualidade; Integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; Flexibilização curricular; Autonomia acadêmica - administrativa; Apoio da sociedade civil; Cooperação interinstitucional; Atenção às especificidades regionais. Resolução nº 3.211, de 03/11/2004 (ver anexo).

Capítulo II – Ações resultantes do Projeto de Interiorização e a relação com o Curso de Serviço Social

O presente capítulo objetiva mostrar, primeiramente, o resultado das metas propostas no Projeto de Interiorização com abrangência ao I Projeto de Interiorização e o de Consolidação e Expansão dos cursos no interior do Estado. Em seguida analisaremos os resultados da Interiorização das ações acadêmicas da Instituição e a (im) possibilidade da inserção do Curso de Serviço Social. Finalmente, abordaremos as políticas utilizadas para demandar cursos ao interior e a lacuna deixada pela não implantação do Curso de Serviço Social nessas duas décadas (1986 a 2006) de descentralização das ações da UFPA.

2.1 - As metas propostas nos projetos

Com base na situação educacional do Pará, em 1986, marcada pela presença expressiva de professores leigos, ou seja: Dos 25.000 professores que atuavam na educação, principalmente no interior, apenas 150 (0,6%) eram Licenciados Plenos. Baseando-se nesses dados da Secretaria Estadual de Educação, a Universidade Federal do Pará implanta o Projeto de Interiorização (1986), objetivando principalmente “a intensificação do processo de Interiorização da Instituição nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão”. As metas propostas no Projeto foram:

“Implantar os cursos de Licenciatura Plena em Letras, Matemática, História, Geografia e Pedagogia em 08 (oito) Pólos: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá e Soure, com abrangência a 87 municípios do Pará. Assim, foram ofertadas 50 vagas nos períodos de recesso escolar (da Capital), resultando em 2.000 (duas mil) novas vagas em 1986”.

As metas propostas no documento que representa a primeira ação conjunta das IFES Amazônicas, denominado de “I Projeto Norte de Interiorização”, buscavam caminhos através de trabalhos integrados, que as levassem ao cumprimento do papel de agentes de apoio ao processo de transformação social e desenvolvimento regional. Através dessas propostas e da conjugação de esforços, além de desenvolver ações que influenciassem na transformação das bases econômicas e sociais dos municípios e da Região Amazônica, também a obtenção de financiamentos para as atividades previstas. Vale lembrar que esse projeto foi firmado para o mesmo interstício que o da UFPA (1986 a 1989), incorporando os mesmos objetivos, estratégias e as metas, a diferença estava na atividade a ser realizada de acordo com a especificidade de cada instituição. Portanto, as metas propostas no I Projeto Norte de Interiorização seriam:

“Implantar ou consolidar 25 Campi Universitários, localizados no interior dos Estados: Pará (08), Amazonas (02), Maranhão (06), Acre (02), Rondônia (03) e Mato Grosso (04). Esses campi serviram de base para a realização de Cursos de Licenciatura, reciclagem e capacitação, projetos artístico-culturais, projetos de pesquisa aplicada, treinamento e assessoramento à comunidade”.

Em continuidade à descentralização de suas ações acadêmicas, a UFPA implementou em 1992 o Projeto de Consolidação e Expansão dos Cursos de Licenciatura Plena no Interior do Estado⁴⁰, objetivando principalmente:

“Consolidar o Programa de Interiorização, e expandir a oferta de Cursos de Licenciatura Plena, visando graduar técnicos e habilitar professores para o ensino básico e médio”.

As metas propostas no referido Projeto, para o período de 1992 a 1998, eram as seguintes:

“Inicialmente era dar continuidade às ações que estavam em pleno desenvolvimento em 80% dos municípios do Estado, cuja pretensão era graduar discentes oriundos de 84 municípios abrangentes aos Campi”.

⁴⁰ Este projeto faz parte do Programa Integrado de Treinamento e Qualificação de Profissionais da Educação Básica e Média do Interior do Estado do Pará.

Além desta proposta, este projeto objetivava também reofertar as licenciaturas já implantadas em oito Campi no período intercalar, com 50 (cinquenta) alunos cada, num total de 3.300 novos graduados. Cabe lembrar que em 1992, no início deste projeto de consolidação, 67 (sessenta e sete) turmas estavam em pleno funcionamento nos Campi Universitários, totalizando 1.964 (um mil novecentos e sessenta e quatro) alunos.

Com relação à ampliação da oferta (outra meta), dos Cursos de Licenciatura em Química, Física e Biologia, nos oito Campi, aumentaram em 24 (vinte e quatro) novas turmas no quadro dos cursos nos períodos de recesso, possibilitando a graduação de mais 1.200 (mil e duzentos) licenciados.

O projeto objetivava também ofertar progressivamente a partir de 1992, em caráter regular e permanente, 08 (oito) cursos/turmas, em cada um dos 05 (cinco) Campi definidos⁴¹ como prioritários.

A proposta referente a este projeto representou (e representa) o esforço da Instituição na busca de soluções viáveis para um dos problemas mais sérios do ensino básico e médio no interior do Pará, que é: **“A baixa qualificação dos professores que atuam nas áreas interioranas da Amazônia”**.

2.2 - Resultado das metas

Para a descrição dos resultados das ações obtidas através do Projeto de Interiorização da UFPA, é importante frisar que: A instituição iniciou esse programa em 1986, de forma isolada e destemida, contando apenas com a determinação política de seus dirigentes e com a coragem de seus docentes. Sobre isso, a Comissão de Estudos referentes à Institucionalização dos Campi Universitários relata o seguinte:

“... esses docentes aceitaram o desafio, indiferente às adversidades da realidade dos municípios naquele momento, pois para lá se deslocaram e

⁴¹ Esses Campi são: Abaetetuba, Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém.

iniciaram uma missão acadêmica – cultural verdadeiramente desbravadora”.

Portanto, os primeiros frutos desse esforço institucional começaram a ser sentidos após seis (06) anos das atividades acadêmicas propostas no Projeto de Interiorização para o interstício de 1986 a 1989. Segundo os relatórios da Coordenadoria de Interiorização, já era possível fazer uma avaliação criteriosa a respeito da implantação do referido projeto da UFPA, dada a relevância que ele obteve junto à sociedade paraense em qualificar recursos humanos, em especial na docência de 1º e 2º graus no interior do Estado do Pará.

Com a formação das primeiras turmas, em 1992, a UFPA colocou à disposição do Sistema Público de Ensino no interior paraense, mais de 1.500 graduados que, somados aos formados até meados de 1993, chegou a 2.000 (dois mil) professores qualificados. A realidade começou a mudar no cenário educacional, pois em seis anos, de 0,6% passou para 10% o número de Licenciados Plenos, significando um grande salto na história da Educação na Amazônia.

Segundo a avaliação realizada para a Proposta de Cooperação entre UFPA e Governo do Estado⁴², podemos revelar que: entre 1987 e 1993, 82 (oitenta e duas), turmas concluíram o ensino de graduação, ou seja, formaram-se 4.100 (quatro mil e cem) novos profissionais. Inclui-se neste número a complementação da Licenciatura Curta ofertada para 750 (setecentos e cinquenta profissionais).

Sob o título “Estado vive revolução no Ensino⁴³”, reportagem veiculada no Estado do Pará, na qual a Secretaria Estadual de Educação faz uma avaliação do antes (1986) e o depois (1993) da implantação do Projeto de Interiorização, abordando o seguinte:

“No início de 1986 a SEDUC concluía um balanço desalentador sobre a situação do magistério de primeiro e segundo graus no interior do Estado. Para 25 mil professores existentes na rede pública, somente 150 (0,6%) tinham Licenciatura Plena. Sete anos depois, a mesma registra um enorme salto: o aumento de 25% e, dos 31 mil professores da rede, 3.400 (11%) são Licenciados Plenos – 22 vezes mais que os existentes em 1986”.

Sem dúvida, essa avaliação realizada pela Secretaria Estadual de Educação caracterizou-se como um dos pontos fundamentais para verificar o grau de mudanças obtidas no perfil socioeducacional, através do compromisso social da Universidade Federal do Pará, em

⁴² Proposta de Cooperação entre UFPA/Governo do Estado/SEDUC/SECTAM/UEPA - 1997

⁴³ Jornal “O Liberal” – Belém, 24 de maio de 1994.

descentralizar o ensino de graduação, estendendo aos interiores do Estado do Pará. A mesma secretaria relata o seguinte:

“A diferença entre uma situação e outra fica por conta da Universidade Federal do Pará que, liderando as Universidades da Região Norte e somando seu próprio plano de trabalho ao esforço desenvolvido pelo Governo do Estado do Pará, desenvolveu um ambicioso Programa de Interiorização”.

Como parte dessas importantes mudanças para a região, vale destacar os resultados obtidos através do trabalho em conjunto desenvolvido pelas IFES Amazônicas, através do I Projeto Norte de Interiorização. Nesse trabalho, as metas foram programadas para o período de 1986 a 1989, mas sua execução manteve-se até 1993, o que resultou em avanços superiores aos projetados inicialmente⁴⁴.

Esses avanços resultantes das ações do I PNI ultrapassaram a meta fixada que era: implantar 25 Campi na Amazônia brasileira, dos quais 08 no Pará. Ao final do período fixado, essas IFES amazônicas (integrantes do I PNI), haviam ultrapassado a meta, ou seja: chegam ao ano de 1993, com 42 (quarenta e dois) Campi implantados na Região Amazônica, dos quais 09 (nove) no Pará.

É importante destacar que no Estado do Pará, a meta atingida através desse Projeto (I PNI), até o período mencionado, alcançou êxito bem maior que as outras Instituições Federais de Ensino Superior. Pois, nestes 09 Campi, dos 158 Cursos de Licenciatura desenvolvidos pelas IFES regionais⁴⁵, a UFPA implantou 86 de Licenciatura Plena e 12 de Curta. A partir desses resultados obtidos com a implantação do I PNI, o aumento do número de vagas no 3º grau repercutiu significativamente, pois do total de vagas ofertadas pelas IFES (8.520), a UFPA ofertou 4.900. Como nos mostra o quadro abaixo:

Tabela 6 - Total de vagas ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES por Estado e Modalidade, interstício de 1986 a 1993.

ESTADOS	Nº. DE CAM-PI	CURSOS DE GRADUAÇÃO – 1986/1993									
		CURSOS LICENCIATURA PLENA				CURSOS LICENCIATURA CURTA				BACHARELADO	
		RECESSO		PERMANENTE		RECESSO		PERMANENTE		Nº. de Cursos	Nº. de Vagas
		Nº. de Cursos	Nº. de Vagas	Nº. de Cursos	Nº. de Vagas	Nº. de Cursos	Nº. de Vagas	Nº. de Cursos	Nº. de Vagas		

⁴⁴ Relatório dos Estudos sobre a Institucionalização dos Campi da UFPA – PROEG – 1997.

⁴⁵ No período de 1986 a 1993, as IFES ofertaram 187 cursos de graduação fora da sede, entre bacharelado e licenciatura.(II PNI – 1994/1997, p:29).

ACRE	06	06	250	07	280	04	160	-	-	-	-
AMAZONAS	07	06	260	10	299	02	100	-	-	-	-
MARANHÃO	07	-	-	04	160	-	-	02	66	02	100
MATO GROSSO	03	07	315	18	800	02	80	-	-	02	80
PARÁ	09	57	2.850	29	1.450	12	600	-	-	-	-
RONDÔNIA	05	03	150	06	200	-	-	03	120	-	-
RORAIMA	05	-	-	05	200	-	-	-	-	-	-
TOTAL	42	79	3.825	79	3.389	20	940	05	186	04	180

Cursos de Recesso = parcelado

Curso permanente no período letivo normal

Observação (--): Não ofertou.

Convém lembrar que no primeiro vestibular do Projeto de Interiorização da UFPA (1986), foram ofertadas 2.000 vagas, sobrando 506, e em 1994, todas as vagas foram preenchidas e a pontuação dos vestibulandos em alguns Campi, a exemplo de Santarém e Marabá, já se equiparava com os da capital. Além disso, a Secretaria de Educação do Estado, ao fazer referência sobre a repercussão social do programa com relação à qualificação de recursos humanos oriundos desse programa, aborda que:

“Em 1993, os cerca de 4000 (quatro mil) graduados pelo processo de Interiorização começaram a assumir seus postos no interior, dirigindo escolas em todos os municípios. Hoje, existem Licenciados Plenos em todos os principais colégios públicos nas sedes dos 132 municípios do Estado”.⁴⁶

Ao analisarmos o resultado desse compromisso social da UFPA, em descentralizar suas ações acadêmicas através do Projeto de Interiorização e do trabalho em conjunto com as IFES Amazônicas (I PNI), no período de 1986 a 1993, concluímos que: além da característica principal que era qualificar recursos humanos, para atuar na educação básica através das Licenciaturas Plenas em: História, Letras, Matemática, Pedagogia, Geografia e Ciências nos períodos intervalares, também, realizou atividades diversas. Concluiu-se que todas as metas foram alcançadas, de acordo com o quadro abaixo.

Tabela 7 - Atividades oferecidas pelas IFES no período de 1986 a 1993.

	CAPACITAÇÃO	RECICLAGE	LIC. CURTA	LIC. PLENA	PROJETOS ARTÍSTICO-	PROJETOS DE PESQUISA	PROJETOS DE TRAB. COMU-
--	-------------	-----------	------------	------------	---------------------	----------------------	-------------------------

⁴⁶ - Jornal “O Liberal” de 24/05/94.

IFES			M						CULTURAIS		APLICADA		NITÁRIOS	
	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS	ME-TAS	REALIZADOS
Acre	25	30	25	13	02	04	05	13	20	04	20	08	25	03
Amaz.	54	156	46	130	03	02	09	16	43	81	32	89	115	353
Mar.	31	38	23	13	01	02	04	04	17	-	17	10	22	33
M.Gr.	125	125	64	55	02	02	13	25	22	15	15	21	54	62
UFPA	47	100	40	150	-	12	45	86	16	20	28	25	22	200
FCAP	15	-	03	-	-	-	-	-	03	03	10	09	10	10
Rond.	12	12	15	15	-	03	09	09	09	09	14	14	11	11
Ror.	02	02	05	05	-	-	06	05	-	03	03	03	-	10
Total	311	463	221	381	08	25	91	158	130	135	139	179	259	682

Observação (--): Não ofertou

Os resultados obtidos, através das metas propostas no Projeto de Consolidação e Expansão das Licenciaturas Plenas no Interior do Estado, foram marcados pela ampliação e diversificação das atividades desenvolvidas pela academia nos interiores paraenses, em decorrência da repercussão social que a interiorização passou a ter e, também, do atendimento às demandas existentes nos Pólos maiores como: Altamira, Abaetetuba, Castanhal, Bragança e Marabá ⁴⁷.

A primeira grande meta desse projeto a ser atingida era dar continuidade ao trabalho já realizado, ou seja, garantir a continuidade dos cursos em execução. Percebe-se que desde a efetivação da interiorização em 1986, a UFPA continuou a ofertar regularmente os cursos através do processo de vestibular. Em seguida foram ofertadas novas turmas dos cursos já implantados, ou seja, as Licenciaturas Plenas em períodos intervalares.

Quanto à ampliação, realizou-se não só através das Licenciaturas como Química, Física e Biologia, mas também dos cursos de Bacharelado nas áreas diversas, para atender a uma demanda objetivando a qualificação profissional para atuação no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Junte-se a isso a implantação dos cursos em períodos similares aos da capital, da Pós-Graduação e dos Programas de Pesquisa e extensão.

⁴⁷ Relatório de Programa de Interiorização da UFPA – 1997.

Essas ampliações das ações acadêmicas foram seguidas de construção de infraestrutura mínima necessária capaz de abrigar a execução dessas ações, antes restritas ao ensino de graduação e posteriormente integrando-se ao princípio do ensino, pesquisa e extensão, solicitadas e efetivadas nos Campi Universitários. Portanto, um fator importante nesse período foi a integração das ações de parcerias em níveis municipal, estadual e federal, com relação a essa infraestrutura física básica e ações de apoio ao programa.

Registre-se também que foram implantados laboratórios e projetos importantes nos campi a partir das demandas locais, tais como: *Altamira*, o laboratório de solos e projetos, com vistas ao desenvolvimento e fortalecimento em agriculturas familiares amazônicas; *Bragança*, laboratório de Ciências Biológicas e Ambientais, visando à realização de estudos voltados à exploração e conservação da biodiversidade costeira; *Castanhal*, laboratório de Genética Animal, objetivando a formação de recursos humanos especializados em genética avançada aplicada à agropecuária, garantindo o intercâmbio científico/acadêmico com instituições nacionais e internacionais; *Marabá*, instalou-se o centro Agro-ambiental de Tocantins para realização de estudos e treinamentos, com vistas à formação de recursos humanos vinculados com a realidade agrária do Estado, ao mesmo tempo formar profissionais de Ciências Agrárias de uma base sólida de conhecimentos a respeito desta realidade; *Santarém*, o Laboratório de Ciências Biológicas e Ambiental, e o projeto denominado “Presença do Mercúrio e Exposição Humana a esse contaminante na Região do Tapajós”, destinado a realizar análises ambientais, a fim de propiciar conhecimentos e técnicas sobre a região do Tapajós, considerada como foco de contaminação mercurial, em face da presença de inúmeros garimpos na área⁴⁸.

Nesse conjunto de ações resultantes da expansão da interiorização da UFPA, objetivando compreender a dinâmica do funcionamento do sistema educacional nos municípios paraenses, merece destaque o programa de pesquisa: “O Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia Paraense”, desenvolvido pelo Centro de Letras e Artes, com o objetivo de resgatar e promover a cultura regional.

Além dessas ações, também tiveram (e têm) grande repercussão as atividades de extensão objetivando capacitar, treinar, atualizar e aperfeiçoar recursos humanos. Dentre essas atividades cabe destacar o Projeto “Capacitação de Alfabetizadores com Base Lingüística” e o “Projeto Gavião”, este desenvolvendo a capacitação e formação de professores leigos da zona

⁴⁸ - O Programa de Interiorização da UFPA – Proposta Emergencial/Projeto Norte de Interiorização -1997. pág. 09

rural do Estado. De acordo com os dados contidos no Diagnóstico Educacional do Pará 1996/1997, em 1995 foram habilitados 10.099 (dez mil e noventa e nove), beneficiando 107 municípios e em 1996, o programa foi intensificado, sendo capacitados 17.310 (dezessete mil trezentos e dez), ao todo. Lembrando que esse trabalho, realizou-se em parceria com a Secretaria de Educação Estadual e as prefeituras municipais, sob a coordenação da UFPA.

Segundo dados contidos na Proposta Emergencial, os resultados obtidos com as ações do projeto de interiorização da UFPA, até o período de 1997, contribuíram para mudar a realidade social do Estado através da formação de recursos humanos, principalmente no quadro educacional do interior, pois elevou de 0,6% (1986) para 18,93% (1997) o número de docentes com nível superior, vinculados ao Sistema Oficial de Ensino, mesmo considerando que o quadro ainda era adverso, pois 81,07% dos professores não possuíam formação superior.

Tendo em vista as metas propostas para o interstício de 1993 a 1997, os resultados das ações executadas já podiam ser ilustrados, ou seja: a UFPA, através da interiorização, ofertou 7.552 (sete mil quinhentos e cinquenta e duas) vagas nos cursos de graduação e 360 (trezentos e sessenta) na pós-graduação⁴⁹. Além disso, 150 (cento e cinquenta) turmas estavam em funcionamento, sendo 56 de recesso e 94 em períodos similares aos da capital de cursos de Licenciatura Plena e Bacharelado.

Não podemos esquecer que uma das características do Projeto de Interiorização da UFPA foi a “avaliação global do processo” após cada etapa. Essa avaliação era realizada através de seminários nos Campi ou no campus (Belém), com os agentes envolvidos: Pró-Reitoria de Ensino de graduação, Assessoria Especial de Interiorização, diretores de centros, chefes de departamentos, coordenadores de colegiados dos Campi, professores e alunos. Essas avaliações serviam de instrumentos para se detectar as falhas no andamento do projeto, e ao mesmo tempo juntar esforços procurando minimizá-las e aperfeiçoá-las.

De tudo isso, conclui-se que são inegáveis os resultados alcançados pela instituição através do programa de interiorização, quer pela diversidade de ações demandadas aos interiores paraenses, quer pela qualificação de recursos humanos para atuação na educação, através dos cursos de licenciatura plena e posteriormente os de bacharelado, resultando na

⁴⁹ - Proposta de Cooperação entre UFPA/Governo do Estado - 1997/2001. Coordenadoria de Interiorização, 1997. Ver também, “Estudos referentes à Institucionalização dos Campi Universitários da UFPA”. Coordenadoria de Interiorização da UFPA, 1997.

qualificação de outros profissionais, repercutindo (e repercute) positivamente no crescimento e desenvolvimento da Amazônia, em especial na região paraense.

Registre-se também que o programa de interiorização, além de contribuir com esses resultados, também possibilitou (e possibilita) diversos egressos alcançarem uma qualificação de nível máximo, a exemplo de docentes que são lotados na própria instituição e que cursam (ou cursaram) a pós-graduação em nível de doutorado. Segundo pesquisas realizadas na própria instituição, existem vários docentes de diferentes áreas nessas condições, a exemplo dos cursos de: Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Mas, segundo o Relatório da Gestão 2001 a 2005, apesar do Programa de Interiorização da UFPA ter conseguido reconhecimento como referência nacional a ser adotado em várias universidades, embora sem a mesma diversidade e grandeza, o programa nunca havia contado, nos orçamentos do MEC, com destinação de recursos específicos.

Finalmente, no ano de 2005 já foram observados novos avanços com relação a essa questão, pois foi realizado um convênio entre a instituição e a SESu/MEC, objetivando a contratação de 120 (cento e vinte) docentes para os Campi do interior nos próximos três anos. Além disso, foram repassados recursos orçamentários no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), objetivando dotar os Campi de infra-estrutura física adequada para implantação de novos cursos. Sendo assim foram autorizadas no mesmo ano 40 (quarenta) vagas e liberados R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

2.3 – As Políticas utilizadas para demandar cursos ao interior

Apesar de os resultados alcançados através do Programa de Interiorização terem refletido na relevância social, observamos que na trajetória dessas políticas de descentralização de suas ações acadêmicas, não foi implementado o Curso de Serviço Social, ou seja, o referido curso ficou aquém desse processo, em quase duas décadas de descentralização das ações da academia. Sabe-se, desde já, que as políticas acadêmicas viabilizadas desde a implantação do projeto ocorreram em decorrência da carência de recursos humanos qualificados, para atuar na elevação dos patamares de desenvolvimento econômico e social da região, principalmente na área de ensino oficial.

Essa carência de recursos humanos qualificados, para atuar na educação no Estado, ocasionou em índices elevados de profissionais sem qualificação atuando na rede oficial, gerando com isso inúmeras solicitações de demandas oriundas das instituições de educação: estaduais, municipais, particulares e da sociedade civil, apoiada em dados estatísticos.

Para o conhecimento das políticas da oferta dos cursos de graduação, para o interior do Estado na atualidade, faz-se necessária uma abordagem sobre o planejamento das ações da instituição relacionadas ao assunto, sob a ótica do Plano de Desenvolvimento para o interstício 2001/2010, no qual são agregadas informações relacionadas a essa questão.

Segundo o referido Plano (2003, p.72), as políticas acadêmicas fundamentadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão adotados para o interior, não podem:

“... em seu arcabouço fundamental, ser dissociadas daquelas do Campus de Belém, ainda que reconhecidas as singularidades de cada espaço. Há de se pensar a Universidade a partir do Pará como um todo, considerando as potencialidades e as vocações locais em vista da formação de quadros profissionais comprometidos com os rumos do desenvolvimento do Estado e da região”

A partir da visão dessas políticas, efetivamos a investigação através de entrevistas, objetivando esclarecer as inquietações sobre o contexto social que as envolve, na atualidade. Então decidimos iniciar pelo posicionamento do Pró-reitor de Ensino de Graduação da UFPA - PROEG, Professor Licurgo Peixoto de Brito, fazendo o seguinte questionamento: *“Atualmente, quais as políticas viabilizadas pela UFPA, para demandar cursos ao interior do Estado?”*.

Vale esclarecer que a opção de iniciar pela Pró-reitoria de Ensino parte do princípio de que esta pró-reitoria congrega a coordenação das atividades didático- pedagógicas e da administração acadêmica da instituição, além de promover estudos necessários para viabilizar mudanças política e educacional da instituição, adequando-a à realidade em conformidade com a legislação determinada pelo Governo Federal, como também viabiliza assessoramento técnico-pedagógico às unidades acadêmicas responsáveis pelo ensino de graduação e ainda trata das questões relacionadas ao Processo Seletivo Seriado - PSS, passando pelo acompanhamento do alunado até a colação de grau.

Ao responder sobre o questionamento, o referido Pró-reitor relatou o seguinte: *“Atualmente a flexibilização de vagas é o principal mecanismo para atender à demanda de cursos no interior do Estado. Esse processo está regulamentado pela Resolução 3211/2004 – Consep”*.

Em seguida, indagamos a ele: *“Como ou quem decide sobre a oferta de um determinado curso para o Programa de interiorização através do Processo Seletivo Seriado – PSS?”*.

Ao qual nos respondeu:

“Os dirigentes das unidades encaminham a proposta a PROEG, que em conjunto com a Administração Superior verifica a possibilidade de custeio com recursos do orçamento. Caso não haja recursos a proposta pode ser atendida por meio de convênios com as prefeituras ou outros órgãos com interesse nesse financiamento.

A carga horária docente deve ser incluída no Plano Individual de Trabalho – PIT e os custos de infra-estrutura também correm por conta do órgão financiador”.

Partindo desse contexto, resolvemos analisar o posicionamento de alguns coordenadores de cursos da instituição, sobre a forma como foi (o curso já pode ter sido concluído) ou como é ofertado o respectivo curso para interior. Portanto lançamos o seguinte questionamento: *“Quais as políticas utilizadas para ofertar (ou que ofertou) o referido curso ao interior do Estado?”*.

Ao responder sobre o assunto a coordenadora do Curso de Pedagogia, Professora Josenilda Maués, relata que para ofertar o curso no interior, se for solicitado pelo Campus de Belém será necessário:

“- Definição do Planejamento Estratégico do Centro de Educação – CED, incluindo ações e metas ligadas à oferta de cursos de graduação; de critérios para ofertar no interior o Curso de Pedagogia, incluindo as condições de oferta do ponto de vista institucional e dos locais demandados, das normas contratuais para estabelecimentos de convênios e da dinâmica de oferta do curso; do processo de acompanhamento e avaliação das ações de formação envolvidas.

- Visitas ‘in loco’ aos municípios que apresentam demandas junto ao CED, para verificação das condições de oferta;

- Análise da demanda do ponto de vista dos gestores sociais envolvidos no pleito”.

O Coordenador do Curso de Administração, Professor Aláudio Mello Junior, ao responder o questionamento diz que: *“O curso é sempre viabilizado mediante a solicitação da demanda”*. E cita como exemplo: *“A prefeitura de um município faz um documento comunicando que diante da grande demanda solicita o curso”*. Quanto a isso, o referido professor ressalta que a demanda de Administração não pára de crescer, pois existe a multidisciplinaridade o que quer dizer que a grande função do curso é a gerência de organizações, e que é importante principalmente na

qualificação de gestores da administração pública. Mas, lembra que: *“A demanda existe em um certo município num momento, depois pára, o que não é o caso do município de Parauapebas, que já solicitou outra turma, pois a primeira está em vias de colação de grau”*.

Segundo o professor, o curso no município de Parauapebas é realizado através da política de contrato com a prefeitura desse município.

Em seu relato o coordenador falou sobre as dificuldades enfrentadas atualmente, como podemos citar:

Quanto à parte financeira: a UFPA não dispõe de recursos para viabilizar cursos, há carência orçamentária por parte do MEC;

Não existe mais incentivo de bolsa para o professor que se desloca ao interior, o que contribui pela falta de motivação por parte deles;

Número reduzido de docentes, com isso há dificuldades com relação à disponibilidade de professores para o curso regular, pois o professor não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares. Essas questões são resolvidas através de concursos para professor substituto.

E como proposta para melhorias no programa de interiorização, o referido coordenador dá a seguinte sugestão: *“É necessário descobrir através de diagnósticos as reais necessidades para o interior, como também realizar uma política de desenvolvimento dos Pólos”*.

Para a oferta do curso de Sistema de Informação, a política viabilizada foi a de contrato, a exemplo do município de Capanema em 2002, como explica a coordenadora professora Mara Lúcia. Para essa oferta a coordenadora relata que em 2001, o Colegiado de Bacharelado em Sistemas de Informação e o Departamento de Informática foram procurados pelo gestor da PROEG, para verificar a possibilidade de ofertar o referido curso nesse município.

Então, em maio de 2002, houve o encontro entre as partes envolvidas (UFPA, Prefeitura Municipal e FADESP), para tratar dos termos de firmação do contrato para ofertar o curso em regime intervalar, com início para o segundo semestre de 2002.

Em seu relato, a coordenadora ainda diz que:

“Diversas prefeituras têm interesse na oferta do Curso de bacharelado em Sistemas de Informação, já foi negociada a oferta no município de Parauapebas em regime intervalar com início para o primeiro semestre de 2007. Esse curso funciona regularmente nos Campi de Marabá e Santarém. E está tramitando um processo de oferta do mesmo pelo campus de Marabá, em um município do Sul do Pará”.

Percebe-se que a procura pelo referido curso vem em decorrência da necessidade de os municípios manterem-se informatizados, em razão do processo de internacionalização da economia e as mudanças em todos os campos das atividades humanas, diante do mundo globalizado e informatizado, o que justifica o grande interesse principalmente por parte das prefeituras municipais.

O Coordenador do Curso de Turismo, professor Paulo Moreira Pinto, em seu depoimento explica o seguinte:

“Através da Universidade Multicampi que prevê em sua política a expansão dos cursos de graduação para os municípios do interior do Estado, a partir de 2003 foram flexibilizadas vagas para uma turma do Curso de Turismo no campus de Soure. E em 2005, novas vagas foram flexibilizadas de Belém para o mesmo campus”.

De acordo com o Coordenador, entre os períodos de 2007 a 2008 serão flexibilizadas vagas para o funcionamento do curso no município de Tucuruí.

O professor explica ainda que:

“O Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo, que está em processo de aprovação, prevê este tipo de flexibilização bem como trabalhar um perfil profissional com ênfase em planejamento do ecoturismo”.

Esse mecanismo de flexibilização de vagas, segundo Freitas (2005, pp.59 a 61), ocorrerá quando houver impossibilidade de expansão do curso, em decorrência do reduzido número de professores para atender à demanda, seja da capital ou do interior. Essa mobilidade de professores permite a redução da jornada a ser cumprida no curso de origem para outro campus ou núcleo. Tudo isso está previsto na Resolução que estabelece os princípios e define critérios da Universidade Multicampi.

Para o coordenador do Curso de Engenharia Elétrica, professor Orlando Fonseca Silva, a oferta do curso, no município de Tucuruí, originou-se a partir de uma manifestação espontânea dos funcionários da Eletronorte, preocupados com a continuidade da formação dos jovens da região.

Por outro lado, a Eletronorte também tinha a preocupação em não sucatear toda a infra-estrutura (casas, alojamentos, laboratórios e equipamentos) que foi instalada para a construção da 2ª etapa da usina e que atualmente já foi concluída.

O coordenador explica ainda que a contrapartida da Eletronorte (infra-estrutura recursos financeiros), por 10 (dez) anos, foi um fator significativo para que a UFPA incluísse em seus planos em curto prazo, o Núcleo de Tucuruí.

Através desse convênio, além do curso de Engenharia Elétrica, também foi ofertado o de Engenharia Civil no ano de 2005, sob a coordenação de um professor designado pelo Centro Tecnológico.

Quanto ao curso de Ciências Agrárias, o professor Gutemberg explica que os cursos de Agronomia e Ciências Agrárias são ofertados pelos Campi de Altamira e Marabá. Esses cursos funcionam através da existência de uma rede de professores ligados e mobilizados a partir do Núcleo de Estudos sobre Agriculturas Familiares – NEAF, do Centro de Ciências Agrárias.

Segundo o professor, todo ano é realizada uma reunião em que se analisa a capacidade do grupo desses professores para atender a essas demandas. Essa avaliação é necessária porque os professores que assumem a execução de cursos nem sempre estão disponíveis, porque têm investido em verticalizar suas formações (mestrado e doutorado), além de cobrirem as demandas do mestrado ou especialização (Lato Sensu), em Belém ou nesses outros Campi.

Quanto à decisão para ofertar os referidos cursos, é tomada nos colegiados dos cursos nos respectivos Campi, com a consulta entre os professores que ministram esses cursos.

A partir desses depoimentos, concluímos que a prática de ofertar cursos de graduação para o interior é diferenciada, seja por meio de recursos do orçamento da instituição (MEC), por contratos firmados com as Prefeituras Municipais viabilizados com recursos do FUNDEF, com a própria prefeitura contratante, Governo do Estado através da Secretaria de Educação ou por outro órgão de acordo com o relato do Pró-Reitor e confirmado pelo coordenador do curso de Engenharia Elétrica.

Sobre a política orçamentária viabilizada pelo MEC, para os cursos de graduação no interior Freitas (2005, p.12) ressalta que:

“... só a partir de 2005 a Instituição conseguiu inserir na política de ampliação do acesso ao ensino superior traçada pelo MEC o Programa de Interiorização, por meio de liberação de verbas e criação de vagas específicas para alguns Campi, onde se instalaram cursos novos a partir de 2004”.

O resultado desse processo de ampliação teve importância significativa, frente aos desafios enfrentados pela instituição, para atender às demandas interioranas que buscam cada vez mais o conhecimento científico. Desafios esses, configurados pela insuficiência de instrumentos administrativos e financeiros, o que muitas vezes inviabiliza atender a parte desses pleitos.

Por outro lado, a nossa observação reforçou a constatação de que, apesar desses desafios, a instituição, consciente da importância de seu papel no desenvolvimento do Estado como um todo, vem desenvolvendo políticas levando em consideração as potencialidades das mesoregiões, na perspectiva da formação de novos profissionais especializados comprometidos com o desenvolvimento do Estado e da região.

2.4 - Duas décadas de interiorização sem a implantação do Curso de Serviço Social

No contexto das políticas de descentralização das ações acadêmicas da instituição, principalmente aquelas voltadas para o ensino das licenciaturas de graduação, ficou perceptível no estudo que, em quase duas décadas de implantação do programa de interiorização, não houve a implementação de políticas para a oferta do curso de Serviço Social para o interior do Estado.

Com base nesse contexto, continuamos o aprofundamento de nossa investigação, objetivando registrar as causas que inviabilizaram a oferta desse curso para o interior, até porque já houve, como é de nosso conhecimento, solicitações de quase todos os Campi do interior para implantação do referido curso, como já foi relatado neste estudo. Então iniciamos essa investigação pelos gestores que desenvolvem atividades políticas e acadêmicas relacionadas ao curso no pólo da capital.

Portanto, a esses gestores lançamos o seguinte questionamento: *“Quais as causas que impossibilitaram a oferta do curso de Serviço Social, em quase duas décadas de Interiorização da UFPA (1986 a 2006)?”*.

A coordenadora do colegiado do curso, professora Joana Valente, citou várias causas que impediram (ou impedem), até o momento, a oferta do referido curso aos interiores do Estado.

Para evidenciar essas causas, transcrevemos as palavras da coordenadora:

- “Falta de professores para atender/atuar nas disciplinas”;
- “A natureza teórica - prática das disciplinas do curso (estágio profissional)”;

- “Dificuldades orçamentárias para diárias e passagens”;
- “Falta de interesse e disponibilidade dos professores para o deslocamento”;

Registre-se que, de acordo com levantamentos realizados com os gestores, inclusive com acesso à listagem do número de professores dos departamentos do curso de Serviço Social e suas respectivas titulações, chegamos aos seguintes dados: o curso congrega o Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais que integra 33 professores e o de Fundamentos do Serviço Social com 16, totalizando 49 docentes com as seguintes titulações: 18 doutores (01 visitante), 24 mestres, 05 especialistas e 02 professores técnicos cedidos (não foi dada a titulação). Desse total de professores, 41 são efetivos, 07 substitutos e 01 visitante. Sendo que dos efetivos, 04 estão cedidos a outros órgãos e 04 liberados para pós-graduação.

Ao ser questionada sobre o assunto, a professora Shyrley Yolanda Barros abordou alguns fatores que em sua concepção influenciam (ou influenciaram) a oferta desse curso ao interior, como podemos citar:

- “Respeito à qualidade do curso - a natureza da formação. Ou seja, profissional, que é teórico-prática em obediência ao Projeto Político Pedagógico da formação profissional”.
- “Processo de avaliação e revisão curricular e a posterior aprovação das novas Diretrizes Curriculares que implicam vivenciar dois currículos”.
- “Diminuição do corpo docente ativo, cerca de 40% encontram-se realizando pós-graduação, além de estar à disposição de outros órgãos. Perda de vagas”.

De acordo com a referida professora já foram organizadas comissões que, por falta de apoio financeiro, não puderam deslocar-se para os municípios a fim de avaliar a viabilidade. Em seguida ela relata que:

“Reunimos com representantes de vários municípios: Abaetetuba, Breves, Cametá, Castanhal e Santarém, junto com a PROEX quando foram estabelecidos critérios e compromissos para implantar”.

E quanto à perspectiva, a professora ainda ressalta:

“Hoje temos uma nova comissão sob a presidência do professor Ari Loureiro que irá estudar. Há uma proposta de remanejar 40 vagas das

120 ofertadas em Belém, com curso presencial, regular obedecendo ao novo Projeto Pedagógico”.

Para a diretora do centro Socioeconômico, professora Maria Elvira Sá, que iniciou sua trajetória na academia vivenciando as ações dos CRUTACS em 1972, a oferta do curso de Serviço Social exige uma série de condições para que seja realizado. Em sua concepção “essas condições sempre foram muito discutidas, em decorrência da qualidade que o curso exige: natureza intrínseca, ou seja, teórica e prática, tendo como parte integrante o estágio, considerado uma disciplina, veiculado de acordo com o avanço da pesquisa e do ensino”.

Portanto, as condições necessárias para a expansão do curso, segundo a professora, são:

- Expandir o número de professores para atender à demanda, pois na capital há sempre o afastamento deles para pós-graduação;
- Abertura de vagas específicas para os Campi;
- Criar um curso com um corpo próprio para o interior;
- Priorizar a pós-graduação e os grupos de pesquisa do curso.

Na opinião da professora, o processo de expansão dos cursos no programa de interiorização deveria (ou deve) ser em um nível em que os cursos não tivessem que ser ofertados isoladamente, pois a qualidade passa pela expansão em conjunto com outras áreas temáticas. De acordo com a professora, há perdas quando o curso vai para o interior sozinho.

Segundo a política de interiorização da instituição, a oferta de um curso de licenciatura de graduação parte das aspirações manifestadas por demandas oriundas dos interiores paraenses, onde a articulação e as parcerias, principalmente com o Governo Estadual e as Prefeituras Municipais, sempre foram (e são), desde o início do programa, de fundamental importância.

Ao fazer referência sobre o assunto, a vice-reitora, no interstício de 2001 a 2005, professora Marlene Freitas afirma o seguinte:

“... a UFPA, sozinha, não tem condições de atender às demandas municipais por conta, principalmente, das limitações orçamentárias. É no regime de parcerias que poderemos estabelecer uma rede de alianças

capaz de garantir o investimento necessário e de forma definitiva no desenvolvimento das regiões”.

Apesar dessa política de parceria ser considerada como uma das características do programa de interiorização, percebeu-se que até o momento essa política ainda não foi utilizada pelos gestores do curso de serviço social, pois, a partir dos dados coletados, verificou-se a citação de alguns aspectos relevantes que, segundo os próprios gestores têm impossibilitado a viabilidade, até o momento, do curso ao interior. Dentre esses aspectos, podemos citar: as dificuldades geradas pela falta de recursos orçamentários e o número insuficiente de professores no quadro do curso na instituição, o que inviabiliza atender às solicitações advindas das demandas dos interiores paraenses.

Tais aspectos nos remetem ao posicionamento de Mello (Freitas: 2005), quando diz que:

“A Universidade Federal do Pará não esperou as condições ideais para se interiorizar. Fez de seus limites, sua força. Do grito dos excluídos, sua motivação. De suas carências, sua pedagogia. Alargou-se, com audácia, por rios e florestas. Foi ao povo, construiu seus caminhos, forjou novos problemas, reinventou-se. No curso da viagem, mirou-se surpresa! – sua imagem refletida no Amazonas, no Tapajós, no Tocantins, no Xingu, no Caeté, no Paracauari. Revelou-se, inesperadamente, a sua verdadeira face. Única e múltipla. Universalmente amazônica. Um reflexo sem retorno”.

Neste sentido, é de suma importância registrar que se a instituição tivesse esperado as condições ideais para concretizar esse feito, não teria se interiorizado. Mas quais seriam essas condições ideais?

Se tomarmos como referencial toda a trajetória de implantação e consolidação das ações acadêmicas da instituição, através do Programa de Interiorização, vamos perceber que as crises vivenciadas pela instituição não foram poucas, a título de citação: a peregrinação por recursos orçamentários e o número reduzido de docentes no quadro da Instituição. Neste sentido, é de suma importância, verificar o que entendemos por *crise*.

Segundo Castanho (2001, p. 15), na origem grega a palavra *crise* prende-se a “abismo”, o que significa uma interrupção, um fosso que se abre diante de um caminho, impedindo o viajante de seguir adiante, a menos que encontre uma solução para transpor o buraco, a exemplo de uma ponte. Chama-se a isso “solução da crise”.

Sob a ótica da Sociologia, Holanda (15ª edição) conceitua “crise” como uma situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade.

Partindo desses conceitos e do caminho percorrido pela instituição para manter o propósito de consolidar e ampliar o seu programa, lançamos o seguinte questionamento: É possível pensar a Universidade Federal do Pará em quase 50 anos de existência sem vivenciar crises?

Em resposta afirmamos, com base na concepção de Castanho (2001, pp. 14-25), quando cita que: “*Nenhuma instituição social, e a universidade é uma delas, pode viver sem crise*”. E para fundamentar essa afirmação o autor explica o seguinte:

“Já foi por demais estudado o caráter conflitivo das formações sociais; como também evidenciada a crise como algo que reside no próprio coração das sociedades; já se repisou à exaustão que todas as instituições envolvidas nas malhas das sociedades vivem, no seu macrocosmo, as mesmas vicissitudes do macrocosmo social. Diríamos que, à semelhança do que ocorre com o entorno social, a crise da universidade pode ter maior ou menor permanência, dependendo do seu caráter estrutural ou conjuntural”.

Portanto, em resposta ao questionamento sobre as condições ideais na instituição, chegamos à convicção de que essas condições não existem totalmente, pois ao longo dos anos, as universidades estiveram sempre confrontadas a seu entorno social, ao “lá fora” à “comunidade externa”, conforme descreve Castanho (2001, p.13). Sendo assim, pode-se então afirmar que a UFPA, ao longo de sua existência, não ficou fora desse contexto, até porque não há épocas sem crises ou crises eternas.

Sendo assim, é necessário que as universidades façam uso de duas das suas principais características, que, de acordo com Castanho (op.cit.), são: *críticidade*, que etimologicamente, é a capacidade de pensar a crise. E a *criatividade* que não é senão a capacidade de inventar soluções para as crises.

Portanto não se pode dizer que a instituição não foi crítica e criativa o bastante nessas duas décadas para consolidar cada vez mais a sua interiorização, até porque as crises foram decorrentes dos momentos socioeconômicos e políticos vivenciados no País e no mundo, causando mudanças e rupturas em todos os níveis de atividades humanas, em que as principais afetadas foram as universidades públicas.

Mas, apesar de a instituição ter feito uso de sua criticidade e criatividade para o enfrentamento desse desafio até a atualidade, e dos resultados obtidos através da descentralização de suas ações acadêmicas, ainda não houve sensibilidade por parte da instituição em implantar o Curso de Serviço Social nos interiores paraenses. Sabendo de antemão, que as crises surgidas em decorrência desses momentos adversos fizeram com que a problemática social se tornasse mais visível, contribuindo para o surgimento de demandas nas regiões paraenses, solicitando o referido curso.

É necessário que a instituição, enquanto organismo de natureza histórica, visualize as demandas apresentadas pelos municípios do Estado do Pará, no contexto do mundo contemporâneo, onde as principais tendências estruturantes são apresentadas para o futuro próximo. Essas tendências, segundo o Plano de Desenvolvimento da UFPA (2003, p.17), caracterizam-se pela:

“Revolução científica e tecnológica intermitente, urbanização acelerada, concentração e centralização do capital, metamorfoses no mundo do trabalho, ampliação e sofisticação dos mecanismos de informação, comunicação e globalização. Compreender criticamente o significado dessas transformações, a extensão e o sentido de toda essa gama de inovações e o contexto macrossocial no qual elas se processam, torna-se tarefa inadiável para aqueles que pretendem projetar, com segurança, cenários futuros, elegendo e planejando, dentro do possível, as estratégias de sua construção. Até porque os extraordinários avanços tecnológicos, além de não terem contribuído para a redução das profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade planetária, em nada garantem o aproveitamento sustentável das bases naturais da reprodução humana”.

A partir deste quadro social, percebe-se que as demandas que se apresentam à instituição não se caracterizam apenas como demandas tradicionais, ou seja, oriundas de setores excluídos ou empobrecidos da sociedade, mas também são originárias de outros segmentos como: Conselhos vinculados às Políticas Sociais, Conselho de Assistência, Conselho de Saúde, além das áreas de recursos humanos, ampliando cada vez mais o mercado de trabalho do assistente social enquanto profissional o que caracteriza desafios frente a sua formação.

Do ponto de vista *macro*, podemos expressar que essa ampliação do trabalho desenvolvido por esses profissionais nesses abrangentes campos, decorre da necessidade da categoria de institucionalizar cada vez mais sua ação, antes centrada nas necessidades individuais, para uma afirmação de direitos coletivos importantes e palpáveis, reclamando o gozo

desses direitos perante o Estado e/ou outras instituições não governamentais. Portanto, essa forma *macro* pode ser representada com base no Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (1999)⁵⁰, como o seguinte:

“O Serviço Social é uma profissão cujo objetivo consiste em provocar mudanças sociais, tanto na sociedade em geral como nas suas formas individuais de desenvolvimento. Sendo assim, os profissionais assistentes sociais dedicam-se ao trabalho em prol do bem-estar e da realização pessoal dos seres humanos, ao desenvolvimento e utilização disciplinada do conhecimento científico relativo ao comportamento das pessoas e sociedades; ao desenvolvimento de recursos destinados a satisfazer necessidades e aspirações individuais, coletivas, nacionais, internacionais e à realização da justiça social”.

Diante dessa representação e da importância que tem o trabalho coletivo desse profissional, na formulação de políticas públicas em defesa das garantias e promoção dos direitos sociais, faz-se necessário traçar um perfil da forma *micro* do trabalho desenvolvido pela profissão, de acordo com o referido manual (1999, p. 21):

“Os assistentes sociais participam no planejamento, orçamentação, execução, avaliação e alteração das políticas e serviços sociais de caráter preventivo destinados a diferentes grupos e comunidades. Intervêm em numerosos setores funcionais, utilizando diversas abordagens metodológicas, trabalhando no âmbito de um quadro organizacional amplo e prestando serviços a diversos setores da população em nível micro, meso e macro. A educação em matéria de Serviço Social destina-se promover o desenvolvimento social e o ensino, formação e conhecimento de qualidade a respeito das práticas de Serviço Social, serviços sociais e políticas de bem-estar social, em todo o mundo”.

Conclui-se que diante desse perfil do profissional, há necessidade de um repensar por parte dos gestores da instituição, no que diz respeito à descentralização dessas ações do curso aos interiores paraenses, na perspectiva de que o homem do interior, enquanto sujeito da história, possa fazer história. Mas, para que esse objetivo seja realizado, lançamos mão das palavras sustentadas por Marx (1977), e apropriadas por Yamamoto (2003, p. 104) quando diz que:

“O primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para ‘poder fazer história’. Mas para viver, é preciso, antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é,

⁵⁰ - Direitos Humanos e Serviço Social – Serviço Social e Direitos Humanos. Cap. I. Organização das Nações Unidas. Série Formação Profissional – Nº 1. Lisboa, 1999.

portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”.

Nesse sentido, é de suma importância registrar que a satisfação dessas necessidades vem por meio do alcance do ser humano à cidadania, seja ele o profissional ou o usuário, que só será alcançada plenamente através do direito da igualdade, da liberdade e da justiça. Então, acreditamos que essa busca já foi o primeiro passo dado pelas demandas interioranas que solicitaram (e solicitam) o curso de Serviço Social à instituição, e que aguardam a oferta desse curso, na perspectiva de fazer valerem seus direitos de acesso ao conhecimento científico.

Esse processo nos fez perceber que a luta pela democracia e pela expansão e consolidação da cidadania, apesar das crises vivenciadas em cada momento histórico, continua sendo uma tarefa primordial para cada ser humano e para sociedade. E para que essa percepção tenha mais clareza, há necessidade de inferir o pensamento de Paulo Freire citado por Cortella (2003, p.58), quando diz o seguinte: *“se você não fizer hoje o que hoje pode ser feito, dificilmente fará amanhã o que hoje não pode fazer, ou deixou de fazer, pois as condições se alteram”*.

Ao fazer a citação, o autor relata que não está se referindo à teoria e à ética da acomodação (op. cit.). E em seguida explica a citação:

“Fazer o que se pode é atuar efetivamente, e com clareza, no espaço da relação humana, que é o da ética entendida como a existência dos direitos, a existência efetiva da regulamentação da vida social, a participação plena das pessoas, sem sonhar com uma sociedade idealizada”.

Concluimos esta análise, registrando o pensamento do autor: *“Afim de contas, sabemos que não dá para suspender a realidade por três anos até que tudo esteja arrumado”*.

Capítulo III – A interiorização da UFPA hoje e a necessidade do curso de Serviço Social

O presente Capítulo tem como objetivo contextualizar o programa de interiorização na atualidade, sob a égide do modelo de Universidade Multicampi, destacando primeiramente um perfil institucional dos últimos cinco anos, no que diz respeito ao ensino de graduação e ao avanço no número de docentes titulados. Em seguida, caracterizar o perfil da problemática social vivenciada nas regiões paraenses (destaque para o interior). Finalmente, a importância e a necessidade do Curso de Serviço Social e o profissional assistente social no interior, na perspectiva de fortalecer e contribuir para o desenvolvimento da região e da promoção do homem da Amazônia.

3.1 – O Programa de Interiorização na atualidade

Hoje, o programa de interiorização aos poucos vai se configurando, de acordo com o cenário vivenciado pela instituição e seus sete (07) eixos estruturantes⁵¹, concebidos como ações transversais, com vistas à educação de qualidade, à pertinência científica e à relevância social. A partir desse trabalho fundamentado e articulado por essas ações, desenvolvido nesses últimos cinco anos (2001/2005) pela academia, já foram visualizados resultados significativos na instituição, decorrentes da dimensão dessas políticas. Portanto, faz-se necessário registrar esses resultados, considerando a inter-relação deles com o líquido das ações acadêmicas no interior.

Com base no Relatório da Gestão do ano de 2005, é necessário demonstrar um perfil de forma macro, dos resultados obtidos através das ações realizadas, no que diz respeito à qualificação docente e ao quantitativo do ensino de graduação, partindo da premissa de que hoje a UFPA está maior, melhor, mais aberta e articulada com a sociedade paraense e regional, com o país e com o mundo.

Sendo assim, é necessário registrar que a instituição em 2001, de pouco mais de 300 doutores, aumentou para cerca de 600 em 2005, ou seja, 85% dos docentes passaram a mestres ou doutores, condição que lhe permitiu evoluir de 21 cursos de mestrado e 07 de doutorado, para 33 e 12 respectivamente, num crescimento de aproximadamente 60%.

Quanto à mobilidade discente do ensino de graduação, a instituição, nos últimos cinco anos, elevou-se a um patamar expressivo com relação ao número de alunos matriculados em seus 266 cursos de graduação (196 no interior), passando de 28.921 alunos em 2001 para 36.891 no primeiro semestre de 2005, sendo que 22.210 na capital e 14.681 no interior (ver anexo). É importante frisar que nesta computação do interior, estão inseridos os alunos matriculados nos cursos intervalares e de contratos financiados pelo FUNDEF, convênios com prefeituras e com a Secretaria de Estado de Educação, estes somam 4.606 alunos matriculados⁵².

Registre-se, que com relação aos concluintes do interior, o total de alunos diplomados pela instituição em abril de 2005 era de 4.715, sendo que no interior, foram 1.976 alunos. Freitas (2005, p.73) registra que, de 2001 a 2004, foram diplomados no interior 5.808 alunos, e em junho de 2005 foram registrados 2.119 alunos diplomados.

⁵¹ - Esses eixos deverão orientar as principais linhas de atuação do Plano de Gestão-2001/2010: Universidade Multicampi; Integração com a Sociedade; Reestruturação do Modelo de Ensino; Pesquisas e Desenvolvimento Amazônico; Valorização dos Recursos Humanos; Ambiente Adequado; e Modernização da Gestão. Plano de Desenvolvimento da UFPA/2003. Págs. 13 a 14.

⁵² - Relatório da gestão 2001/2005, pág. 45 a 49. UFPA, 2005.

Segundo o Relatório da Gestão do período 2001 a 2005, a UFPA no interior no ano de 2001, se fazia presente em 65 municípios, e em 2005 esse número passou a atingir 115, um aumento de 76,9%, representando uma cobertura de 80% dos 143 municípios do Estado do Pará. Sendo assim, a instituição até o primeiro semestre de 2005 totalizou 196 cursos de graduação no interior, sendo 107 para os Campi e 89 para os Núcleos.

Em função da dimensão desses resultados e das importantes conquistas obtidas, o Reitor Alex Fiúza de Mello aborda o seguinte:

“... a UFPA, dentre as Instituições Federais de Ensino Superior, galgou a excelente posição de quinto lugar na matriz orçamentária do MEC, (há quatro anos mantinha a nona posição), conquista que somada à captação de recursos extra-orçamentários (cerca de vinte e cinco milhões de reais), permitiu a grande recuperação (que continua), das condições adequadas de funcionamento de nossas estruturas acadêmicas”.

Ao fazer referência sobre os Campi do interior, o reitor explica que:

“... os cursos de graduação já existentes foram consolidados, outros abertos (sobretudo bacharelados na área tecnológica), prédios construídos e reformados, corpos docente e técnico-administrativo ampliado, numa clara demonstração de que a opção prioritária da agenda de nossa Universidade é a demanda social do Estado do Pará, com a inclusão progressiva de sua população à formação educacional de nível superior – fator indispensável e básico no elo da cadeia de desenvolvimento”.

Essas políticas foram implementadas para os Campi, a partir da efetivação do Plano de Desenvolvimento, em que uma das linhas estruturantes tem sido o trabalho na perspectiva de impulsionar e consolidar o Programa de Interiorização da Instituição. Esse trabalho passou a ser desenvolvido a partir da definição e implantação da Universidade Multicampi, e onde uma de suas estratégias tem como especificidade, segundo o referido Plano (2003, pp.71 a 15), o seguinte: *“Promover a melhoria da infra-estrutura e a modernização da gestão acadêmica e administrativa dos Campi Universitários”*.

Pode-se inferir, com base na visão de Freitas (2005, p.31), que a concepção e a formulação desse novo modelo:

“... devem adotar estratégias para a melhoria e modernização da gestão acadêmico-administrativa e da infra-estrutura dos Campi tendo como objetivo a implantação de cursos de graduação e programas de pós-graduação em conformidade com as necessidades e demandas de desenvolvimento econômico e social, assim como devem priorizar a contratação de pessoal, docente e técnico-administrativo, dotando os Campi de estrutura física e de equipamentos adequados”.

Mas, para que essas políticas se tornem realidade, é necessário que sejam desenvolvidas através de um trabalho integrado e dialógico entre os dirigentes das Unidades Acadêmicas da capital e do interior, na perspectiva de atender às especificidades e demandas regionais. Sendo assim, faz-se necessário transcrever o enunciado do Artigo 2º da Instrução Normativa nº 01, de 20 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a implementação das ações da Universidade Multicampi: *“A gestão acadêmica da Universidade Multicampi pressupõe um sistema solidário e cooperativo entre os Campi, da capital e do interior, na perspectiva de Universidade-rede”*.

Para melhor entendimento sobre o enunciado do artigo citado, lançamos mão da consideração de Freitas (2005, p. 32) que explica:

“Os Campi Universitários do interior deverão estabelecer entre si e entre o da capital um sistema de permanente comunicação e integração para a realização das atividades acadêmicas. A exigüidade de recursos para o pronto e satisfatório atendimento de demandas comuns a todos eles expressados na falta de professores, nos acervos bibliográficos reduzidos e carência de equipamentos, pode resolver-se mediante um regime de solidariedade e cooperação visando à solução das questões surgidas, por meio de cessão temporária de uns e de outros, por exemplo”.

Além desse sistema solidário entre as instâncias internas da instituição, faz-se necessária, também, a articulação dela com todas as instâncias representativas da sociedade pública e civil, até porque esses avanços relacionados à cooperação de variados atores sociais permitirá desenvolver um trabalho articulado na busca de soluções adequadas para os problemas sociais da região.

Sendo assim, a Universidade Federal do Pará, caracterizada como instituição pública, que engloba em sua estrutura organizacional 10 campi universitários: Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém, Soure e Breves, ramificados em todas as microrregiões do Estado do Pará, sob o conceito atual de Multicampi, assume um papel estratégico frente a essas políticas para a região. Sobre essa característica da instituição, fizemos uso do enunciado descrito no Plano de Desenvolvimento (2003, pp. 20 a 21):

“De natureza eminentemente pública, os interesses da UFPA não são empresariais. Seu serviço, antes, está voltado para as necessidades de toda a sociedade regional, sendo inconteste a disposição de seus cientistas em colaborar no atendimento dessas mesmas necessidades. Esses cientistas, servindo-se dos instrumentos que a ciência e a tecnologia lhes proporcionam, devem ir além dos manuais existentes, sendo capazes de pensar, refletir e oferecer contributos adequados à Amazônia”.

Para que a instituição cumpra esse desafio é necessário conhecer a realidade que Freitas (2005) caracteriza: “... *de efeitos sociais perversos resultantes dos modelos de desenvolvimento até então adotados para a Região Amazônica e, particularmente, para o Estado do Pará*”. Para a autora, esses efeitos perversos resultam na miséria social, que pode ser atribuída ao seguinte:

“Genericamente grande parte dessa miséria social é atribuída à baixa ou a nenhuma escolaridade das populações vitimadas e à carência de recursos humanos qualificados com capacidade para trabalhar em favor da elevação dos patamares de desenvolvimento econômico e social, e conferir aos diversos setores independência funcional e sustentabilidade suficientes para excluir o estado do Pará da desvantagem nacional em que habitualmente figura”.

A partir dessa moldura histórica, o estudo passa a construir um perfil da problemática social ainda bastante pertinente no Estado do Pará, particularmente nos interiores paraenses. Trata-se de mais um desafio sob a ótica da instituição, na perspectiva de que ela cumpra a missão maior para a qual foi criada: “*a construção da cidadania através da produção do conhecimento, do fomento das idéias, da inovação tecnológica, de soluções inovadoras e da formação de quadros profissionais de qualidade colocados ao serviço da sociedade*”⁵³.

3.2 – Perfil da Problemática Social no Estado do Pará

Para a composição de um perfil da problemática social que marca o cenário dos interiores paraenses, faz-se necessária a identificação de algumas das principais características do Estado do Pará, na atualidade.

Possuindo uma área de 1.253.165 km², o Estado corresponde a 24,52% da Amazônia Legal⁵⁴ e 14,66 do Brasil, segundo o censo de 2000 possui uma população de 6.192.307 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,94 habitantes por km² e uma taxa de crescimento de 2,94% ao ano.

⁵³ - Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010. Belém, 2003, p. 19.

⁵⁴- A Amazônia Legal abrange uma área de aproximadamente 5.217.423 km², correspondendo a 61% do território brasileiro, dos quais 98,17% constituem-se de terra e 1,83% de água. É constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Região Norte), Mato Grosso (Centro-Oeste) e parcialmente o Maranhão (Nordeste). Ao todo são 09 os Estados Amazônicos (www.sudam.gov.br).

Registre-se, também, que o Estado integra 143 municípios e está dividido em seis (06) mesorregiões a saber:

Tabela 8- Número de municípios por mesorregiões do Estado do Pará.

MESORREGIÕES	Nº DE MUNICÍPIOS
Baixo Amazonas	14
Marajó	16
Metropolitana de Belém	11
Nordeste Paraense	49
Sudoeste Paraense	14
Sudeste Paraense	39
TOTAL	143

Fonte: (www.pa.gov.br).

Obs: Os municípios por mesorregiões estão demonstrados em anexo.

O Estado ocupa posição de destaque no cenário brasileiro e mundial, em decorrência de aspectos considerados privilegiados. Dentre os diversos aspectos, citaremos os que consideramos mais relevantes, com base no Plano de Desenvolvimento da UFPA (2003):

- Recursos hídricos – o Estado detém as maiores reservas de água doce do mundo, destacado como o quinto maior produtor e o terceiro maior exportador de energia do Brasil;
- Recursos florestais – detém uma área florestal nativa de 284.917.524 hectares, dos quais 246.070.849 são potencialmente produtivos, em que se destacam madeiras nobres. Situado na região Amazônica é também possuidor de grande biodiversidade, celeiro privilegiado para as indústrias: química, farmacológica e genética;
- Recursos minerais – possui uma das mais importantes províncias minerais do planeta, com destaque para o ferro, bauxita, cobre, ouro, dentre outros;

Os estudos exploratórios e empíricos realizados, concluíram que: se por um lado o Estado tem se destacado no cenário nacional e internacional, em face dessas (e outras) potencialidades, por outro, esse destaque ainda não foi suficiente para diminuir as contradições sociais existentes nos interiores paraenses, o que faz com que o Estado do Pará esteja sempre

presente na mídia, tanto nacional quanto internacional, ou seja, existem contradições visíveis entre concentração de riquezas naturais e carências sociais.

Essas contradições têm resultados em conflitos cada vez mais frequentes, entre diversos segmentos sociais (agricultores, nativos e imigrantes, favelados, indígenas, fazendeiros, madeireiros, empresas mineradoras, dentre outros), fazendo crescer a população e a prevalecer um quadro limitado na oferta de emprego e serviços públicos, em quantidade e qualidade suficiente para atender e minimizar essas questões sociais.

As conseqüências desses conflitos e a limitação desses quadros para atender a esses contingente, têm resultado em situações ainda mais graves, apesar das ações implementadas pelo governo federal com o objetivo de minimizar essas situações, dentre essas se destacam o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Bolsa Família⁵⁵. Observa-se que essas ações ainda são insuficientes, pois no Estado do Pará, a grande maioria dos municípios encontra-se abaixo do padrão brasileiro médio de desenvolvimento humano, tal como é mencionado no IDH-M de 2002. Dos 143 municípios do Estado, apenas 10 (dez), constam no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002, com maior IDH-M, que são: Belém, Ananindeua, Barcarena, Novo Progresso, Tucuruí, Castanhal, Santarém, Almerim e Redenção.

Segundo informações do documento⁵⁶ da UFPA, desses 10 municípios com maior desenvolvimento, 05 (cinco) são da região metropolitana de Belém, onde a Universidade Federal do Pará se faz presente em 03 (Belém, Castanhal e Santarém), dispondo de Campi com cursos em períodos similares aos da capital e corpo docente próprio. Por outro lado, os 10 (dez) municípios mais pobres do Estado por ordem decrescente são: Nova Esperança do Piriá, Curalinho, Anajás, Santa Luzia do Pará, São João do Araguaia, Chaves, Garrafão do Norte, Bagre, Cachoeira do Piriá e Melgaço. Destes, 05 (cinco) são da região do Marajó, onde a instituição está presente

⁵⁵ - O BPC - constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS, dirigido às pessoas com deficiências, aos idosos a partir de 65 anos, observado para acesso, o critério de renda previsto na Lei . Política Nacional de Assistência Social de 11/2004.

- Bolsa Família - resulta da unificação dos programas de transferências de renda do governo federal – Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Tem como público-alvo as famílias com renda mensal per capita de até 100 reais e exige dos participantes contrapartidas sociais obrigatórias: Acompanhamento da saúde e do estado nutricional de todos os membros da família, além do cumprimento do pré-natal das mulheres grávidas; Matrículas de todas as crianças em idade escolar, em estabelecimento de ensino regular com pelo menos 85% de frequência escolar; Participação da família em ações de educação alimentar, quando oferecidas no município. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Brasília, 2005.

⁵⁶ - UFPA: Uma Universidade Multicampi e os desafios de um desenvolvimento sustentável na Amazônia. Secretaria Especial da Universidade Multicampi. UFPA, 2003.

apenas em 02 (Breves e Soure), sendo que o município de Melgaço é o único e o 33º dos 100 (cem) municípios mais pobres do país.

Disso pode-se inferir que existe uma forte correlação quanto à premissa de que a educação é um fator determinante nas condições econômico-sociais locais, pois na sociedade atual há consenso, que o acesso a esse direito repercute na facilidade de construção de estratégias, para superação do quadro de pobreza e a construção da cidadania.

Nesse contexto, cabe registrar que o Índice de Desenvolvimento Humano expressa o nível de desenvolvimento humano dos países, a partir dos indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de (0) zero (nenhum desenvolvimento humano) a (1) um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índice entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, e aqueles com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Com base nessas características, percebe-se que o Pará não foge à regra do país, no que diz respeito aos índices de desigualdades sociais⁵⁷, pois além dos problemas decorrentes da insuficiência de políticas adequadas para educação e saúde, o Estado tem apresentado deficiências em outros indicadores sociais, tais como: segurança pública, saneamento, habitação e emprego. Some-se a isso, a situação dos conflitos agrários que no Estado é preocupante, pois a cada dia exigem providências urgentes das autoridades.

Como consequência desse quadro de desigualdades e das pesquisas realizadas, constatou-se que, no Estado, ainda é muito alto o índice referente às situações de risco pessoal e social, como: o trabalho infantil, a prostituição infantil, o trabalho escravo, a exploração sexual, dentre outros. Essas situações têm resultado numa problemática social muito presente nos interiores do Estado do Pará, como nos mostra em seguida o estudo.

Segundo dados da Política Nacional de Assistência Social (2004), o trabalho doméstico, entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em 2002, era mais freqüente na região Norte, Centro Oeste e Sudeste, com taxas acima da média nacional, 18,6%, 12,6% e 9,7%,

⁵⁷ - Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA (2002), o Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdades do mundo, pois os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento e o 1% mais ricos, 13,5 do rendimento.

respectivamente. No Pará 19,6%, e entre as Regiões Metropolitanas, a de Belém se destacava com 22,6% de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos.

Após 14 anos de queda, a taxa de ocupação de crianças e jovens de 5 a 15 anos no Brasil aumentou, de 2004 para 2005, foi o que revelou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2006). Essa pesquisa mostrou que, em 2005, aproximadamente 2,9 milhões de pessoas nesta faixa etária trabalhavam no país, aumentando em cerca de 120 mil, com índice crescente de 7,33% para 7,80%.

No Estado do Pará, levando em conta essa faixa etária, a população ocupada em 2005 correspondia a 196.582, com uma taxa de ocupação equivalente a 11,20%, estando na 7ª posição no ranking do trabalho infantil por unidade federativa. Sendo que no Estado houve um pequeno decréscimo, pois em 2004 ocupava a 4ª posição e a taxa de ocupação representava 11,33%, no ranking nacional⁵⁸.

Para a Delegacia Regional do Trabalho, o trabalho infantil, no Pará, reduziu após a adoção de medidas coercitivas e as mudanças provocadas pelas leis de defesa do menor, principalmente o Estatuto da criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90). Além disso, o governo federal tenta incluir as crianças em situação de trabalho infantil em programas sociais como o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, e em nível local, as ações são efetivadas pelos governos estaduais e municipais através do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)⁵⁹.

Mas, apesar dessa mudança de posição e da implementação dessas ações, esse índice ainda é considerado alarmante, pois o trabalho infantil persiste e tem preocupado tanto o Ministério do Trabalho, quanto a DRT, os órgãos públicos e as diversas entidades, ligadas à causa infantil, pois de acordo com o Núcleo de Apoio a programas especiais – NAPE (setor de fiscalização do trabalho infantil) da DRT no Pará, a prioridade no combate ao trabalho infantil é o interior do Estado, principalmente a zona rural.

Registre-se também, que vários municípios paraenses não possuem nem dois organismos dedicados à infância. Fora da Grande Belém, não há delegacias e varas da justiça, faltam programas de combate às drogas e à exploração, e não há abrigos para proteger crianças

⁵⁸ - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Agência Brasil, 03/11/2006. (www.correioweb.com.br/noticias).

⁵⁹ - Programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. (Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social – SETEPS. Belém/Pa).

sem lar. Há também muito desinteresse. Essa afirmação veio em decorrência da realização das oficinas, no encontro regional do Movimento pela Valorização (Mover) do Estatuto da Criança e do Adolescente⁶⁰, realizado no município de Tomé Açu.

Para a coordenadora do Pró-Paz, Ana Célia Cruz, representante do governo do Estado no Mover, “*O maior problema é que os órgãos do sistema de proteção não se articulam*”. Ana Célia ressalta que já encontrou juízes que se recusaram a falar sobre o ECA.

Com relação ao quadro de exploração sexual apresentado no Estado, a mídia tem desempenhado um papel fundamental, no que diz respeito ao avanço da tecnologia informatizada na modernidade (ex. Internet). Este papel tem sido repassado à sociedade através da disseminação da informação, que na concepção de Oliveira (2002, pp. 21-22), caracteriza-se como um serviço social, a partir do momento que a informação passada pelos diversos meios de comunicação, passa a ser útil para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, gerando novos conhecimentos.

Nesse sentido, lançamos mão de algumas informações veiculadas nos principais meios de comunicação, a fim de proporcionar ao leitor maior conhecimento e reflexão, sobre alguns registros a respeito da exploração sexual no Pará.

Segundo informes dos meios de comunicação, a rede de prostituição tem sido investigada nos municípios de Curalinho, Portel e Breves, situados na mesorregião do Marajó. Essas investigações são realizadas no Estado pelos órgãos oficiais, a partir de denúncias feitas pela sociedade, é o que nos revela a seguinte reportagem, sob o título “Prostituição” do Jornal “O Liberal” de 16/07/2006:

“As investigações feitas pela Polícia mostraram que um dos maiores pontos de prostituição infantil no interior do Estado é o porto de Vila do Conde. Para lá são atraídas meninas de menos de 15 anos seduzidas pelos tripulantes de navios estrangeiros, que pagam cerca de 50 dólares por programa”.

No município de Tomé-Açu, o cenário não foge à regra, é o que confirma a reportagem “Professoras denunciam a exploração sexual” (op. cit. 08/2006). Essas denúncias ocorreram, a partir do momento em que as professoras perceberam que alunas adolescentes estavam faltando muito às aulas, em decorrência da presença na cidade de mais de 20 empresas e

⁶⁰ - O Mover surgiu em outubro de 2004 para ensinar o ECA, a pessoas que lidam com a infância e adolescência, principalmente no interior, onde há muitos crimes e os órgãos de proteção quase não aparecem. (Jornal “O Liberal 08/2006”).

quase três mil forasteiros, de empreiteiras da construção do mineroduto do novo empreendimento da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Ao falar sobre o assunto, a coordenadora da escola “Fábio Luz” expressou o seguinte: *“a diretora já retirou meninas de dentro dos alojamentos. Elas estão saindo da sala de aula em troca de R\$ 10,00 (dez reais)”*.

O coordenador do Conselho Tutelar do referido município, em seu posicionamento sobre o assunto disse que: *“o número de adolescentes grávidas está cada vez maior, pois várias meninas confirmaram que fazem programas sexuais com adultos em troca de dinheiro e presente”*.

A Coordenadora do Pró-Paz, ao fazer referência sobre a responsabilidade dos prefeitos municipais nessas questões, relatou o seguinte:

“No Pará, a maioria das cidades pequenas e médias não reserva rubricas orçamentárias para gastar com políticas públicas na área da infância. Os prefeitos não discutem orçamento, não planejam. Assim, as ações para as crianças nunca recebem dinheiro porque não são priorizadas”.

A repercussão desse tipo de violência, viabilizada pela denúncia faz com que a sociedade, através das entidades ligadas às causas da criança e do adolescente, se articule na tentativa de combater essa prática. Foi o que aconteceu em Tomé-Açu, pois, segundo a secretária municipal de Assistência Social, *“o assédio dos forasteiros sobre as jovens diminuiu, depois que a cidade fez uma passeata contra o referido crime, mas o problema não terminou”*.

Em Altamira, município situado na mesorregião do Xingu, *“Grupos sociais pedem justiça sobre a questão de abuso sexual com adolescentes no município de Altamira”*. Esses informes, veiculados nos meios de comunicação, referem-se principalmente à questão das crianças emasculadas, fato este que repercutiu na mídia nacional e internacional.

O Estado do Pará, através da Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social – SETEPS e parcerias realizadas com as prefeituras municipais, vem desenvolvendo o Programa de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que é o conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com violência sexual, nos municípios do estado.

De acordo com a pesquisa realizada na referida secretaria, dos 143 municípios do estado, apenas 36 (trinta e seis) fazem parte desse programa que são os seguintes: Ananindeua, Altamira, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Bujaru, Bragança, Breves, Conceição do

Araguaia, Cachoeira do Piriá, Cametá, Castanhal, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Itaituba, Irituia, Jacundá, Jacareacanga, Mãe do Rio, Marabá, Marituba, Muaná, Oriximiná, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, São Félix do Xingu, Santa Isabel, São Miguel do Guamá, São Geraldo do Araguaia, Tailândia, Tucumã, Ulianópolis e Xinguara.

Nesses municípios, foram realizados 3.416 (três mil quatrocentos e dezesseis) atendimentos no Programa de Enfrentamento no ano de 2005. Esses atendimentos estão detalhados na tabela abaixo:

Tabela 9 - Atendimentos realizados pelo Programa de Enfrentamento em 2005 – SETEPS/PA.

TIPOS DE VIOLÊNCIA	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Violência Física	156	170
Violência Psicológica	83	95
Abuso Sexual	259	1.462
Exploração Sexual	31	270
Negligência	350	540
TOTAL	879	2.537

FONTE: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social- SETEPS. Belém.PA.

Além desses tipos de violências outro drama social caracteriza o estado, ou seja: “No Pará, 16,4% das vítimas de homicídio têm menos de 19 anos”, é o que afirmou a pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), e divulgada neste segundo semestre de 2006. Segundo o levantamento inédito realizado pelo referido Núcleo, entre 1980 e 2002, 16% das pessoas assassinadas no país tinham entre 15 e 19 anos e 5% delas tinham menos de nove.

Nesse levantamento, de acordo com a pesquisa, os dados discriminados pelos Estados e suas capitais apontaram que o Pará é um dos estados com mais alto índice de assassinato de jovens. A pesquisadora responsável pelo estudo mostra ainda, que a maioria das crianças e adolescentes assassinados não está envolvida no mundo da delinquência juvenil. E explica:

“Muitos são pobres e vivem em bairros onde está a população de baixa renda e em condições precárias de infraestrutura urbana, pois o contexto em que esses jovens vivem limita as possibilidades de uma existência sem conflitos e sem violência”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), através das estatísticas de Registros Cíveis, confirmou a gravidade desse problema e apontou os estados brasileiros que não conseguiram diminuir os índices de mortes violentas. Dentre estes o Pará, pois entre 2004 e 2005, cerca de 60% das mortes de jovens com idades entre 15 e 24 anos, envolveram extrema violência, em geral relacionada ao uso de arma de fogo.

Ficou constatado também na pesquisa da USP que os assassinatos de crianças e adolescentes se relacionam diretamente com a baixa escolaridade dos pais e as carências nos serviços de saúde e educação básica. Disso pode-se inferir que o índice de mortes violentas é maior onde o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) é menor. Essa relação constata a posição do estado, pois em 2004, o IDI do Pará (0,552) era o sétimo pior do país, abaixo da média nacional (0,667), e alguns municípios têm IDI abaixo de 0,300, como é o caso de Melgaço, Afuá, Anajás e Porto de Moz, bem menor que Alagoas, o pior do país.

Conclui-se então que, apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Declaração dos Direitos das crianças e dos Adolescentes, do ECA e de toda a literatura de proteção à criança e ao adolescente, no estado, estes jovens estão perdendo o direito fundamental de todo ser humano: a vida.

Dando seqüência a esse perfil da problemática social vivenciada no estado, abrimos espaço para outro aspecto característico e ainda muito presente, ou seja: o trabalho escravo. Essa prática bastante “comum” está sempre visível na sociedade e nos meios de comunicação, para isso basta que se tenha acesso a alguns desses meios.

Segundo dados da Delegacia regional do Trabalho do Pará (DRT-PA), no ano de 2006, o Pará, através da DRT em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a SETEPS, realizou nove operações de fiscalização, libertando 877 trabalhadores que viviam em regime de escravidão, dentre esses, 28 eram crianças e jovens até 14 anos. Com este saldo, o estado lidera o ranking do trabalho escravo no país, apesar das ações implementadas pelos referidos órgãos, para o combate a essa prática.

De acordo com esses órgãos, no ano de 2005 foram realizadas oito operações de fiscalizações, com saldo de 1.250 ocorrências. Essas operações decorreram de denúncias de trabalho degradante realizado nas madeiras, fazendas de pecuárias e extração florestal, em várias localidades do Estado do Pará.

Registre-se que, historicamente, esse trabalho em forma de escravidão concentrava-se principalmente nos municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, mas a partir do ano 2005, esse cenário passou a ser encontrado em outros municípios, dentre eles, Paragominas, Ulianópolis, Rondon do Pará, Uruará e Tomé-Açu.

Estudos revelaram que essa trajetória do trabalho escravo no estado é marcada pela migração de trabalhadores que vieram dos estados do Maranhão, Piauí e Mato Grosso. Sobre esse assunto, o delegado regional do trabalho no Pará explica o seguinte:

“São pessoas que chegam ao Pará atraídos pelo sonho de emprego em madeiras, áreas de garimpo e grandes projetos de mineração, mas não conseguem emprego e acabam vítimas dos aliciadores de trabalhadores que entram em regimes análogos à escravidão. Nossas campanhas têm-se voltado para a conscientização dos trabalhadores e da sociedade no combate à ação desses aliciadores”.

Essa migração tem sido motivos de preocupação para a sociedade, inclusive para alguns gestores empresariais no Pará. Para que se tenha noção da dimensão dessa preocupação, com relação à migração e a viabilidade de políticas públicas pelo Estado, basta analisar as informações contidas na reportagem “*Pará é terra para milhão de migrantes*” (Jornal O Liberal. 17/12/2006).

A reportagem aborda a preocupação do presidente da Companhia Vale do Rio Doce, relacionada à perspectiva de investimento da empresa no valor de R\$ 15 bilhões no Pará, até o ano de 2015. O gestor analisa a possibilidade de esse investimento atrair um milhão de migrantes para o estado, gerando com isso novas demandas de infra-estrutura e serviços ao cidadão que não vêm sendo supridos pelo poder público. “*Isso poderá inviabilizar grandes projetos e, em consequência, travar o crescimento econômico do País*”, alerta o gestor.

Baseando-se em sua análise, o referido gestor explica ainda que:

“A preocupação com a migração para o entorno das cidades que comportarão os novos projetos da Vale está ligada às demandas sociais criadas a partir da movimentação da economia local. A busca por empregos e novas oportunidades pode inchar o contingente populacional, atrair novos problemas e agravar os antigos, sobretudo na área habitacional, de saúde, saneamento e segurança”.

E finaliza concluindo que: “*O poder público esqueceu que segurança, saúde e saneamento são direitos fundamentais e que o Estado deve oferecer esses serviços à população*”.

Esse inchaço populacional decorrente da migração também gera outro fator de referência nas regiões paraenses, ou seja: a violência no campo. Essa violência, muitas vezes, é consequência dos conflitos agrários muito comuns no estado.

Pesquisas revelaram que, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Pará é o Estado que tem maior número de denúncias sobre conflitos fundiários. Apesar da pressão dos Movimentos Sociais, os números que retratam a grilagem de terra e as mortes no campo caracterizadas pela pistolagem ainda são muito grandes, basta verificar nos diversos estudos publicados sobre direitos humanos e questão agrária, tanto por estudiosos da instituição quanto outros.

Além desse fator, outros têm contribuído para o aumento da violência de diversos tipos no estado, como podemos verificar no Relatório (em anexo), do Sistema de Segurança Pública – Divisão de Polícia do Interior. Nesse relatório estão contidos os números de procedimentos instaurados nas 10 (dez) superintendências, localizadas nos interiores do estado no primeiro semestre de 2006, como: Crimes contra pessoa, Patrimônio, Costumes, Lei nº 10.826/04 – armas, Entorpecentes e outros crimes.

Nesse contexto, torna-se necessário incluir apenas como citação, outras variedades de problemas sociais presentes no estado, segundo a diversidade de estudos realizados voltados às questões políticas referentes a um conjunto de problemas sociais, que não foge à regra do país e da visão de Gentili (2003, p.132), como: planejamento familiar, saúde, benefícios, legislação, assistência e previdência social, educação, discriminação social, aborto, dentre outros. Adicione a estes, os problemas muito frequentes no estado como: a questão do idoso, ambiental, gravidez na adolescência, etnia, dentre outros.

Registre-se que a análise do referencial de toda essa problemática social identificada neste estudo mostra a dimensão das demandas que se apresentam ao assistente social e que necessitam da intervenção desse profissional. Neste sentido, é necessário que a UFPA, através dos profissionais da área, visualize e reflita com mais atenção a questão dessas demandas que a realidade dos interiores paraenses apresenta na atualidade, pois são demandas que vêm crescendo a cada ano.

Conclui-se esta reflexão com o posicionamento de Yamamoto (1993, p.8):

“... um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo”.

3.3 – Necessidade do profissional assistente social nos municípios paraenses.

O perfil de toda essa problemática social, vivenciada pelo Estado do Pará, denota a necessidade da formação de novos quadros técnico-científicos de recursos humanos, que possam conduzir a médio e longo prazo as populações interioranas do estado, visando à formação de lideranças políticas, na perspectiva da construção da cidadania através da justiça social. Dentre os profissionais desse novo quadro, cabe a inserção do assistente social.

A necessidade do assistente social decorre de diversos fatores que foram levantados no decorrer deste estudo. Dentre esses fatores, podemos citar: número insuficiente do referido profissional no quadro frente à problemática social, segundo o perfil dos municípios paraenses, anteriormente apresentados.

De acordo com os dados levantados no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, nos interiores do estado estão lotados 273 (duzentos e setenta e três) assistentes sociais, divididos nas seguintes Comissões de Articulação Intermunicipal: Abaetetuba, com 38 assistentes sociais para atender a quatro municípios do entorno; Castanhal, com 71 (profissionais) que atendem a 28 municípios; Marabá, com 90 para atendimento a 37 municípios. Além dessas comissões, existe a Seccional de Santarém, com um número de 74 profissionais, atendendo a 21 municípios.

Esses números mostram o quadro insuficiente desses profissionais para atender aos 143 municípios do Estado do Pará, o que requer por parte das Instituições Públicas Federais a viabilidade de políticas comprometidas para aumentar esse contingente. Neste caso, enquanto objeto de discussão no presente estudo, destaca-se a importância que a UFPA deve ter na implementação dessas políticas, até porque na atualidade é a única Instituição Federal de Ensino Superior que tem em sua grade o referido curso.

Outros fatores também podem ser identificados, como podemos observar na declaração da assistente social Waldete Oliveira, que desenvolve atividades profissionais no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, na capital. Em seu relato ela declara o seguinte:

“Alguns municípios não oferecem condições de remuneração financeira compatível com o cargo e estruturas físicas dignas. E em decorrência da falta dessas condições o profissional não pode se qualificar, o que contribui muitas vezes para o deslocamento de profissionais para outras prefeituras municipais, na perspectiva de se qualificarem”.

Além disso, constatou-se, através da observação e relatos de profissionais concursados e lotados em municípios paraenses, que grande parte dos programas de política social está na esfera da competência profissional da primeira dama. Neste sentido, cabe bem o posicionamento de Gentili (2003, p.133), quando diz que: *“A característica da cultura política brasileira marcou a qualidade do atendimento social do estado brasileiro, que ao utilizar as políticas sociais, realiza fins políticos, que não os propriamente sociais”*.

Sobre a questão desses direitos, a autora explica que: *“No Brasil, a modernização conservadora desenvolveu uma tradição cultural e política, autoritária, corporativa e antipartidária, que rejeita normas que garantem direitos, em defesa da manutenção de privilégios e favoritismo, valorizando o favor não o direito”*.

A reversão desses fatos requer, por parte dos profissionais assistentes sociais, muita responsabilidade e persistência com relação a uma questão fundamental, que na concepção de Gentili (op. cit) significa que:

“... a cidadania pensada em suas dimensões civil, política e social. Ao garantir aos usuários dos serviços institucionais acesso real aos benefícios e programas, está a profissão, em seu âmbito, realizando sua importante tarefa política face à justiça social: empenhar-se na luta de transformar possibilidades em efetividades. Ao proteger os direitos daqueles que nasceram em desvantagens sociais, coloca em relevo a questão da equidade e da dignidade dos “clientes” do Serviço Social, transformados em cidadãos e cidadãs”

As desvantagens sociais mostram a realidade vivenciada por grande parte da população do País, e em particular a dos interiores do Pará. Essa realidade, por estar muito presente na sociedade paraense, torna-se um desafio para a instituição, pois deixa clara a necessidade de inclusão do Curso de Serviço Social no quadro de cursos demandados aos municípios, na perspectiva da formação de profissionais assistentes sociais nesses locais.

O trabalho desses novos profissionais no interior deverá repercutir em ações articuladas com outros profissionais, na perspectiva de desenvolver, com seu conhecimento e preparo técnico, estratégias de formação e mobilização capazes de contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população e de seu próprio habitat.

Dentre esses profissionais, encontram-se os da educação, pois a partir da redação do Art. 2º da LDBN-9394/96, em que diz: *“A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”* relacionando com o *“preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o*

trabalho”, reforça a mediação existente entre esses sujeitos sociais: Serviço Social e Educação enquanto direitos sociais.

A Presidente do CRESS do Rio de Janeiro, ao fazer referência⁶¹ sobre a municipalização das políticas sociais, dentre estas a educação, diz: *“aos poucos as prefeituras passam a assumir a gestão deste direito social, tornando-se necessária a contratação de mão-de-obra especializada para atuar no planejamento e na execução desta política”*.

Com relação a este enunciado, ela explica o seguinte:

“Pensar a educação, hoje, implica em ultrapassar a compreensão exclusiva de que esta se refere ao aspecto ensino-aprendizagem e à relação professo-aluno. Alude perceber que estes dois itens são perpassados por infinitas questões que interferem de forma contundentes na implementação desta política. Desta forma, temas como, dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento escolar, evasão escolar, agressividade e violência, drogas e gravidez na adolescência, família e condições socioeconômicas dos discentes e educadores não podem ser descartadas na análise desta política, em seu planejamento e sua execução”.

Além disso, a necessidade da inclusão desse curso no interior ressalta a importância dele no momento que vêm à tona as discussões sobre o processo de reestruturação orgânica da política pública de assistência social, na direção da construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social–SUAS, requisito essencial da LOAS⁶², para dar efetividade à assistência social como política pública.

Para a efetividade e consolidação do processo de reestruturação dessa política, é necessário o enfrentamento de importantes desafios, pois a centralização da gestão da Política de Assistência Social ainda é uma marca a ser superada, o que quer dizer que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de tecnologias.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a gestão proposta por esta política configura-se no seguinte:

“... o processo de reestruturação orgânica da política pública de assistência social na direção do SUAS, ampliando e resignificando o atual sistema descentralizado, é retrato do compromisso conjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e demais gestores da política de assistência social, à frente das secretarias estaduais e municipais, da potencialidade de todos os esforços políticos e administrativos necessários ao enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais, e dos compromissos políticos assumidos pelo Governo Federal”.

⁶¹ - I Encontro Estadual de Serviço Social e Educação, realizado nos dias 08 e 09 de julho de 2004 na UERJ. RJ.

⁶² - Lei Orgânica da Assistência Social – Loas nº 8.742, de 1993.

Registre-se que a gestão proposta por esta política pauta-se no pacto federativo, descentralizado e participativo proposto pela LOAS, em seu capítulo III, artigo 6º, pois: *“implica na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil.*

Portanto, a Constituição federal de 1988 e a LOAS estabelecem a nova forma de assistência social como política pública, direito do cidadão, dever do estado, gestada de forma descentralizada, participativa e com controle social estabelecida. Essa política, na concepção de Couto (1999), *“exige alterações no processo de trabalho dos trabalhadores de modo que a prática profissional esteja em consonância com os avanços da legislação que regula a assistência social assim como as demais políticas sociais”.*

Dentre essas alterações, está a implantação de políticas públicas para o enfrentamento das questões relacionadas ao idoso, pois indicadores oficiais apontam que, em 2025, o Brasil terá aproximadamente 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que exigirá do País políticas realmente comprometidas com essa futura demanda.

Segundo Machado (2002), *esse crescimento rebaterá no desenvolvimento urbano das cidades. Acentuará a exclusão social. Exigirá novas demandas de serviços e políticas públicas para o enfrentamento que se colocarão em nível nacional, regional e local.*

Por fim, é importante ressaltar que a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, no campo das políticas públicas, perpassa pela criação e ampliação de uma política de recursos humanos qualificados. Neste caso, é necessário inserir nesta política a formação de assistentes sociais nos municípios paraenses.

Resta então a finalização do capítulo, com a expressão do quinto princípio ético-profissional do Serviço Social, inserido no Código de Ética de 1993. Este princípio, na concepção de Paiva & Sales (2003, p.186), expressa *“o posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.*

CONSIDERAÇÕES

O estudo aqui desenvolvido permitiu, primeiramente, evidenciar que não se trata de uma apresentação conclusiva. Mas sim, da abertura de um precedente a outros estudiosos que objetivem ampliar seus conhecimentos, com relação à política de descentralização das ações acadêmicas da Universidade Federal do Pará na Amazônia, destaque para a efetivação, expansão e consolidação dessas ações, principalmente do ensino de graduação e a não implantação do Curso de Serviço Social na região paraense.

Consideramos que o resultado deste estudo também permitiu esboçar, em primeira mão, a política de interiorização do Ensino Superior da instituição, na perspectiva de fomentar a implantação do Curso de Serviço Social com vistas à formação de novas lideranças que possam construir, a médio e longo prazo, projetos coletivos comprometidos com o desenvolvimento regional local. Este esboço foi, portanto, a discussão realizada neste estudo.

A investigação realizada para a implementação deste estudo conseguiu dar-nos algumas respostas sobre essas políticas de interiorização, permitindo primeiramente contextualizar historicamente as ações da UFPA no interior, caracterizadas pelas atuações pioneiras na década de 1970, denominadas de extensionistas, seguidas pela determinação institucional em implantar o Programa de Interiorização em 1986, até a atualidade, com a implantação do novo modelo denominado Multicampi. Sendo que nessa investigação, foram identificados no decorrer dessa trajetória os avanços e os limites.

Na contextualização ficou claro que, nessa trajetória, a universidade desenvolveu diversas ações acadêmicas, apesar dos impactos vivenciados, decorrentes dos processos sociais do final do século passado e início deste, segundo cada momento histórico. Mas apesar de todas as adversidades pelas quais passou (e passa) a instituição, não se pode esquecer que o reconhecimento acadêmico e social dos projetos e programas nessa trajetória, sob a responsabilidade da academia, tem se expandido nos âmbitos local, regional e nacional, principalmente a partir da efetivação do Programa de Interiorização em 1986.

Freitas (2005, p.13) faz uma abordagem sobre esses momentos vivenciados pela instituição, dizendo que:

“Mesmo diante dos dilemas e crises, nem sempre passageiros, a instituição tem se mantido firme no propósito de consolidar e ampliar o seu Programa de Interiorização, agora sob a égide de um novo modelo, dinâmico e flexível, fundado no princípio de cooperação institucional,

pública e privada, governamental ou não, em que seja possível, reciprocamente, assumir responsabilidades e dividir tarefas entre os agentes dispostos a contribuir, de forma solidária e efetiva, para o desenvolvimento técnico e científico desta região e para promoção da dignidade do homem da Amazônia. A universidade Multicampi”.

Essa trajetória chega aos dias atuais, marcada por avanços e limites, de acordo com cada momento histórico vivenciado pela instituição. Nesses avanços não se pode ignorar a cooperação e a parceria, realizadas através das políticas assumidas principalmente com os gestores municipais e governo estadual, pois elas foram de fundamental importância para o enfrentamento desse desafio.

Vale ressaltar que, inicialmente, a UFPA, através do Programa de Interiorização, teve como preocupação básica, a qualificação de professores municipais com vistas ao ensino fundamental e médio, em decorrência da grande maioria dos professores do quadro da rede oficial de ensino do Estado ser formada por leigos.

Disso pode-se inferir que os avanços decorrentes dessa preocupação obtiveram como resultado não só a mudança nesse quadro, mas também melhorou a qualidade na gestão da rede de ensino oficial, inclusive na qualificação em nível de graduação dos gestores para atuar nas Unidades Regionais de Ensino – URE e secretarias municipais.

Esse foi, portanto, um dos avanços de fundamental importância na formação de profissionais, que atualmente se encontram em um nível de titulação mais alto. Dentre esses profissionais, alguns já fazem parte do quadro de docentes da UFPA, seus depoimentos retratam a importância da interiorização em suas vidas, como é o caso da professora do curso de História, Dr^a Franciane Lacerda (1^a turma), graduada no Campus de Castanhal que relata o seguinte:

“O projeto de interiorização da UFPA foi importante para minha formação na medida em que foi por meio desse projeto que cursei a graduação em História entre 1987 e 1992. Do mesmo modo posso lembrar da importância deste curso para muitos colegas de municípios como: Marituba, Santa Izabel do Pará, Santo Antonio do Tauá, Colares, Vigia, Castanhal, São Francisco do Pará, Santa Maria, Marapanim, Curuçá, Magalhães Barata, Paragominas e até mesmo Belém. A formação recebida na graduação ia também de algum modo se refletindo nas salas de muitas escolas do antigo 1º e 2º graus. Ao lado disso, por parte de alguns professores, houve preocupação e incentivo voltados para a pesquisa. Nesse sentido, para muitos alunos, e esse foi o meu caso”.

Sobre este assunto o professor Ipojucan Campos, aluno do campus de Bragança no período de 1997 a 2002, relata:

“A primeira melhoria que o curso de História /UFPA/ Interiorização promoveu em minha carreira acadêmica foi contemplar minhas necessidades profissionais, pois preferi realizar o curso no interior por esta razão. A partir dos debates acadêmicos em classe, voltava para Belém, a cada etapa, mais preparado para ministrar aula. Foi um lugar de muita experiência e de avanços nos debates de classe, pois produzia meus textos para aplicar no Ensino Médio na Escola de Aplicação da Universidade (NPI), onde atuava como bolsista, desde 1999. Com relação aos livros didáticos fui muito bem orientado pelos professores do curso de História”.

O professor conclui com o seguinte relato:

“Os avanços que a interiorização proporcionou em minha vida são numerosos. Da graduação parti para o mestrado e logo depois ao doutorado, sendo neste entremeio professor colaborador do Departamento de História, onde tive a oportunidade de ministrar disciplinas no campus universitário de Bragança em 2004. Esta uma das maiores felicidades acadêmicas, visto que voltava ao local (campus), onde me formei”.

Ao opinar sobre a importância da interiorização da UFPA, para a região, o mestre Antonio Messias Nogueira do curso de Letras, habilitação em espanhol, diz que: *“Deu oportunidade a que as pessoas do interior ingressassem no nível superior, melhorou a qualidade de vida dessas pessoas; abriu portas para a consecução de mais trabalho; capacitou melhor o profissional do interior...”*.

Nesse contexto, vale ressaltar a opinião de Freitas (2005, p.24), que ao fazer referência sobre essa questão, aborda o seguinte:

“De tudo, restam evidentes os inestimáveis resultados da Interiorização das ações universitárias, quer pela sua contribuição na elevação dos patamares de otimização da qualificação docente das redes de ensino do interior do Estado, com reflexos concretos na melhoria do ensino e da gestão escolar, quer pela inserção no mercado de trabalho, público e privado, de profissionais com outras qualificações técnicas de nível superior, quer ainda, pelos resultados já contabilizados de investigações e pesquisas de natureza científica, notadamente a respeito de objetos e situações de interesse regional”.

Nessa análise, não se pode ignorar que nas políticas implementadas pela instituição, através da interiorização nos últimos anos, destacam-se a formação de recursos

humanos qualificados e a consolidação de seus 10 (dez) pólos⁶³ implantados em todo o Estado, atualmente sob a égide da universidade Multicampi. Essa condição evidencia os contornos de uma experiência que tem sido construída de forma intencional, a partir dos desafios frente ao desenvolvimento regional, decorrente da diversidade de situações e condições nos variados universos sub-regionais.

Como resultado desse desafio, não podemos esquecer a implantação das bases de conhecimento no interior, evidenciadas pelas linhas de pesquisa e programas de formação e pós-graduação, de acordo com as situações e condições, registradas em cada micro universo do Estado. Juntem-se a isso os projetos que interagem com a comunidade e organizações sociais de cada localidade.

Com relação a esses resultados, Freitas (op.cit) ainda completa:

“Destaca-se, como um dos inegáveis resultados alcançados pela interiorização, a difusão do conhecimento acerca dos direitos fundamentais da pessoa, da cidadania, do direito de organização e participação nas deliberações sobre os interesses sociais e coletivos. Vê-se seguramente, um novo sentimento, uma nova mentalidade e novas perspectivas para o cidadão da Amazônia, investido de renovado espírito de humanização e de cidadania”.

Entretanto, apesar da ampliação e diversificação das ações acadêmicas da UFPA, quer pelo aumento significativo de vagas discentes na capital e no interior nessas duas décadas, quer pelos impactos sociais decorrentes de seus relevantes avanços nas municipalidades do estado, a instituição tem conseguido se manter firme neste desafio de expandir o conhecimento científico e tecnológico, a uma região paradoxalmente rica em recursos naturais (biodiversidade) e pobre em geração de emprego e renda, pois na concepção de vários estudiosos, os maiores desafios da Amazônia (Pará) ainda são a superação do déficit educacional e o desenvolvimento científico e tecnológico.

A partir da investigação realizada sobre os resultados das ações acadêmicas desenvolvidas pela UFPA no programa de interiorização, passamos a analisar as políticas implementadas pela instituição, para ofertar um determinado curso ao interior do Estado do Pará.

Após analisar as respostas dos gestores, chegamos à seguinte constatação que: do ponto de vista acadêmico, de um modo geral, as políticas adotadas pela instituição atendem a

⁶³ - Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure.

uma necessidade oriunda das demandas interioranas, sejam elas da esfera pública ou da sociedade civil, solicitadas aos Campi Universitários do interior ou da capital, através de documentos. A partir daí cabe aos gestores da instituição, segundo a especificidade de cada curso, analisar a possibilidade de atender ao pleito.

Na análise ficou evidenciada que a tomada de decisão para implantar um curso de graduação no interior parte de um consenso entre as partes envolvidas, através de políticas de articulação institucional entre as Unidades Acadêmicas tanto da capital quanto do interior ou seja dos gestores municipal e estadual envolvidos no pleito.

Evidenciou-se também, através dos dados coletados na investigação, que até o momento ainda não foram viabilizadas, pelos gestores da instituição, políticas suficientes para a implantação do Curso de Serviço Social, nessas duas décadas de efetivação do Programa de Interiorização da instituição, apesar do cenário da problemática social vivenciada pelo Estado, como foi demonstrado anteriormente e da solicitação de demandas justificadas, interessadas em qualificar-se profissionalmente em nível superior, para atuação no mercado mais exigente e competitivo.

Constatou-se que falta determinação político-institucional por parte dos gestores da instituição, principalmente os do curso de Serviço Social, para implantar este curso no interior. Este fato não condiz com a prática desenvolvida pela instituição nessas duas décadas, pois a UFPA detém a marca de um pioneirismo relacionado ao processo de interiorização de suas ações acadêmicas, destaque para os ensinamentos públicos gratuitos e de qualidade, constituindo-se em referência nacional na interiorização de suas ações acadêmicas na região Amazônica.

Nesse destaque, podemos enunciar a avaliação realizada pelo Exame Nacional de Desenvolvimento Estudantil – ENADE, em 2005, pois segundo esta avaliação, as universidades brasileiras, dentre elas a UFPA, concentraram 56,3% das notas mais altas e as estaduais 40,6%. Dentre os cursos da instituição que ficaram acima da média, os maiores conceitos foram dados aos de Letras e Pedagogia do Campus de Bragança, Letras de Cametá, Pedagogia de Castanhal e Pedagogia de Marabá.

Registre-se que a falta de determinação por parte da instituição é, portanto, um posicionamento que deve ser revisto porque, além dos problemas contemporâneos já expressos no estudo, distancia a formação do profissional assistente social nos interiores paraenses,

principalmente no momento atual, caracterizado também pela ampliação e discussão dos desafios da questão social, estabelecida na Política Nacional de Assistência Social de 2004 e na LOAS.

Nesse sentido, comunga-se do mesmo posicionamento de Gomes (2003. p. 85), quando diz o seguinte:

“As dificuldades inerentes às mudanças não devem justificar a omissão e o conformismo. Em cada realidade as insatisfações dificuldades e contradições podem e devem ser o ponto de partida para as mudanças. É preciso ter a sensibilidade e a clareza política para identificar em momentos específicos a possibilidade de concretizar a mudança”.

Registre-se que as dificuldades têm caminhado lado a lado na trajetória do programa de interiorização. Esse registro pode ser verificado no depoimento de alguns egressos, atualmente mestres e doutores que desenvolvem atividades profissionais na instituição.

Sobre a questão, o mestre (doutor em curso) Ipojuacan Campos, graduado no campus de Bragança e lotado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, relata:

“Nem tudo são glórias, flores nos Campi Universitários da UFPA. Dificuldades são várias. Por exemplo, faz-se necessário a interiorização estabelecer bolsas de pesquisa, onde a graduação realiza-se. É difícil formar com excelência sem este instrumento. A pesquisa é fundamental àqueles que desejam ir mais além – mestrado e doutorado. As bibliotecas também são campos de dificuldades, pois referências básicas não são encontradas”.

Com relação à referida questão, a professora Franciane Lacerda aborda o seguinte:

“Sem dúvidas, os problemas para que os cursos da interiorização funcionassem em Castanhal eram muitos, a exemplo da falta de infraestrutura, uma vez que a cada etapa os cursos eram ministrados em uma escola da rede pública da cidade. Nesse período ainda não existia o prédio do campus. Se de um lado a infra-estrutura deixava muito a desejar, de outro a responsabilidade, interesse, boa vontade e por que não dizer utopia de muitos professores, sem dúvida era fundamental para a formação de muitos alunos que como eu, já atuavam em escolas dos seus municípios”.

Ao dar seu depoimento a respeito dessa questão, o professor Messias diz que as dificuldades detectadas eram as seguintes: *“infra-estrutura inoperante e insuficiente, currículos de alguns cursos desatualizados e professores às vezes sem qualificação adequada”*.

Entretanto, apesar de os avanços detectados através dos resultados das políticas de interiorização da UFPA, não serem ideais, são reais, pois nessa trajetória têm caminhado em direção à mudança qualitativa, como deixamos claro neste estudo. Mas, é necessário ter plena

convicção de que as limitações são grandes na caminhada da universidade Multicampi, pois as dificuldades históricas com relação à ausência de recursos orçamentários, para maior investimento em melhorias na Educação Superior na Região Norte, amenizaram-se, mas ainda permanecem.

Sabe-se que desafios existem e sempre existirão. Mas também não podemos esquecer que a UFPA, na atualidade, inicia um outro momento histórico, com a aprovação do novo estatuto pelo Ministério da Educação (julho/2006), inaugurando um tempo de mudanças para atualizar a estrutura da instituição. Este estatuto, para o reitor, *“oficializa o caráter multicampi que a universidade apresenta há vários anos, atuando em quase todo o Estado⁶⁴”*.

Na perspectiva de contribuir com esse novo momento histórico, desenvolvemos e enriquecemos este estudo com depoimentos de alguns profissionais que desenvolvem atividades acadêmicas na instituição, objetivando sugerir propostas, com vistas a elevar o nível de melhorias das políticas de interiorização, atualmente sob o modelo multicampi.

Com a palavra, egressos do programa de interiorização.

Como propostas de melhorias, o professor Ipojuca Campos aponta as seguintes sugestões: Bolsas de Pesquisa; biblioteca mínima nos campi; encontros e jornadas mais periódicas, pois com estas realizações é instigado o debate acadêmico; melhorias no espaço físico dos Campi; formar um corpo docente local mínimo através de concursos públicos; introduzir de fato, nos campi, ensino, pesquisa e extensão e estreitar diálogos entre o interior e a capital, em todas as esferas (docentes, discentes, administrativo, reitoria e alunos).

Nessa perspectiva, o professor Messias sugere: mais investimentos em cursos que venham atender à realidade da população circundante do campus do interior; investimento na infra-estrutura; criação de novos cursos em áreas mais técnicas; aumento do número de vagas nos cursos já existentes; convênios entre o campus de Belém e os do interior, a fim de enviar professores doutores mais capacitados, para ministrar disciplinas bloqueadas; mais investimentos financeiro e profissional no professor.

Os depoimentos aqui apresentados atestam que muito já foi feito, mas ainda há muito que fazer no curso da universidade Multicampi. O desafio presente é um fato, não se pode negar, mas também é fato a afirmação de Freitas (2005, p.43), quando faz o seguinte enunciado:

⁶⁴ - Entrevista do reitor Professor Dr. Alex Fiúza de Mello ao Informativo da Universidade Federal do Pará – Ano IV – n° 42 – julho e agosto de 2006.

“... à medida que a Universidade Federal do Pará demonstra a importância de seu papel perante esta região amazônica e a sua capacitação de ser um agente de transformação social, contribui para a minimização dos efeitos perversos gerados pelo abandono das riquezas regionais, e pela exclusão da gente paraense dos benefícios públicos, ao possibilitar-lhe verdadeira autonomia cívica e economia sustentável”.

Esse enunciado serviu para refletirmos sobre a importância da construção das políticas de descentralização das ações acadêmicas da UFPA, e ao mesmo tempo, considerarmos esse feito como de grande relevância social para a Região Amazônica, destaque para o Estado do Pará.

Com a implementação deste estudo, concretizamos os objetivos propostos inicialmente, que era a reconstrução histórica do Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará, na perspectiva de evidenciar a necessidade da implantação do curso de Serviço Social. Ao mesmo tempo acreditamos estar contribuindo com um novo projeto de mudança dentro da própria instituição.

Sabe-se, de antemão, que a temática desenvolvida neste estudo abre novas investigações a outros estudiosos com vistas a mudanças, como ressalta Gomes (2003), *“mudanças precisam de tempo, processo, vontade e pré-disposição para que saiam do campo das idéias e se tornem uma realidade concreta”*.

Consideramos então, que outras questões com relação a esse feito da instituição precisam ser retomadas, pois vários questionamentos ainda existem, e devem ser aprofundados, em virtude da dimensão tomada pela interiorização das ações acadêmicas da instituição, destaque para as do ensino de graduação na Amazônia, principalmente no Estado do Pará. Essa é uma tarefa que deixamos a outros estudiosos, na perspectiva de que o curso de Serviço Social já esteja inserido nessas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAZÔNIDA – Revista do Curso de Mestrado em Serviço Social, v. 1-, n.1-, 2000- Belém: UFPA – Centro Sócioeconômico, 2000.
- Anais do 8ª Seminário Avançado de Serviço Social. UFPA.Centro Socioeconômico. Belém. 2002.
- ANDERSON, Perry. Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 3ª ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação como Política Pública. – 2. ed. Ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmica do nosso tempo; Vol. 56).
- BECKER, Bertha K. Amazônia. 6ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1998.
- BEIRA DO RIO. Informativo da UFPA- Ano IV- Nº 45 – Belém, setembro / 2006.
- _____ - Ano III – Nº 32 – Belém, setembro / 2005.
- BONETTI, Dilséa A. (Org.)...[et. Al]. Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. 5ª. ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- BRANDÃO, Z.; WARDE, M. J.; IANNI, O & outros.Universidade e Educação/ Campinas, SP: Papirus: Cedes: São Paulo: Ande: Anped, 1992.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. Rumos da universidade brasileira. Goiânia. Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986.

- COELHO, Maria do Socorro Costa. Interiorização do Ensino Superior no Pará e o Banco Mundial: Um olhar sobre as aproximações destas propostas. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo, 1998.

- Constituição da República Federativa do Brasil. 33º ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2004.

- CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática – Campinas, SP: Papyrus, 1999 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

- Diagnóstico do setor educacional no Estado do Pará. Vol. VI. UFPA - CE. INEP. Belém – PA, 1986.

- DINIZ, C. W. P. – Universidade da Amazônia Brasileira: O Pecado e a Penitência. 2ª ed. Belém, PA: UFPA, 1999.

- _____ & GUERRA, R.B. Assimetrias da Educação Superior Brasileira: Vários Brasis e suas conseqüências. Belém: EDUFPA, 2000.

- Direitos Humanos e Serviço Social – Serviço Social e Direitos Humanos. Cap. I. Organização das Nações Unidas. Série Formação Profissional – Nº 1. Lisboa, 1999.

- Documento “memória” Origem e Funções do Centro de Educação da UFPA. Belém/PA.

- Documento / UFPA – Convênio celebrado entre a Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Santarém - PA, 1983.

- “Estado vive revolução no Ensino”. Reportagem Jornal “O Liberal” Belém/PA. 24/05/94.

- EVELIN, Heliana Baia (Org.). Ética (Opúsculos do Curso de Serviço Social; nº 1) - Belém: UFPA. CSE. Mestrado em Serviço Social, 1999.

- Exposição de Motivos. GR.007.92, documento enviado ao Ministro Murilo Hingel solicitando ampliação de vagas do quadro docente da UFPA: Belém- Pará, 07 de dezembro de 1992.

- FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. – São Paulo: Cortez, 1989.

- FONTES, Edilza Oliveira (org). Uma Universidade Multicampi e os desafios de um desenvolvimento sustentável na Amazônia. Secretaria Especial da Universidade Multicampi/UFPA. Belém, 2003.

- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

- _____ Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

- GIRARDI, A, H; DIDONET, V (coordenadores). O município e a criança de até 6 anos: direitos cumpridos, respeitados e protegidos. – Brasília, DF: UNICEF, 2005.

- GOMES, Ana Clotildes Colares. ACE – Avaliação das Condições de Ensino: um modelo para avaliar os Cursos de Licenciatura da UFPA Regidos por Contrato. Monografia (Especialização em Administração Estratégica da UFPA) Belém, PA- UFPA, 2003.

- GRACIANE, Maria Stela Santos. O Ensino Superior no Brasil. 2ª ed. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1984.

- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação? Roberto Mauro Gurgel – São Paulo: Cortez: Autores Associados: UFCE, 1986.

- KONDER, Leandro – Marx. Vida e Obra. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

- LEAL, Aluísio Lins. Grandes Projetos Amazônicos – Dois Casos Precursores. 1996.

- _____ Os primeiros impactos sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRÁS/ALUNORTE. Belém-PA, 1982.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBN - 9394/96.

- Movimento República de Emaús/ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Redes Municipais. Violência contra crianças e adolescentes. Belém. 2004.

- NEVES, L. M. W. (org.). Educação e política no limiar do século XXI. Campinas, SP. Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

- PARECER Nº 629/87, do Conselho Federal de Educação -MEC autoriza o oferecimento dos Cursos de Licenciatura Plena no Projeto de Interiorização no Interior do Estado do Pará.UFPA. Belém, 1987.

- “Pará é terra para milhões de migrantes”. Reportagem Jornal “O Liberal”. Caderno Poder. Belém, 17 de dezembro de 2006.

- PERRENOUD, Ph.; THURLER, M. G.; MACEDO, L.; MACHADO, N. J.; LLESSANDRINI, C. D. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação; trad. SCHILLING, C. & MURAD, F. - Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

- Plano Decenal de Educação Para Todos 1993 – 2003. Brasília: MEC, 1993.

- _____ do Estado do Pará 1993 - 2003.SEDUC. Pará. 1994.

- _____ Diretor de Extensão da UFPA – período 1990/1993. Documento. PROEX/UFPA. Belém-PA, 1990.

- Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010/UFPA. Belém: EDUFPA, 2003.

- Plano Nacional de Extensão Universitária / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Ilhéus: Editus, 2001.

- II Plano de Desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. 1975.

- Política Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Brasília, novembro de 2004.

- “Professores denunciam a exploração Sexual”. Reportagem Jornal “O Liberal”. Caderno Atualidades 7. Belém, 08/2006.

- Programa Integrado de Treinamento e Qualificação de Profissionais da Educação Básica e Média do Interior do Estado do Pará. Coordenadoria de Interiorização da UFPA. Belém-PA, 1992.

- Programa de Apoio às Licenciaturas / MEC/SESU – Brasília: 1994 – Caderno 1.

- Proposta de Cooperação entre UFPA/Governo do Estado - 1997/2001. Coordenadoria de Interiorização da UFPA. Belém-PA, 1997.

- Projeto de Consolidação e Expansão dos Cursos de Licenciatura Plena no Interior do Estado. UFPA. Belém-PA, 1992.

- _____ de Interiorização da Universidade Federal do Pará/MEC-1986/1989. UFPA. Belém-PA.

- I Projeto Norte de Interiorização: Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia, 1986/1989. Manaus/AM.

- II Projeto Norte de Interiorização: Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia, 1994/1997. Santarém/PA.

- III Projeto Norte de Interiorização: Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia, 1997. Manaus/AM

- Projeto de Revitalização da Infra-estrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos Campi da UFPA. Belém-PA, 1998.

- Portaria nº 1170/89 de aprovação do regulamento da Assessoria Especial de Interiorização (AEI), em Belém / Pará, 26 de setembro de 1989.

- “Prostituição”. Reportagem Jornal “O Liberal”. Caderno Poder. Belém, 16.07.2006.

- “Quase 900 trabalhadores libertados”. Reportagem Jornal “O Liberal”. Caderno Polícia. Belém, 15/12/2006.

- Relatório da Gestão da Universidade Federal do Pará. 2001-2005/ UFPA. Belém: EDUFPA, 2005.

- _____de Avaliação da Primeira Etapa do Programa de Interiorização da UFPA. Belém - PA, 1987.

- _____ dos Estudos sobre a Institucionalização dos Campi da UFPA – PROEG. Belém-PA, 1997.

- _____ da Comissão de Acompanhamento do Projeto de Interiorização da UFPA. Parecer 190 de 25 de fevereiro de 1988. Coordenadoria de Interiorização da UFPA.

- _____ do Campus Universitário de Castanhal da UFPA. Castanhal – PA, 1995.

- Resolução nº. 528 de 05 de abril de 1979, do Conselho Universitário - CONSUN. UFPA. Belém-PA, 1979.

- Resolução Nº 3.211, de 03 de novembro de 2004 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa - CONSEP. UFPA. Belém – PA, 2004.

- Revista “Em Foco”. O Serviço Social e a Educação. Nº 3. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS – 7ª Região (RJ). UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

- SANTOS, L. C. A dívida educacional brasileira: herança e resgate. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

- SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação: Construindo a Cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

- SILVA, E.B. (org.). A Educação Básica Pós-LDB – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

- “Trabalho Infantil Doméstico Persiste”. Reportagem Jornal Diário do Pará. Caderno Cidades A6. Belém, 12/11/2006.

- “Trabalho infantil aumenta em 2005 e atinge 2,9 milhões de jovens”. Brasília Agência Brasil. Disponível em <http://www.correioweb.com.br/noticias/materias>. Capturado em 16 de dezembro de 2006.

- UFPA. Relatório Anual 1984. Belém, Universidade Federal do Pará, 1985.

- Universidade Multicampi – conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005. UFPA. Belém: EDUFPA, 2005.

- VEIGA, I. P. A. & CASTANHO, M. E. L. M. [orgs.]. - Pedagogia universitária: A aula em foco. -Campinas, SP: Papyrus, 2000. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

- “Violência mata jovens e crianças”. Reportagem Jornal “O Liberal”. Caderno Atualidades. Belém, 10/12/2006.

- WANDERLEY, M. B.; BOGUS, L.; YASBEK, M. C. [Orgs] - Desigualdade e a questão social
- São Paulo: EDUC, 1997.